

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES
PÚBLICAS

Vanessa Dutra Machado

**PROPOSTAS DE MELHORIA NA GESTÃO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS A
PARTIR DOS CRITÉRIOS DEFINIDOS PELA CAPES**

Santa Maria, RS
2021

Vanessa Dutra Machado

PROPOSTAS DE MELHORIA NA GESTÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS A PARTIR DOS CRITÉRIOS DEFINIDOS PELA CAPES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Orientadora: Dra. Sheila Kocourek


Santa Maria, RS
2021

Vanessa Dutra Machado

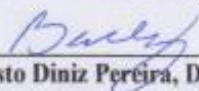
PROPOSTAS DE MELHORIA NA GESTÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS A PARTIR DOS CRITÉRIOS DEFINIDOS PELA CAPES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

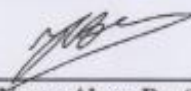
Aprovada em 25 de junho de 2021:



Sheila Kocourek, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Breno Augusto Diniz Pereira, Dr. (UFSM)



Juliano Nunes Alves, Dr. (UNICRUZ)



Fábio Jardel Gaviraghi, Dr (UFSM)

Santa Maria, RS
2021

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo à minha família, minha base.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, por estar sempre guiando meu caminho e abençoando minhas escolhas. Agradeço, especialmente, à minha família, meus pais Adir Espírito Santo Machado e Zelma Dutra Machado, que me apoiam diariamente nos meus sonhos, que nunca mediram esforços para que sempre eu tivesse o melhor em tudo, que são exemplos de perseverança, garra e amor incondicional. Agradeço ao meu, marido Róger de Souza Trindade e meu filho Lorenzo Machado Trindade, que incentivam meus projetos e estão sempre ao meu lado mesmo nos dias mais difíceis. Agradeço à minha comadre Anna Helena Sonego, que foi incansável em me motivar e me inspirar.

Agradeço às amigas, em especial, Larissa Iop Greco, Maristela Ribas Smidt e Marinez Moral Montana, que não largaram a minha mão quando mais precisei e estiveram sempre com palavras motivadoras para que eu não desistisse. Elas têm colaboração intensa nesse processo. Também agradeço à Terapeuta Floral Camila Smidt, que, com seu acompanhamento, jamais me deixou sozinha, soube equilibrar nossas fórmulas para que eu chegasse até aqui com saúde e equilíbrio.

Agradeço ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas (PPGOP-UFSM), Professor Breno Augusto Diniz Pereira, que, com um olhar atento, foi incansável, pois abraçou um aluno como abraça um filho e mostra o melhor caminho, dando oportunidade de concluir sua formação com êxito e não desistindo nunca – vou levar essa característica para a minha vida, com respeito e gratidão por esse Professor.

Em especial, agradeço à minha orientadora, Prof^a Sheila Kocourek, que, com sua delicadeza e sensibilidade, com palavras doces que indicavam um caminho, apostou as fichas em mim, sabendo das limitações e inseguranças, e teve sabedoria e discernimento para me acompanhar até aqui, sempre incansável, motivando-me a todo momento por mensagem de whatsapp, e-mail. Expresso minha total admiração, respeito e gratidão por ter me levado no colo também como filha, muito além da relação aluno/professor.

“Nenhum homem será um grande líder se quiser fazer tudo sozinho ou se quiser levar todo o crédito por fazer isso.” Andrew Carnegie

RESUMO

PROPOSTAS DE MELHORIA NA GESTÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS A PARTIR DOS CRITÉRIOS DEFINIDOS PELA CAPES

AUTORA: Vanessa Dutra Machado
ORIENTADORA: Dra. Sheila Kocourek

Este estudo tem por objetivo geral propor sugestões de melhorias à Gestão do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas (PPGOP) a partir do Sistema de Avaliação da CAPES. A metodologia se classifica, quanto à natureza, como qualitativa, quanto ao objetivo de pesquisa, como descritivo e a estratégia de pesquisa como estudo de caso. O procedimento de coleta de dados foi desenvolvido em duas etapas em que foi realizada, primeiramente, a coleta de dados por meio da Plataforma Sucupira e também dos documentos que compõe a estrutura curricular da unidade de análise, e depois, foram efetuadas as análises e posteriores resultados. Os dados foram tratados por meio de análise descritiva. Quanto aos resultados, observa-se que o PPGOP caminha para uma avaliação superior à que mantém neste momento, o triênio analisado, e, comparado com os demais cursos com notas superiores, demonstra que, em diversos setores, vem aperfeiçoando e desenvolvendo ações que levam à melhoria da nota do programa. Destaca-se por apresentar linhas de pesquisas estruturadas em número significativo, evolução em oferta de diversificação de disciplinas e corpo docente altamente qualificado, além de ser o único programa de pós-graduação na modalidade mestrado profissional no Sul do Brasil. Por outro lado, encontra desafios, como pouco incentivo financeiro, e está construindo planos de desenvolver a internacionalização do curso, que hoje ainda é deficitária. Logo, o produto final proposto denomina-se plano de ação com sugestões para melhorias conforme critérios definidos pela CAPES, em que há diversas metodologias de planejamento e organização para implantar as melhorias.

Palavras-chave: Pós-Graduação. CAPES. Administração Pública.

ABSTRACT

PROPOSALS FOR MANAGEMENT IMPROVEMENTS IN THE POSTGRADUATE PROGRAM IN PUBLIC ORGANIZATIONS MANAGEMENT FROM CRITERIA DEFINED BY CAPES

AUTHOR: Vanessa Dutra Machado

ADVISOR: Dr. Sheila Kocourek

This study aims to propose suggestions for management improvements in the postgraduate program Public Organizations Management (PPGOP) based on CAPES Evaluation System. The methodology is classified as qualitative in terms of nature, as descriptive in terms of research objective and as a case study in terms of research strategy. Data collection was developed in two stages in which, first, data were collected through Sucupira Platform and also through the documents that make up the curricular structure of the unit of analysis; then, the analyzes and later results were carried out. The data were treated by descriptive analysis. As for the results, we observed that the PPGOP is moving towards a higher assessment than the one it currently maintains, the analyzed triennium, and, compared to courses with higher grades, it demonstrates that, in several sectors, it has been improving and developing actions that lead to the improvement in the program grade. PPGOP stands out for presenting research lines structured in a significant number, evolution in offering diverse subjects and a highly qualified faculty, besides being the only postgraduate program in professional master's degree in southern Brazil. On the other hand, it faces challenges, such as little financial incentive, and the attempt to develop the internationalization of the course, which is still weak today. Therefore, the proposed final product is called an action plan with suggestions for improvement according to criteria defined by CAPES, in which there are several planning and organization methodologies for implementing them.

Keywords: Postgraduate. CAPES. Public Administration.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-------------|--|-----|
| Figura 1 – | Esquematização das etapas do processo de Avaliação CAPES | 48 |
| Figura 2 – | Colégio Ciências da Vida | 49 |
| Figura 3 – | Colégio Ciências de Humanidades | 49 |
| Figura 4 – | Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar | 50 |
| Figura 5 – | Passo a passo para encontrar somente os cursos em Administração Pública do Brasil | 61 |
| Figura 6 – | Mapa do Brasil dividido por regiões com as IES que possuem programas de pós-graduação em Administração Pública | 65 |
| Figura 7 – | Total de produções bibliográficas e total de produções intelectuais dos programas de pós-graduação profissionais separados por notas 3 e 4 no ano 2017 | 72 |
| Figura 8 – | Total de produções bibliográficas dos programas de pós-graduação profissionais separados por notas 3 e 4 no ano 2018 | 76 |
| Figura 9 – | Total de produções bibliográficas dos programas de pós-graduação profissionais separados por notas 3 e 4 no ano 2019 | 80 |
| Figura 10 – | Total de produções bibliográficas e total de produções intelectuais dos programas de pós-graduação profissionais separados por notas 3 e 4 no ano 2020 | 84 |
| Figura 11 – | Total de produções bibliográficas e intelectuais programa de pós-graduação acadêmicos separados por notas no ano 2017 | 95 |
| Figura 12 – | Total de produções bibliográficas e intelectuais programas de pós-graduação acadêmicos separados por nota no ano de 2018 | 97 |
| Figura 13 – | Total de produções bibliográficas e intelectuais nos programas de pós-graduação acadêmicos separados por nota no ano de 2019 | 100 |
| Figura 14 – | Total de produções bibliográficas e intelectuais programa de pós-graduação acadêmicos separados por notas ano 2020 | 103 |
| Figura 15 – | PPG da ANDIFES e sua composição | 109 |
| Figura 16 – | FGV EAESP e sua composição | 110 |
| Figura 17 – | PPG da FGV-RJ e sua composição | 111 |
| Figura 18 – | PPG da FGV-SP e sua composição | 112 |
| Figura 19 – | PPG da UNB e sua composição | 115 |
| Figura 20 – | PPG da UERJ e sua composição | 116 |
| Figura 21 – | PPG da UFBA e sua composição | 117 |
| Figura 22 – | PPG da UFPB e sua composição | 119 |
| Figura 23 – | PPG da UFLA e sua composição | 120 |
| Figura 24 – | PPG da UFSCAR e sua composição | 121 |
| Figura 25 – | PPG da UFES e sua composição | 122 |
| Figura 26 – | PPG da UFPA e sua composição | 123 |
| Figura 27 – | PPG da UFRN e sua composição | 124 |
| Figura 28 – | PPG da UFVJM e sua composição | 125 |
| Figura 29 – | PPG da UFSM e sua composição | 126 |
| Figura 30 – | PPG da UFV e sua composição | 128 |
| Figura 31 – | PPG da USP e sua composição | 128 |
| Figura 32 – | PPG da INSPER e sua composição | 129 |
| Figura 33 – | Item 1.1 da <i>ficha de avaliação</i> e programas de pós-graduação das instituições que possuem Administração Pública | 131 |
| Figura 34 – | Síntese da dimensão <i>Impacto da ficha de avaliação</i> | 137 |

| | |
|--|-----|
| Figura 35 – Ações que os programas de pós-graduação estão fazendo em relação à dimensão Impacto | 141 |
| Figura 36 – Pontos fortes, pontos fracos, diferenciais e desafios do PPGOP-UFSM com relação aos demais programas | 155 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|--------------|---|-----|
| Gráfico 1 – | Número de docentes permanentes, docentes colaboradores e docentes visitantes em 2019 | 70 |
| Gráfico 2 – | Média de Produção Docente Permanente no ano de 2017 cursos com nota 3 | 73 |
| Gráfico 3 – | Média de produção docente permanente no ano de 2017 cursos com nota 4 | 74 |
| Gráfico 4 – | Média de produção docente permanente no ano de 2018 cursos com nota 3 | 77 |
| Gráfico 5 – | Média de produção docente permanente no ano de 2018 cursos com nota 4 | 78 |
| Gráfico 6 – | Média de produção dos docentes permanentes no ano de 2019 cursos com nota 3 | 81 |
| Gráfico 7 – | Média de Produção Docente Permanente no ano de 2019 cursos com nota 4 | 82 |
| Gráfico 8 – | Pontos fortes, pontos fracos, diferenciais e desafios do PPGOP-UFSM com relação aos demais programas | 85 |
| Gráfico 9 – | Média de Produção Docente Permanente no ano de 2020 cursos com nota 4 | 86 |
| Gráfico 10 – | Média do quadriênio de publicações em anais, periódicos e outras publicações bibliográficas dos programas de pós-graduação nota 3 | 87 |
| Gráfico 11 – | Média do quadriênio de publicações em anais, periódicos e outras publicações bibliográficas dos programas de pós-graduação nota 3 | 88 |
| Gráfico 12 – | Média do quadriênio de publicações bibliográficas x publicações intelectuais programas de pós-graduação profissionais | 89 |
| Gráfico 13 – | Número de docentes permanentes, colaboradores e visitantes dos mestrados acadêmicos no ano de 2019 | 93 |
| Gráfico 14 – | Média de produção docente permanente no ano de 2017 cursos com nota 3, 4, 5 e 6 | 96 |
| Gráfico 15 – | Média de produção docente permanente no ano de 2018 cursos com nota 5 e 6 | 98 |
| Gráfico 16 – | Média de produção docente permanente no ano de 2019 cursos com nota de 3 a 6 | 101 |
| Gráfico 17 – | Média do quadriênio de publicações em anais, periódicos e outras publicações bibliográficas cursos nota 3 | 104 |
| Gráfico 18 – | Média do triênio de publicações em anais, periódicos e outras publicações bibliográficas curso nota 4 | 105 |
| Gráfico 19 – | Média do quadriênio de publicações em anais, periódicos e outras publicações bibliográficas cursos nota 5, média entre mestrado e doutorado | 106 |
| Gráfico 20 – | Média do quadriênio de publicações em anais, periódicos e outras publicações bibliográficas cursos nota 6, média entre mestrado e doutorado | 107 |
| Gráfico 21 – | Média de docentes permanentes programas de pós-graduação profissionais x acadêmicos | 133 |
| Gráfico 22 – | Média de produção em anais em programas de pós-graduação profissionais x no quadriênio | 134 |

| | |
|---|-----|
| Gráfico 23 – Média de produção em periódicos nos programas de pós-graduação profissionais x acadêmicos no quadriênio | 135 |
| Gráfico 24 – Média de produção em outras produções bibliográficas nos programas de pós-graduação profissionais x acadêmicos no quadriênio | 135 |
| Gráfico 25 – Média de trabalhos de conclusão por docente permanente nos programas de pós-graduação acadêmicos x média de trabalhos de conclusão por docente nos programas de pós-graduação profissionais | 136 |
| Gráfico 26 – Comparativo dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 em Linhas de linhas de pesquisa, Projetos de Pesquisa, disciplinas e número de turmas | 149 |
| Gráfico 27 – Comparativo de docentes colaboradores, permanentes e visitantes quadriênio | 150 |
| Gráfico 28 – Comparativo trabalhos de conclusão de curso | 151 |
| Gráfico 29 – Comparativo publicações em periódicos e anais | 152 |
| Gráfico 30 – Números de produções intelectuais no quadriênio | 152 |
| Gráfico 31 – Comparativo de egressos no período de 2017, 2018, 2019 e 2020 | 153 |
| Gráfico 32 – Comparativo dos participantes externos no quadriênio | 154 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|------------|--|-----|
| Quadro 1 – | Atividades, agência ou órgãos da fundação | 40 |
| Quadro 2 – | Comparativo da pós-graduação entre Estados Unidos e Alemanha | 41 |
| Quadro 3 – | Atividades CONEAU | 42 |
| Quadro 4 – | Diretrizes e normas para educação nacional | 44 |
| Quadro 5 – | Objetivos específicos e plano de ação | 57 |
| Quadro 6 – | Dimensões de análise | 59 |
| Quadro 7 – | Quesitos utilizados para apresentação dos dados | 60 |
| Quadro 8 – | Instituições e cursos em Administração Pública no Brasil | 63 |
| Quadro 9 – | Objetivos do PPGOP-UFSM | 143 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-------------|---|-----|
| Tabela 1 – | Programas de mestrado profissional separados por regiões | 52 |
| Tabela 2 – | Programas de mestrado profissional separados por área | 52 |
| Tabela 3 – | Relação de programas de pós-graduação a nível profissional com média de linhas de pesquisa e área de concentração no ano 2019 | 67 |
| Tabela 4 – | Número de total de trabalhos de conclusão no ano de 2019 e média de trabalhos por linha de pesquisa | 68 |
| Tabela 5 – | Comparativo número de produções em anais, periódicos, outras publicações e total de publicações no ano de 2017, dos cursos com nota 3 e 4 | 71 |
| Tabela 6 – | Comparativo do número de produções em anais, periódicos, outras publicações e total de publicações no ano de 2018, dos cursos com nota 3 e 4 | 75 |
| Tabela 7 – | Comparativo do número de produções em anais, periódicos, outras publicações e total de publicações no ano de 2019, dos cursos com nota 3 e 4 | 79 |
| Tabela 8 – | Comparativo número de produções em anais, periódicos, outras publicações e total de publicações no ano de 2020, dos cursos com nota 3 e 4 | 83 |
| Tabela 9 – | Relação dos programas de pós-graduação acadêmico com média de linhas de pesquisa e área de concentração, ano 2019 | 91 |
| Tabela 10 – | Número de trabalhos de conclusão por linha de pesquisa nos programas de pós-graduação acadêmicos em 2019 | 91 |
| Tabela 11 – | Comparativo do número de produções em anais, periódicos, outras publicações e total de publicações no ano de 2017, dos cursos e respectivas notas | 94 |
| Tabela 12 – | Comparativo número de produções em anais, periódicos, outras publicações e total de publicações no ano de 2018, dos cursos com notas 3, 4, 5 e 6 | 96 |
| Tabela 13 – | Comparativo do número de produções em anais, periódicos, outras publicações e total de publicações no ano de 2019, dos cursos com notas | 99 |
| Tabela 14 – | Comparativo do número de produções em anais, periódicos, outras publicações e total de publicações no ano de 2020, dos cursos e respectivas notas | 102 |
| Tabela 15 – | Comparativo PPGS Profissionais e seus diferenciais | 159 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|---|
| ANDIFES | Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior |
| APCN | Aplicativo para Propostas de Cursos Novos |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| DT | Desenvolvimento Tecnológico |
| FGV EAESP | Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas |
| FGV-RJ | Fundação Getúlio Vargas Rio de Janeiro |
| FGV-SP | Fundação Getúlio Vargas São Paulo |
| FJP | Fundação João Pinheiro (Escola de Governo) |
| IDB | Instituto Brasileiro de Direito Público |
| INSPER | Instituto de Ensino e Pesquisa |
| MEC | Ministério da Educação |
| PIBIC | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica |
| PNPG | Plano Nacional de Pós-Graduação |
| PPG | Programa de Pós-Graduação |
| PPGOP | Programa de Pós-Graduação em Organizações Públicas |
| SNPG | Sistema Nacional de Pós-Graduação |
| UERJ | Universidade do Estado do Rio De Janeiro |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| UFES | Universidade do Espírito Santo |
| UFLA | Universidade Federal de Lavras |
| UFPA | Universidade Federal do Pará |
| UFPB | Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa |
| UFRN | Universidade do Rio Grande Do Norte |
| UFSCAR | Universidade de São Carlos |
| UFSM | Universidade Federal de Santa Maria |
| UFVJM | Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri |
| UFV | Universidade Federal de Viçosa |
| UNB | Universidade de Brasília |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|-----|
| 1 | CAPÍTULO I | 27 |
| 1.1 | INTRODUÇÃO | 27 |
| 1.2 | PROBLEMÁTICA | 29 |
| 1.3 | OBJETIVO GERAL | 30 |
| 1.4 | OBJETIVO ESPECÍFICOS | 30 |
| 1.5 | JUSTIFICATIVA | 31 |
| 1.6 | ESTRUTURA DO TRABALHO | 32 |
| 2 | CAPÍTULO II: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 33 |
| 2.1 | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO ÁREA DE CONHECIMENTO | 33 |
| 2.2 | AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL | 35 |
| 2.3 | AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO | 38 |
| 2.3.1 | Avaliação da pós-graduação em outros países | 39 |
| 2.3.2 | Avaliação da pós-graduação no Brasil | 43 |
| 2.3.2.1 | <i>Sistema de Avaliação da CAPES</i> | 45 |
| 2.3.2.2 | <i>Avaliação dos mestrados profissionais</i> | 51 |
| 2.3.2.3 | <i>Plataforma Sucupira</i> | 55 |
| 3 | CAPÍTULO III: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 57 |
| 3.1 | TIPO E ESTRATÉGIA DE PESQUISA | 57 |
| 3.2 | UNIDADE DE ANÁLISE | 58 |
| 3.3 | COLETA E ANÁLISE DOS DADOS | 58 |
| 3.4 | LIMITAÇÕES DA PESQUISA | 61 |
| 4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 63 |
| 4.1 | APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL | 63 |
| 4.2 | PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO POR REGIÃO DO BRASIL | 65 |
| 4.3 | PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL | 66 |
| 4.4 | PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ACADÊMICOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL | 90 |
| 4.5 | ANÁLISE DOS PPGS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SUAS ESTRUTURAS E PROPOSTAS | 107 |
| 4.6 | PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS | 142 |
| 4.6.1 | Histórico | 142 |
| 4.6.2 | Objetivos, área de concentração e linhas de pesquisas | 143 |
| 4.6.3 | Currículo | 146 |
| 4.6.4 | Infraestrutura | 147 |
| 4.6.5 | Colegiado, comissões e corpo docente | 148 |
| 4.7 | PPGOP-UFSM: PANORAMA EM NÚMEROS NOS ANOS DE 2017, 2018, 2019 | 148 |
| 4.8 | PPGOP-UFSM E SEUS PONTOS FORTES, PONTOS FRACOS E DIFERENCIAIS EM RELAÇÃO AOS DEMAIS PROGRAMAS | 154 |
| 4.9 | PARÂMETRO GERAL MESTRADOS PROFISSIONAIS | 158 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 161 |
| | REFERÊNCIAS | 165 |
| | APÊNDICE A – PLANO DE AÇÃO PARA O PPGOP-UFSM | 177 |

1 CAPÍTULO I

1.1 INTRODUÇÃO

Toda sociedade tem como um dos principais fundamentos a organização social. Uma das formas de haver organização é por meio de uma boa administração. A Administração, em sentido mais amplo, é um elemento presente no cotidiano de todas as pessoas (CAEIRO, 2008). Quando enfatizadas instituições públicas de ensino superior, não é diferente, pois faz-se necessário uma boa gestão. A Administração Pública tem como finalidade a gestão de bens e interesses qualificados à sociedade, além de englobar um conjunto de serviços e entidades que têm por responsabilidade questões administrativas, ou seja, concretizar decisões políticas e legislativas (MATIAS-PEREIRA, 2014).

A educação brasileira está passando por constantes mudanças (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2016). Além da influência da globalização, o modelo do capitalismo trouxe, para o mundo contemporâneo, mudanças tecnológicas, com impactos consideráveis para as relações do indivíduo e da sociedade, principalmente no sentido de trabalho, a educação, a economia, bem como as demais esferas sociais (NASCIMENTO; SALVÁ, 2013).

As instituições públicas de ensino superior são lugares de criação e desenvolvimento do conhecimento, as universidades são espaços de troca da comunidade interna, que inclui servidores, alunos, docentes, empresas terceirizadas, e da comunidade externa. Ademais, sendo esses lugares de desenvolvimento do conhecimento, boa parte das pesquisas científicas estão dispostas nas universidades por meio dos programas de pós-graduação, nos quais estas pesquisas são realizadas (CURY, 2018).

Considerando o exposto, as instituições públicas de ensino superior, por se tratar de organizações complexas, demandam uma gestão compatível com suas atribuições, de modo que se faz relevante compreender com mais frequência o ambiente e a gestão universitária (SILVEIRA, 2016). Entender essa realidade é necessário, pois a gestão universitária está inserida em diversos sistemas e subsistemas, enfrentando a falta de recursos, além de manter relações com o estado e a sociedade em geral (SCHMITZ; BERNARDES, 2008).

Uma questão relevante em qualquer instituição é estar alinhada com a sua avaliação ou frequentemente estar verificando índices avaliativos, o que vale para as instituições públicas de ensino superior. A universidade está constantemente sendo avaliada, pois a avaliação vem em busca de melhorias institucionais e dos processos na gestão (OLIVEIRA; FONSECA; AMARAL, 2006). Assim, avaliação e gestão devem caminhar juntas, para que haja um

desenvolvimento da instituição educativa, tornando-se independente na missão de aperfeiçoar os processos desenvolvidos pela instituição para alcançar os objetivos institucionais de forma coletiva (SILVA, 2017).

Preocupar-se com as avaliações, então, é um processo importante para os gestores das universidades públicas (VOGEL; KOBASHI, 2015). Os estudos compartilhados de modelos de avaliação na educação superior são consensuais quanto à defesa de um sistema de responsabilidade compartilhada, primando pela transparência, coerência e justiça (DANTAS, 2012). Daí, a relevância da avaliação institucional, valorizando a criação de canais de participação real de professores, estudantes e funcionários na definição dos objetivos da universidade (GOULART, 2018). Com isso, nas instituições de Ensino superior, os programas de pós-graduação estão marcados por rigoroso processo de reconhecimento e de avaliação (SANTOS; AZEVEDO, 2009).

Ao dirigir-se em relação à avaliação institucional no âmbito de universidades é visível os diferentes tipos de avaliações, como na pós-graduação, pois trata-se de um estudo posterior à graduação. O sistema de pós-graduação no Brasil possui reconhecimento por parte da comunidade científica, nacional e internacional. Tal reconhecimento se deve ao formato e à seriedade que as políticas públicas para a pós-graduação tomaram em termos de definições e das ações voltadas para esse setor, o que se expressou, dentre outros modos, em sua expansão contínua, com qualidade (SANTOS; AZEVEDO, 2009). Severino (2006) afirma que a pós-graduação tem contribuído consideravelmente para o melhor conhecimento dos problemas nas variadas esferas da realidade e para a qualificação de expressivo quadro de profissionais nas áreas de ensino, gestão e pesquisa.

O Plano Nacional da Pós-graduação – PNPg 2011-2020 (BRASIL, 2010, p. 36) traz, em sua redação, um importante ponto: que a avaliação é baseada na “qualidade e excelência dos resultados, na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto dos resultados na comunidade acadêmica e empresarial e na sociedade”. Isso enfatiza a importância do aprimoramento contínuo das instituições de ensino, trazendo reflexos para a sociedade.

Nas universidades públicas, atualmente os programas ou cursos, como assim chamados, são avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão que também é responsável por conceder a abertura de novos cursos ou até mesmo seu fechamento. Criada nos anos 50, a CAPES é uma fundação ligada ao Ministério da Educação (MEC), que tem como função a expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (VOGEL; KOBASHI, 2015). Já a formalização da implantação dos cursos de pós-

graduação ocorre a partir dos anos 70, com a publicação do parecer 977 do Conselho Federal de Educação (SANTOS, 2003).

Os princípios gerais que norteiam a avaliação da CAPES incluem: qualidade e excelência nos resultados; atenção à especificidade das áreas de conhecimento; e o impacto dos resultados na comunidade acadêmica e empresarial, e na sociedade (DANTAS, 2012). Além do mais, tal sistema de avaliação passou por mudanças periódicas e sua estrutura e funcionamento foram ajustados às exigências decorrentes dos avanços da ciência e tecnologia e do desenvolvimento da pós-graduação no Brasil (SOUZA; PAULA, 2002).

Com o crescimento contínuo da pós-graduação, que, em 2015, já somava cerca de 150 mil alunos matriculados nos cursos de mestrado – acadêmicos e profissionais – e cerca de 102 mil nos de doutorado, além de cerca de 18 mil discentes titulados como doutores e de outros 55 mil como mestres (CAPES, 2017), parece ser cada vez mais necessário fazer a avaliação dos cursos, pois é um dos objetivos das instituições de ensino superior entregar para comunidade pessoas aptas e bem capacitadas. Assim, evidencia-se a importância de os programas de pós-graduação estarem alinhados aos princípios avaliados pela CAPES.

A partir do exposto, este trabalho tem como objetivo contribuir com melhorias nas disposições organizacionais do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (PPGOP-UFSM) com intuito de melhorar o conceito do curso junto à CAPES. O programa é um mestrado profissional que teve sua criação em 2010, e a primeira turma em março de 2011. Sua origem está atrelada à necessidade de qualificação dos servidores públicos nas três esferas de governo. Além disso, o programa é dos únicos no Brasil a ser mestrado profissional na área de administração pública, sendo o único na Região Sul (UFSM, 2021).

1.2 PROBLEMÁTICA

Este trabalho tem a finalidade de melhorar as ferramentas de gestão do curso de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Pública – Mestrado Profissional – da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a partir da análise do sistema de avaliação da CAPES de um lado e, de outro, da comparação do que está sendo utilizado no programa, confrontando-se as informações e gerando resultados positivos para servir de modelo para os outros cursos da instituição.

O processo de reconhecimento de programas de pós-graduação *stricto sensu* é bastante rigoroso no Brasil e depende de vários quesitos a serem preenchidos (CURY, 2018). As

avaliações são uma oportunidade de rever o passado e analisar criticamente as experiências. É uma ocasião para reinterpretação e para desacordos, de modo que novos significados surjam ou sejam negociados (VOGEL; KOBASHI, 2015). Dessa forma, ao olhar para frente e para trás, a avaliação busca alcançar seus objetivos, que são a prestação de contas, o esclarecimento ou ainda levar informação sobre o programa ou instituição de ensino pública (DAHLER-LARSEN, 2011).

Na área da Educação, o Brasil conta com 4648 programas de pós-graduação avaliados, sendo 1333 de mestrados acadêmicos, 79 de doutorados acadêmicos, 814 mestrados profissionais e 3 doutorados profissionais conforme dados disponíveis na Plataforma Sucupira (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2020). Esse número expressivo de programas existentes no Brasil demanda um olhar crítico por parte daqueles que vivenciam a pós-graduação, seja docente ou discente no âmbito acadêmico científico (CURY, 2018). Sabendo-se desses dados, pode-se afirmar que é considerável o número de programas, cursos, matrículas e de concluintes de mestrado e doutorado (BELLETATI, 2011). Com isso, a pós-graduação produz o que há de mais substantivo na pesquisa básica e aplicada, qualifica o sistema de graduação e os profissionais que seguem outras carreiras que não a acadêmica (SANTOS; AZEVEDO, 2009).

Têm-se observado que o crescimento de cursos e programas ofertados requer que, individualmente, os programas de qualifiquem cada vez mais, portanto, considera-se relevante verificar os quesitos dispostos pela CAPES e contribuir para que haja melhoria no conceito junto a ela. Propõe-se, dessa forma, a seguinte questão de pesquisa: *Quais as principais contribuições que podem ser propostas para aprimorar a gestão do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas (PPGOP-UFSM) com vista a melhorar seu conceito junto à CAPES?*

1.3 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho é propor sugestões de melhorias à gestão do PPGOP-UFSM a partir do Sistema de Avaliação da CAPES.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Analisar a proposta atual do PPGOP-UFSM, bem como os relatórios de 2017, 2018, 2019 e 2020.

- b) Realizar a análise dos programas de pós-graduação em Administração Pública no Brasil a partir dos relatórios Sucupira.
- c) Identificar pontos fortes e pontos fracos do PPGOP-UFSM.
- d) Propor linhas de ação mais coerentes ao documento de área da CAPES.

1.5 JUSTIFICATIVA

A justificativa desta dissertação se dá pela necessidade de aprimoramento e implementação de melhorias na gestão do Curso de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas, pois o PPGOP visa à melhoria contínua, alinhado aos objetivos propostos pelo processo de avaliação da CAPES. O Curso está inserido no contexto da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, uma das instituições que classificadas como a 23ª melhor instituição do Brasil e 1029ª no mundo, conforme o Center for World University Rankings (2019/2020).

O mestrado profissional é um caminho alternativo para a formação e um esforço de nortear o ensino para a aplicação, “é [um] fenômeno relativamente recente na pós-graduação brasileira enquanto prática acadêmica institucionalizada, já que os primeiros cursos datam de meados dos anos 90” (FISCHER, 2017, p. 24). Contudo, atualmente, o Brasil conta com 868 cursos de mestrados profissionais, conforme a Plataforma Sucupira, o que demonstra o intenso crescimento da modalidade.

Outro ponto que justifica esta pesquisa consta no Projeto Político Institucional da UFSM (PPI), que aborda que a UFSM é uma instituição educacional, que tem sua função social consolidada nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Essas atividades, por sua vez, dependem da qualificação de seu papel como instituição pública, bem como dos princípios que norteiam suas práticas institucionais. Diante do exposto, contribuir com sugestões de melhorias para o PPGOP-UFSM, percebendo-se suas limitações, verificando e demonstrando suas superações, possibilita à Universidade oferecer à comunidade profissionais e ensino de qualidade e excelência.

O credenciamento obrigatório e a necessidade do cumprimento dos quesitos definidos pelo Sistema de Avaliação da CAPES constituem os principais guias estratégicos dos programas (MACCARI et al., 2009). A nota aferida ao programa por meio da avaliação da CAPES torna-se um diferencial entre os cursos, uma vez que uma nota mais elevada tende a atrair um maior número de bons alunos (MACCARI; TEIXEIRA, 2014).

É importante destacar, além dos argumentos anteriores, que o momento atual é mais que oportuno para analisar os quesitos da CAPES e, assim, desenvolver sugestões de melhorias para o PPGOP-UFSM. Conforme Lima (2011), essa expansão do ensino superior tem refletido na mercantilização do ensino com impactos significativos sobre os profissionais que estão saindo das instituições, assim como o conteúdo que está sendo desenvolvido por tais Programas.

A importância deste trabalho justifica-se, por fim, pela necessidade de mais estudos empíricos relacionados aos critérios de avaliação da CAPES junto aos programas de pós-graduação, estimulando debates sobre essa temática, auxiliando o PPGOP-UFSM tornar-se referência em sua organização e gestão. Por ser um programa de pós-graduação que se preocupa com a qualificação dos servidores públicos, este tem suma importância por propiciar ao discente aprovado a solução de problemas de sua realidade de trabalho a partir das aulas em que há reflexões e trabalhos acadêmicos de estudos mais profundos.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação está dividida em seis capítulos, estruturados da seguinte maneira: no capítulo I, apresenta-se a introdução, que situa o leitor sobre a temática do trabalho. Neste mesmo capítulo, apresentam-se os objetivos que se dividem em gerais e em específicos. Ainda se expõe a problemática e a justificativa. No capítulo II, é abordado o referencial teórico, no qual se destacam os seguintes tópicos: Administração Pública como área de conhecimento; Avaliação Institucional; Avaliação da pós-graduação; Avaliação da pós-graduação em outros países, Avaliação da pós-graduação no Brasil, Sistema de Avaliação da CAPES, Avaliação dos mestros profissionais e Plataforma Sucupira. No capítulo III, é apresentada a metodologia da pesquisa, como detalhamento da estratégia, a amostra, o tipo de pesquisa e os benefícios; além disso, os instrumentos de coleta de dados que foram utilizados para a pesquisa. No capítulo IV, é apresentado o cenário da pesquisa. Já no capítulo V, são expostos os resultados, e, por fim, são apresentadas as conclusões e considerações finais, proposta de produto final, limitações do estudo e oportunidades de trabalhos futuros.

2 CAPÍTULO II: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO ÁREA DE CONHECIMENTO

Como área de conhecimento e ação, a Administração Pública tem evoluído cumulativa e, até certo ponto, desordenadamente, ao longo de sua história (FISCHER, 1984). Para Meirelles (1994, p. 55), o estudo da Administração Pública em geral, “compreendendo a sua estrutura e as suas atividades, deve partir do conceito de Estado, sobre o qual repousa toda a concepção moderna de organização e funcionamento dos serviços públicos a serem prestados aos administrados”. Diante disso, a Gestão Pública se incumbe da organização, processo decisório de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de competência do Estado; nela estão altamente incluídos todos os interesses da população, ou seja, os interesses públicos e aos quais todos os cidadãos têm direito.

A origem da Administração Pública como disciplina perde-se no tempo, sendo o ensaio de Woodrow Wilson, publicado nos EUA em 1887, considerado um marco na história do ensino dessa área (FISCHER, 1984). Em 1862, José Soares de Souza, Visconde de Uruguai, publicou o livro *Ensaio sobre o direito administrativo brasileiro*, no qual já destacava as condições de centralização e responsabilidade da empresa pública, dando ênfase ao problema da competência, mas, como área de conhecimento e ação, a Administração Pública tem evoluído cumulativa e, até certo ponto, desordenadamente, ao longo de sua história (FISCHER, 1984). A partir da Segunda Guerra Mundial, momento histórico em que se ampliam as visões das ciências administrativas ou mesmo de gestão organizacionais, especialmente nos Estados Unidos, com o surgimento das teorias organizacionais conhecidas como as teorias clássicas ou tradicionais, a Administração Pública teve uma trajetória que, ao longo do tempo, passou a se consolidar como disciplina (ALLEBRANDT et al., 2020).

A Administração Pública, como área de formação e campo de estudos teve como objetivo a preparação de servidores públicos para a execução de atividades fins e a implementação de políticas públicas, orçamento, gestão de pessoal e organização para a administração pública moderna (FARAH, 2011). Dessa forma, os avanços facilitaram a participação democrática nas decisões estatais, na sua implementação, no seu controle e nos seus benefícios, de modo a fortalecer a transparência e o consequente controle social das ações do Estado, fazendo com que a Administração Pública se tornasse ainda mais importante como papel de conhecimento (SARAVIA; FERRAREZI, 2006).

A Administração Pública, na história dos governos republicanos no Brasil, evoluiu por meio de três modelos de gestão, sendo eles o modelo Patrimonialista, o modelo Burocrático e o modelo Gerencial (CAMPELO, 2010). Assim, predominou no país, até 1930, o modelo Patrimonialista. Nessa forma de gestão, os governantes levavam em conta o que o Estado dispunha de patrimônios e dos bens públicos como sendo de sua propriedade, ou seja, de uso particular.

Conforme Paludo (2012), mesmo de forma desorganizada, o patrimonialismo foi o primeiro modelo de administração do Estado Brasileiro. Nesse modelo, não havia distinção entre a administração de bens públicos e bens particulares: “tudo que existia nos limites territoriais de seu ‘reinado’ era tido como domínio do soberano, que podia utilizar livremente os bens sem qualquer prestação de contas à sociedade.” (PALUDO, 2012, p. 50). Com o objetivo de proteger os bens públicos, surge o modelo Burocrático, cujo tipo ideal, para De Paula (2003, p. 91) o “é marcado pelo formalismo, a impessoalidade, a hierarquia e a administração profissional”, características necessárias para combater o patrimonialismo e modernizar a máquina administrativa.

A Administração Pública Burocrática foi implementada no Brasil durante o Governo Vargas (1930), tendo sido impulsionada uma reforma na lógica desse modelo, com a criação do Departamento Administrativo do Setor Público (DASP). Para Silva (2017), os ideais democráticos foram propulsores nessa transição entre os modelos de administração, pois passaram a pressionar para que houvesse uma administração pública profissionalizada, sem a pessoalidade do modelo Patrimonialista, com tratamento igualitário entre os administrados.

New Public Management ou Administração Pública Gerencial é o modelo de administração pública no Brasil que adapta conceitos da administração de negócios ao setor público, com vistas a atender melhor o cidadão (PECI; PIERANTI; RODRIGUES, 2008). Esse modelo, proposto por Bresser-Pereira em 1990, dá ênfase aos resultados e exige do gestor público eficiência, transparência e qualidade na prestação dos serviços públicos e no exercício das funções estatais. Conforme afirmam Slomski et al. (2010), além disso, a busca pela eficiência e qualidade deve ser acompanhada de novos padrões de *accountability* no setor público, e é nesse ponto que a governança ganha destaque.

Nesse contexto, a administração pública gerencial, também conhecida como nova administração pública, emergiu como o modelo ideal para o gerenciamento do Estado reformado pela sua adequação ao diagnóstico da crise do Estado realizado pela aliança social liberal e por seu alinhamento em relação às recomendações do Consenso de Washington para os países latino-americanos (SANTOS et al., 2017). Assim, ao ser indicado para dirigir o

Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), o ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira manifestou seu interesse pelas experiências gerencialistas realizadas em outros países, viajando para o Reino Unido a fim de estudá-las e formular uma proposta de adaptação desse modelo ao contexto nacional (BRESSER-PEREIRA, 1996, 1997, 1998a, 1998b).

Nos dias atuais, a gestão pública gerencial mantém ainda mais forte a participação da sociedade (CAMPELO, 2010). O modelo gerencial tem como bases a utilização de ferramentas de gestão provenientes da administração privada e pensamentos neoliberais que defendem o Estado mínimo e o preceito de que o mercado e a economia possuem regras próprias (SANTOS et al., 2017). O foco desse modelo de gestão é voltado para o cidadão e não para os próprios procedimentos, como no modelo burocrático, apesar de coexistirem ainda, com o escopo burocrático e heranças patrimonialistas encravadas no modelo mental da gestão pública brasileira, certamente demorando alguns anos para o gerencialismo ser assimilado por completo (CAMPELO, 2010).

A Administração Pública no Brasil perpassa por essas marcas dos modelos de gestão anteriores, caminhando para uma gestão que propicie os valores do gerencialismo, inserindo os princípios da Administração Gerencial na atividade do Controle Interno (CAMPELO, 2010). Pode-se considerar que a transição entre os modelos de gestão utilizados no país não significou uma ruptura total em relação aos modelos antecedentes (SANTOS et al., 2017).

2.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Compreende-se que as políticas de avaliação educacional no Brasil e as recorrentes mudanças na educação superior fazem parte de uma estrutura e de um processo mais amplo de reestruturação do Estado com desdobramento para essas políticas (GOULART, 2018). De acordo com Galdino (2005), a avaliação funciona como um artifício que dá sustento às decisões tomadas pelos gestores, de modo que a gestão afirma sua eficiência e eficácia ao aliar, no seu planejamento, os indicativos de avaliação. No Brasil, a necessidade de avaliar o ensino superior originou-se da expansão da iniciativa privada do ensino superior, mais especificamente entre as décadas de 1960 e 1970 (EUSSEN, 2010).

O Ministério da Educação, em 1993, instituiu o Programa de Avaliação Institucional (PAIUB), que tinha como objetivo principal o processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e de prestação de contas da universidade à sociedade, logo sendo uma ferramenta para a gestão e desenvolvimento da educação superior (MENEZES; SANTOS, 2001). Corroborando, Galdino et al. (2016) comenta que avaliação institucional ganhou força

na década de 90 por meio do PAUIB, que surgiu da necessidade de avaliar permanentemente e obter resultados. Atualmente, essa avaliação é praticada por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, formada por três elementos principais: avaliação das instituições, dos cursos e dos estudantes, sendo que avalia todos os aspectos nos três eixos: ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2004). Tal avaliação objetiva: “a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior.” (BRASIL, 2004)

Conforme Brito (2008), o Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é composto por elementos como: avaliação institucional (CPA); avaliação dos cursos, como o questionário de avaliação discente da educação superior e avaliação de desempenho dos estudantes ingressantes e concluintes. Trata-se de um exame de larga escala realizado pelos estudantes que preencherem os critérios da legislação vigente, sendo denominado Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Assim, a avaliação é um instrumento fundamental na gestão, pois apresenta relevância na estrutura do trabalho, como seleção, promoção e desenvolvimento da organização. Além disso, serve como meio de controle da organização (AFONSO, 2005) e ainda, por meio dela, é possível entender os pontos a ser aprimorados, os avanços obtidos por pessoas ou instituições, ou seja, o que possui positivamente ou negativamente. Por fim, fornece informações úteis para que as práticas e escolhas sejam ponderadas para a tomada de decisão (OLIVEIRA, 2014).

A avaliação institucional se origina da avaliação, apresentando sua abrangência na sua definição. Logo, a avaliação institucional busca a compreensão global da universidade por meio da interação de diversas dimensões (DIAS SOBRINHO; BALZAN, 2011). Além disso, a avaliação institucional tem por objetivo alcançar resultados em prol da qualidade, e também pode ser classificada como um instrumento de aperfeiçoamento do processo de tomada de decisão (DOTTA, 2009).

Dessa forma, a avaliação institucional é uma prática no campo das políticas universitárias, que tem como proposta a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, a capacitação da gestão universitária e sua prestação de contas a comunidade. Perante esses escopos, as ações que envolvem a avaliação institucional incidem em novas definições, em especial quanto ao campo de planejamento, referindo-se a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e pessoal. Assim, é relevante destacar a importância das revisões dos processos avaliativos (CARVALHO; OLIVEIRA; LIMA, 2018).

Segundo Utzig (2012), a avaliação institucional é um processo que contempla a instituição, sendo que deve englobar todos os setores, departamentos, áreas pedagógicas e administrativos, por meio de uma análise que compreenda aspectos técnicos, políticos e sociais. Sanchez (2009, p. 37) afirma que ela “deve extrapolar o âmbito do que pode ser medido, estratificado; deve estender o seu olhar as relações acadêmicas e é tanto mais institucional do que global [...]. É a visão do todo que auxiliara na compreensão da instituição em sua realidade mais concreta”. Dias Sobrinho (2017) comenta que a instituição precisa compreender de forma permanente e integrada quais são os valores relevantes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e nas práticas administrativas, precisando-se exercer de forma contínua avaliações a respeito de sua finalidade de seu trabalho e das relações que permeia o todo.

No contexto das Instituições de Ensino Superior (IES), Viana (2009) comenta que as avaliações apresentam possibilidades de informações em diversos setores, de modo a ser necessário definir o que se fazer com os dados a fim de auxiliar na tomada de decisão e também no planejamento da própria avaliação. Já Souza e Kipnis (2016) comentam que avaliação institucional no ensino superior tem uma perspectiva complexa, devendo apresentar a realidade da instituição, provendo aperfeiçoamento, informações para o Estado e acompanhamento da educação superior para o país, de modo que as informações possam subsidiar programas públicos para atender a sociedade.

A avaliação institucional educacional interage com as múltiplas dimensões que compõem a realidade social, sendo assim, modifica as múltiplas dimensões de uma realidade à medida que se reconstrói (PINHEIRO, 2018). É originária da avaliação campo, que tem reminiscência nos domínios educacionais, sendo que, além de práticas avaliativas pontuais e fragmentadas, consiste em um empreendimento sistemático que busca compreender de forma geral uma universidade (DIAS SOBRINHO, 2017). Além disso, é considerada um instrumento de grande relevância nas IES, que tem como intuito diagnosticar e ter conhecimento da realidade da organização. Ristoff (2017, p. 49) define a cultura na avaliação institucional como “um conjunto de valores acadêmicos, atitudes e formas coletivas de conduta que torna o ato avaliativo parte integrante das funções”.

Mesmo tendo grande valor, a avaliação institucional tem como obstáculo a pouca participação maciça do público que a permeia (PALITOT; SANTOS; BRITO, 2015). Apesar disso, Dias Sobrinho (2011, p. 59) considera que a avaliação “deve buscar compreender os sentidos dos múltiplos e até mesmo contraditórios processos que produzem a universidade”.

Por fim, a avaliação institucional se constitui uma ferramenta fundamental que permite perceber os erros e equívocos, e, a partir disso, superar obstáculos, impulsionando o

crescimento da instituição e da comunidade acadêmica. Se atrelada a um planejamento, pode estabelecer uma ação efetiva que sustente o desenvolvimento de uma universidade (NUNES; DUARTE; PEREIRA, 2017).

Na próxima seção, será abordada a avaliação de uma pós-graduação, a qual depende de vários atores, como docentes, discentes, técnicos administrativos e órgãos nacionais/internacionais.

2.3 AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Primeiramente, a palavra “avaliar” pode ser compreendida como a forma de contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação no país e para colaborar com sua eficiência no atendimento das necessidades nacionais e regionais do capital humano (CAPES, 2011). Assim, a avaliação é uma atividade complexa cujos resultados são utilizados para justificar escolhas e investimentos em instituições, projetos e recursos humanos, assumindo um papel fundamental na educação contemporânea. Sua importância, no entanto, não isenta a avaliação de críticas e revisões (NOBRE; FREITAS, 2017).

Para Dahler-Larsen (2011), a avaliação é processo que permite identificar padrões para alcance de mérito e de valor, determinando o desempenho dos avaliados. Consoante Dias Sobrinho (2010), é uma ferramenta de organização e implementação de reformas educacionais, além de produzir mudanças em currículos e metodologias de ensino, conceitos e práticas de gestão, estruturação de poder, modelos institucionais, políticas e prioridades de pesquisa e na responsabilidade social. Nesse sentido, Oliveira (2014) complementa que a avaliação é a compreensão dos pontos que devem ser melhorados a respeito de determinada situação e também a verificação dos avanços atingidos por pessoas ou instituições, das falhas cometidas quanto ao planejamento e das pessoas que tiveram destaque positivo ou negativo no processo. O autor corrobora a ideia de que a avaliação oferece informações úteis para escolhas e tomadas de decisões, disponibilizando vários caminhos.

Desse modo, o monitoramento por meio de sistemas de avaliação específicos vem se tornando estratégico para as nações que apresentam o domínio tecnológico como uma das formas de aumentar sua reserva econômica e ter acesso a bens e serviços (MACCARI et al., 2014). Além disso, o desempenho cognitivo é um diferencial na competitividade para organizações e países, valorando-se o conhecimento e, por conseguinte, conferindo a relevância da educação superior (MACCARI; LIMA; RICCIO, 2009). Cabe pontuar que a avaliação educacional apresenta interesses diversificados e conflitantes, pois há os que defendem a visão

mecanicista do processo avaliativo, empregam métodos quantitativos, com o objetivo de medir e classificar os resultados obtidos por meio de dados numéricos (LOPES; SÁ, 2019).

Souza (2009) comenta que a avaliação educacional tem que ter um viés de questão pública que vai além da técnica, ou seja, não deve ser percebida com intuito de equilibrar divergências, conflitos, e sim com intuito de um debate crítico visando ao melhoramento das informações. Segundo Dias Sobrinho (2003, p. 75):

A avaliação educacional ganhou maior importância nos anos de 1990, particularmente desde 1995, com a ampliação das políticas que favorecem a privatização, a autonomia como contrapartida da avaliação de resultados e a valorização da ideologia da excelência, da eficiência, da produtividade e da gestão eficaz.

Os cursos de pós-graduação são avaliados de duas formas: internamente, pela CPA, e, externamente, pela avaliação externa dos programas de pós-graduação, que é mantida conforme decisão da CAPES. Cada instituição é orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional sugeridos, coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) (NOBRE; FREITAS, 2017). Já a avaliação externa segue o modelo CAPES atual de avaliação da pós-graduação decorrente de todo o processo de sistematização e aperfeiçoamento tanto dos critérios como do próprio processo, assim com os instrumentos de informação como o censo da educação superior e o cadastro de cursos e instituições (LOPES; SÁ, 2019).

Neste capítulo apresentam-se as avaliações de pós-graduação referentes a outros países, como Estados Unidos, Portugal e Alemanha e também o Brasil. Além disso, será explanado sobre o Sistema de Avaliação da CAPES, avaliação dos mestrados profissionais e Plataforma Sucupira.

2.3.1 Avaliação da pós-graduação em outros países

Nesta seção, será apresentada a avaliação da pós-graduação externamente ao Brasil. Os países apresentados serão: Portugal, EUA, um comparativo entre Estados Unidos e Alemanha, Argentina.

Em Portugal¹, a avaliação de pós-graduação é administrada pela Agência de Avaliação e Creditação do Ensino Superior (AES), que foi instituída pelo país pelo Decreto Lei nº

¹ Os parágrafos referentes à Agência e Creditação de Ensino Superior tem como referência o site <https://www.a3es.pt/en/node/15>.

369/2007 (PORTUGAL, 2007). Essa agência é uma fundação de direito privado, dotada de personalidade jurídica e reconhecida como utilidade pública. É independente sem prejuízo das orientações do Estado e tem como missão contribuir para a melhoria da qualidade do ensino superior de Portugal, por meio da avaliação das instituições de ensino superior e garantir a integração no sistema europeu de qualidade no ensino superior.

O anexo do Decreto Lei nº 396/2007, que faz menção aos Estatutos da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, apresenta em seu artigo 6º as suas atividades que podem ser realizadas por ela própria ou seus órgãos (PORTUGAL, 2007), como mostra o Quadro 1:

Quadro 1 – Atividades, agência ou órgãos da fundação

| Atividades específicas agência ou órgãos da fundação |
|--|
| a) A avaliação e a acreditação de instituições de ensino superior e seus ciclos de estudos; |
| b) A realização de avaliações de natureza científica; |
| c) O aconselhamento do Estado em matéria de garantia da qualidade do ensino superior em Portugal; |
| e) O desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior; |
| f) A coordenação das atividades de avaliação e de acreditação em Portugal com instituições e mecanismos de avaliação internacionais. |

Fonte: Artigo 6º adaptado (PORTUGAL, 2007).

- EUA e Alemanha

Os Estados tiveram como referência a Alemanha, mas não foi uma cópia. Os estudos quanto à pós-graduação foram introduzidos em um período em que o país estava se transformando em uma sociedade urbana e industrial. Foi em meio ao século XIX que empresários estavam apaixonados pela universidade de pesquisa da Alemanha, assim a primeira universidade de pesquisa com estilo alemão foi a Universidade de Johns Hopkins, localizada em Baltimore em 1876, sendo que a instituição conferiu seu primeiro título PhD dois anos depois (VERHINE, 2008).

O modelo de universidade de pesquisa foi consagrado quando Harvard, a universidade mais antiga e de maior prestígio, adotou-o, em 1880. Outra universidade foi a de Chicago, criada em 1888 pelo barão John D. Rockefeller, e também a Universidade de Stanford, fundada em 1911, pelo construtor de ferrovias Leland Stanford. Assim, as universidades Públicas como

a da Califórnia, de Wisconsin e a de Michigan transformaram-se em admiráveis estabelecimentos focados na pesquisa no início do século XX.

Logo, os Estados Unidos tiveram como parâmetro a abordagem alemã referente à pós-graduação, ou seja, foram adaptados tendo como base a história e a cultura dos Estados Unidos. No Quadro 2, apresentam-se as seguintes diferenças entre os Estados Unidos e a Alemanha:

Quadro 2 – Comparativo da pós-graduação entre Estados Unidos e Alemanha

| Estados Unidos | Alemanha |
|---|--|
| PhD nível elevado. | PhD equivale à graduação. |
| Com base nas artes liberais, ou seja, todos os cursos em uma mesma universidade. Havia distinção entre graduação e pós-graduação. | Não havia distinção entre graduação e pós-graduação. |
| Estrutura hierarquizada (de cima para baixo) e sistema departamental. | Sistema Professor Catedrático. |
| Papel do Estado limitado. Processos de padronização e avaliação desenvolvido por organizações voluntárias. | Em 1800, universidades mantidas pelo Estado. |

Fonte: Adaptado de Verhine (2008).

Por fim, pode-se observar no Quadro 2 que, na Alemanha, não havia distinção entre graduação e pós-graduação, sendo o contrário dos Estados Unidos. Além disso, naquela, essas modalidades de ensino eram mantidas pelo Estado e, no segundo país, o papel do Estado era limitado.

- Argentina

A Argentina apresenta uma educação binária, composta pelas modalidades universitária (universidades e institutos universitários) e não universitárias (institutos superiores não universitários e os colégios universitários). Assim, universidades e institutos universitários concedem grau como licenciado, engenheiro, advogado, médico e de pós-graduação, como especialização, mestrado e doutorado (BARREYRO; LAGORIA, 2010).

A avaliação como instrumento de controle da qualidade da educação foi refletida na Lei de Ensino Superior (LES) nº 24.521, sancionada em 1995, que autorizou o Estado exercer funções de controle de qualidade na educação universitária por meio de um pessoal específico

denominado Comissão Nacional para Avaliação e Acreditação (CONEAU), que deu início às suas atividades em agosto de 1996. Esse órgão é autônomo e opera sob a jurisdição do MEC, sendo composto por 12 membros e diversas equipes técnicas (VILLANUEVA, 2004).

A CONEAU apresenta funções atreladas aos processos de avaliação e acreditação e pode ser sintetizado suas atividades no Quadro 3:

Quadro 3 – Atividades CONEAU

| ATIVIDADES CONEAU |
|--|
| A CONEAU prepara relatórios sobre a consistência e viabilidade de projetos institucionais. |
| A LES estimula que as instituições devem ser avaliadas pela CONEAU a cada seis anos de acordo com os objetivos definidos de cada instituição. |
| Acreditação de carreiras, que no artigo 43 da LES, estabelece carreiras cujo exercício profissional pode prejudicar saúde, segurança, direitos ou formação de moradores, deve ser credenciada ao CONEAU. |
| Credenciamento obrigatório de todas as carreiras de pós-graduação. |
| Recomendação de reconhecimento de entidades privadas de avaliação e credenciamento. Assim, a LES autoriza a possibilidade de constituírem entidades privadas de avaliação e acreditação, mas para funcionar devem ter um relatório prévio de CONEAU. |

Fonte: Adaptado de Villanueva (2004, p. 100-103).

Segundo Fernandez Lamarra (2007), a avaliação é uma forma de estabelecer compromissos com a sociedade, repensar os objetivos, a forma de agir e os resultados, propor mudanças nas instituições e programas. Desse modo, o CONEAU (1997) explana que avaliação é uma forma de conhecer as instituições de modo que propicie melhorias, mudanças e inovações, contribuindo para o aprimoramento da instituição e a importância de suas práticas.

Em relação à acreditação, segundo Márquez e Marquina (1998), é um processo em que uma agência ou associação legalmente responsável concede reconhecimento público a uma instituição que atinja certos padrões de qualificação educacionais previamente reconhecidos. A acreditação acontece por meio de uma avaliação inicial, seguida de avaliações periódicas, tendo como objetivo uma avaliação profissional da qualidade das instituições e programas educacionais. Conforme Villanueva (2004), a acreditação é um processo que concede validade pública, de acordo com a qualidade acadêmica e com leis nacionais e graus universitários. Assim, o credenciamento é periódico, de acordo com os parâmetros de qualidade previamente definidos.

Nesta seção, abordou-se a avaliação de pós-graduação em instituições de ensino superior em países como Estados Unidos, Alemanha, Argentina e Portugal. Na seguinte, apresenta-se a avaliação da pós-graduação no Brasil.

2.3.2 Avaliação da pós-graduação no Brasil

A pós-graduação no Brasil teve seus registros iniciais nos anos de 1930, nas cátedras criadas pelas universidades com a vinda de professores estrangeiros que trouxeram sua cultura junto com as estruturas institucionais da época (SANTOS, 2003; BALBACHEVSKY, 2005). Além disso, teve mudanças em suas estruturas, objetivos e dimensões por meio de sua consolidação e contribuições para desenvolvimento social, tecnológico e científico para o país (GOUVEA, 2012; MORITZ; MORITZ; MELO, 2011).

Em meio ao processo de industrialização, entre os anos de 1930 e 1960, ocorreu a expansão das universidades públicas que apresentavam foco em pesquisa, como a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade de Brasília (1961), contribuindo para o aparecimento dos primeiros cursos de mestrado e doutorado do Brasil (OLIVEIRA et al., 2010). Durante esse período, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), pela Lei 1.310, de 15 de janeiro de 1951 (BRASIL, 1951a). Também em meados de 1951, foi criada a CAPES, inicialmente denominada Conselho Nacional de Aperfeiçoamento de Nível Superior, pelo Decreto 29.741/1951 (BRASIL, 1951b). Posteriormente, em 1964, sua estrutura teve mudança, sendo denominada Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Nível Superior (BRASIL, 2018).

A pós-graduação foi estabelecida em meados de 1960 com a regulamentação da alínea b do artigo 69 da Lei 4.024, de 20 dezembro de 1961, denominada Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1961), que foi revogada pela Lei 9394/1996. A pós-graduação teve um elevado impulso a partir da regulamentação do Parecer nº 977, de 3 de dezembro de 1965, do Conselho Federal de Educação (CFE), conhecido como Parecer Sucupira, ou seja, a institucionalização da pós-graduação ocorreu tanto em virtude da necessidade de formação de especialistas altamente qualificados quanto para preencher quaisquer lacunas da educação formal de pesquisadores (RIBEIRO, 2019). Esse modelo foi inspirado nos Estados Unidos e estruturou dois níveis de formação mestrado e doutorado (NOBRE; FREITAS, 2017). O Parecer 977/1965 “visava à formação de professores universitários, o desenvolvimento da pesquisa científica e o treinamento eficaz de técnicos e intelectuais de alto nível para atender o setor público e privado.” (OLIVEIRA; FONSECA, 2010, p. 10).

A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), estabelece as diretrizes e normas para educação nacional. O Quadro 4 destaca alguns artigos da Lei 9.394:

Quadro 4 – Diretrizes e normas para educação nacional

| |
|---|
| Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: |
| I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; |
| II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; |
| III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; |
| IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino |
| Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. |
| Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. |

Fonte: Adaptado de Brasil (1996).

No Brasil, o Sistema de avaliação da pós-graduação foi implantado em 1976, tendo por responsabilidade a CAPES (OLIVEIRA; FONSECA, 2010). Atualmente, a avaliação da CAPES (2010, p. 125) apresenta três eixos:

[...] feita por pares, oriundos das diferentes áreas do conhecimento e reconhecidos por sua reputação intelectual; 2 – ela tem uma natureza meritocrática, levando à classificação dos e nos campos disciplinares; 3 – ela associa reconhecimento e fomento, definindo políticas e estabelecendo critérios para o financiamento dos programas.

O Sistema Nacional de Avaliação da Pós-Graduação tem como objetivos principais: formação docente de pós-graduação, desenvolvimento de recursos humanos com o intuito de atender o mercado de trabalho que não se constitui o acadêmico, e fortalecimentos das bases científica, tecnológicas e de inovação (BRASIL, 2018a).

A Agência Executiva do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia tem o reconhecimento como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação, o que se efetiva com a extinção do Conselho Nacional de Pós-Graduação (1981), sendo responsável pelo II Plano Nacional de Pós-Graduação. Além disso, é reconhecida pelo MEC

como Agência Executiva do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (HOSTINS, 2006). Sendo assim, dois sistemas de avaliação foram implantados: no período de 1976-1997, vigorava a classificação de A a E, sendo que os cursos de padrão internacional eram conceituados com A. Posteriormente a 1997, a classificação ocorreu por escala numérica Qualis, que se classifica de 1 a 7 (BRASIL, 2010).

Referente ao Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG V, atualmente vigora o de 2011-2020, que “tem como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil” (BRASIL, 2010). Historicamente, destaca-se: PNPG I (1975 – 1980): Institucionalização e expansão do Sistema Nacional de Pós – Graduação; Consentimento de bolsas para dedicação integral; PNPG II (1982 – 1985): oficialização e aperfeiçoamento da avaliação da pós graduação; adequação do sistema as redes futuras; busca da qualidade por meio do sistemas de avaliação; PNPG III (1986 – 1989): Desenvolvimento de pesquisa pelas universidades; integração da pós ao sistema tecnologia e ciência; integração da pós no setor produtivo; PNPG IV (2005 – 2010): estratégias de melhoria para o desenvolvimento do sistema; ampliação da relação entre as agencias federais e setores empresariais; políticas de cooperação internacional (BRASIL, 2010; GUIMARÃES et al, 2015; NOBRE, 2018; FERREIRA, 2019).

Apresentou-se, nesta seção, um breve histórico sobre a avaliação da pós-graduação no Brasil. Na próxima, será abordado com maior aprofundamento o Sistema de Avaliação CAPES atual.

2.3.2.1 Sistema de Avaliação da CAPES

Nesta seção, será abordado como o Sistema CAPES de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação age em relação aos cursos, traçando-se um simples histórico do trabalho que a CAPES vem desenvolvendo junto às universidades, complementando-se a seção anterior.

No Brasil, as principais instituições que têm um envolvimento direto com a pesquisa são as universidades, por meio dos programas *stricto sensu* (MARCHLEWSK; SILVA; SORIANO, 2011). A CAPES é a instituição responsável pela avaliação dos cursos de pós-graduação e pela elaboração do Qualis, que é referência para avaliação da produção científica nacional. Os dados dessa produção servem de fonte para compor o Qualis, que são recebidos a partir da avaliação dos cursos de mestrado e doutorado, sendo o instrumento que orienta a comunidade universitária a buscar um padrão de excelência para os cursos *stricto sensu* (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2018).

Criada em 1951, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, primeiro nome da atual CAPES, tem como principal intuito “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2008). Como fundação do MEC, desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados da Federação (BRASIL, 2020). Com isso, a CAPES é o setor responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu* desde 1981, pelo Decreto nº 86.791, e “[...] é também reconhecida como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao sistema nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior.” (CAPES, 2008).

A CAPES exige dos Programas de Pós-Graduação constante reflexão sobre o desempenho recomendado e o alcançado (GHENO; GUARAGNA; MATA; 2019). O modelo introduzido por ela para avaliar a pós-graduação brasileira no biênio 1996-1997 teve sua consolidação nos triênios subsequentes (1998-2000 e 2001-2003), aprofundando mudanças na concepção e no direcionamento das políticas de avaliação para esse nível de ensino no país (HORTA; MORAES, 2005). Assim, desde o ano de 1999, a avaliação da CAPES para acompanhamento dos programas de pós-graduação, no que tange à qualidade e à consolidação, assumiu novos contornos – foi proposta uma modalidade de caráter continuado, que consolidou o aspecto diagnóstico (RIBEIRO, 2020).

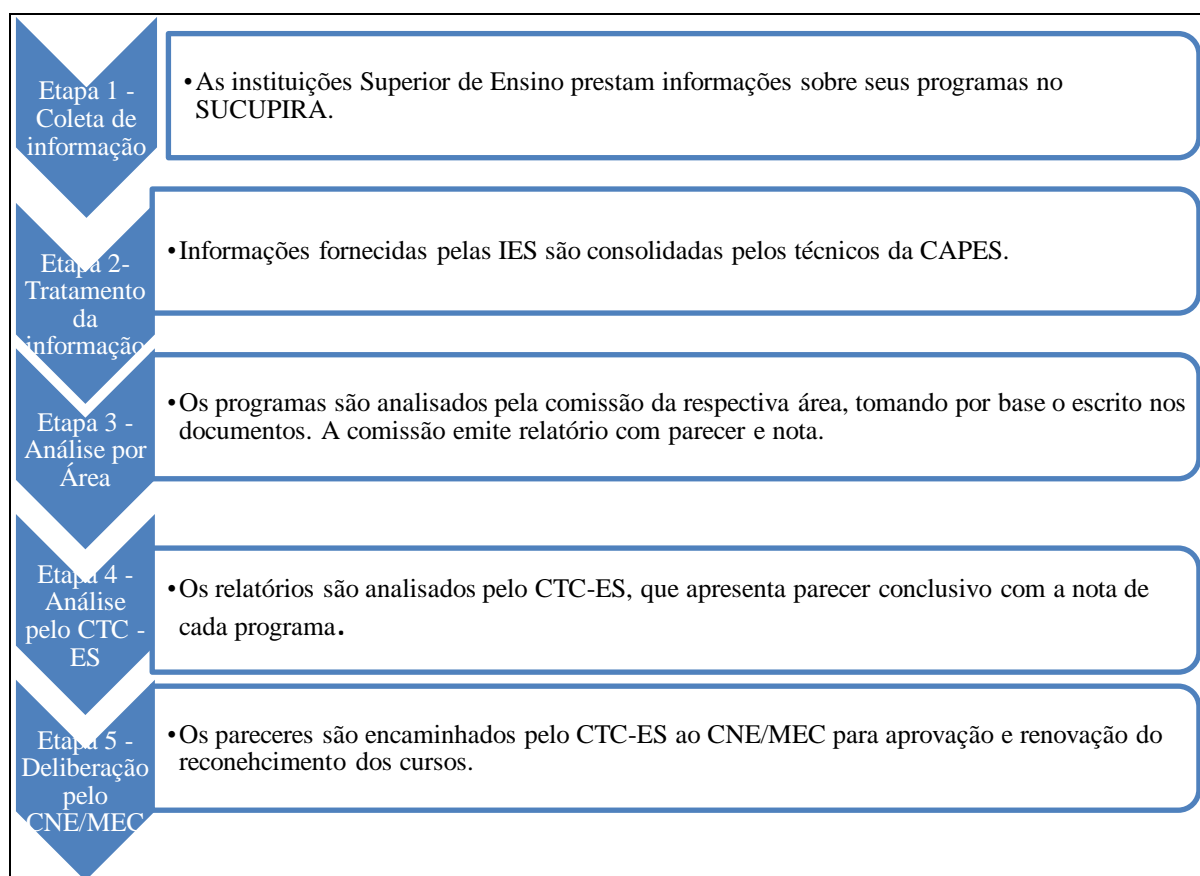
As atividades da CAPES são agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos humanos de alto nível, no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância (CAPES, 2020). Diante disso, a CAPES empreende avaliações sobre os programas de pós-graduação instalados no país por meio de pesquisadores reconhecidos por sua contribuição para a comunidade científica brasileira, sob a alegação de necessidade de acompanhamento, rigor e excelência, “o que cria um sistema de controle e regulação de cada um dos cursos e do espaço social que integram.” (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015)

A CAPES tem sido decisiva para os êxitos alcançados pelo sistema nacional de pós-graduação tanto no que diz respeito à consolidação do quadro atual como na construção das

mudanças que o avanço do conhecimento e as demandas da sociedade exigem (CAPES, 2020). O sistema de avaliação, continuamente aperfeiçoado, serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais (SILVEIRA, 2016). Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios) (BRASIL, 2020), isso porque os resultados dessas avaliações são utilizados como referência para uma gama substancial de ações a serem desenvolvidas na esfera da pós-graduação. Um exemplo é o quantitativo de recursos disponibilizados por meio do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP), que visa ao financiamento das atividades desenvolvidas nos cursos de mestrado e doutorado e, assim, melhores condições à capacitação dos recursos humanos (CAPES, 2008b), bem como a metodologia de distribuição de bolsas de estudos entre as IES e os programas de pós-graduação. Em essência, quanto melhores os resultados obtidos nas avaliações, maiores as recompensas despedidas pela CAPES (RIBEIRO, 2020).

É possível dividir a avaliação em dois processos, um que diz respeito à entrada e o outro que tem a ver com a permanência dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (SILVEIRA, 2016). Vale destacar que os dois processos são feitos pelos seguintes fundamentos: reconhecimento e confiabilidade, critérios debatidos e atualizados, além de transparência (CAPES, 2014).

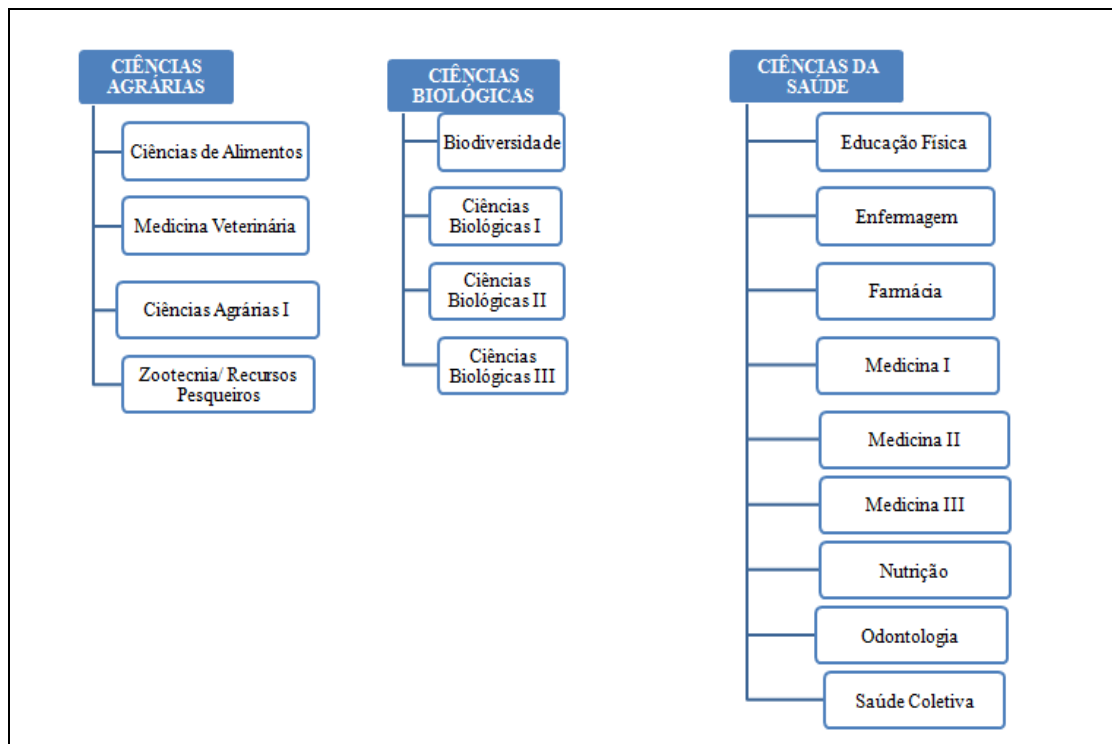
Figura 1 – Esquematização das etapas do processo de Avaliação CAPES



Fonte: Adaptado de CAPES (2014).

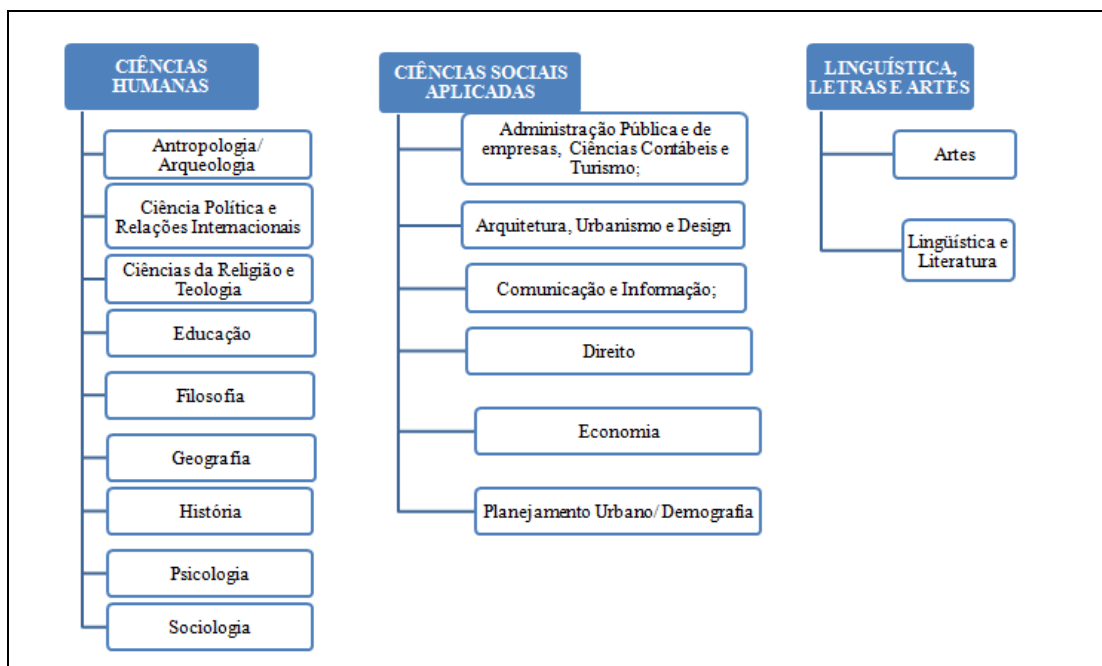
A avaliação Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), composta por 49 áreas, busca a certificação da qualidade da pós-graduação e a identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas do conhecimento para orientar ações de indução no aprimoramento, na criação e na expansão da pós-graduação no território nacional (GHENO; GUARAGNA; MATA; 2019). Essas 49 áreas são agregadas por critério de afinidade em dois níveis: primeiro nível: colégios; segundo nível: grandes áreas. A Figura 2 mostra como as áreas são distribuídas em três colégios e nove grandes áreas:

Figura 2 – Colégio Ciências da Vida



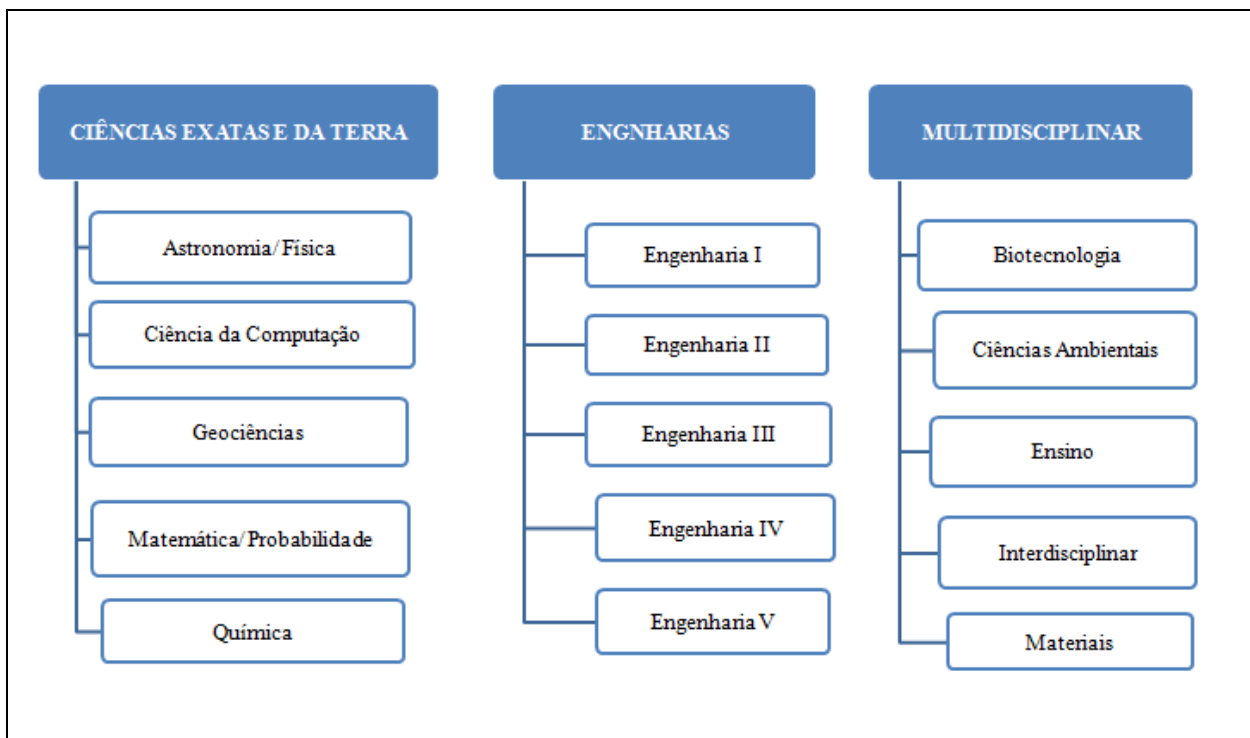
Fonte: Adaptado de CAPES (2014).

Figura 3 – Colégio Ciências de Humanidades



Fonte: Adaptado de CAPES (2014).

Figura 4 – Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar



Fonte: Adaptado de CAPES (2014).

Os cursos que fazem parte do SNPG devem realizar e formalizar prestação de informações anualmente à CAPES pelo sistema de coleta de dados na Plataforma Sucupira. Com essas informações fornecidas pelas IES, a CAPES reúne os dados no formato de relatórios que são encaminhados às comissões de cada área. Essas análises são feitas a partir dos critérios descritos no documento de área específico e, após a análise de mérito, a comissão emite uma nota entre 1 e 7 para cada curso (CAPES, 2014).

O CTC-ES faz análise dos relatórios emitidos pelas comissões e apresenta parecer acerca da nota final de cada curso, que, por sua vez, é encaminhado ao CNE/MEC para a renovação do reconhecimento do curso (no caso de nota superior a 3 para mestrado e superior a 4 para doutorado). No caso de cursos de mestrado que receberam nota inferior a 3, e doutorado inferior a 4, ocorre o descredenciamento do curso, desse modo, o curso não poderá mais receber alunos e será fechado assim que concluir todas as titulações (EULÁLIO, 2017).

Para a análises desses dados, é utilizada uma ficha de avaliação estabelecida pela CAPES, composta de cinco quesitos que, obrigatoriamente, são avaliados em todas as áreas, a saber, a) proposta do programa; b) corpo docente; c) corpo discente, tese e dissertações; d) produção intelectual e; e) inserção Social (VOLPONI, 2019). Cada item da ficha de avaliação

recebe um conceito na escala: “Muito Bom”, “Bom”, “Regular”, “Fraco”, “Insuficiente”, o que, de forma ponderada (conceito x peso do item), resulta em uma nota final (EULÁLIO, 2017). As orientações e os critérios estabelecidos pelas áreas, no processo de avaliação, são revistos e atualizados de forma contínua no que se refere às métricas de avaliação. Essa atualização geralmente é publicada a cada ciclo avaliativo, que, atualmente, corresponde a quatro anos, em forma de documento de área (VOLPONI, 2019).

Cada área de avaliação possui um coordenador, um coordenador adjunto e um coordenador adjunto de mestrado profissional, sendo essa última função recentemente instituída por meio da Resolução nº 003, de 3 de outubro de 2012, aprovada pelo Conselho Superior da CAPES (CAPES, 2014). Esses consultores, chamados também de consultores *ad hoc*, são membros da comunidade acadêmica com reconhecida experiência em ensino e orientação de pós-graduação, pesquisa e inovação (SILVEIRA, 2016).

2.3.2.2 Avaliação dos mestrados profissionais

Nesta seção, serão expostos aspectos sobre a avaliação dos mestrados profissionais. Antes de adentrar na temática específica do processo de avaliação, faz-se necessário entender o que são os mestrados profissionais e sua dimensão no país.

A modalidade de mestrado profissional teve a primeira sinalização do processo de criação na década de 90, porém essa modalidade “já vinha sendo objeto de análise desde a década de sessenta, quando o parecer nº 977 CES de 1965 já fazia alusão a essa modalidade *stricto sensu* utilizando o exemplo das universidades norte americanas” (ALPERSTEDT et al., 2014, p. 300). “No ano de 1995, a Capes, no documento ‘Capes: Metas da Atual Gestão’, sinalizava sobre a necessidade de revisão do modelo de pós-graduação até então prevalente” (TOCAFUNDO; NASCIMENTO; VERDEJO, 2015, p. 43).

A partir de 1995, pelos vários documentos, eventos e discussões, as normativas e prerrogativas dessa categoria de mestrado foram tomando forma. Os documentos atuais emitidos que tratam sobre a regulamentação dessa modalidade foram a Portaria n. 389, de 23 de março de 2017, sobre sua criação, emitida pelo MEC, e a Portaria n. 60, de 20 de março de 2019, elaborada pela CAPES e que trata das orientações gerais do processo de submissão de propostas dos cursos novos nessa modalidade.

O mestrado profissional é definido pela CAPES (2020) como “uma modalidade de Pós-Graduação *stricto sensu* voltada para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma

demanda do mercado de trabalho”. Percebe-se pelo conceito estabelecido pela CAPES que a proposta dessa modalidade é aliar a pesquisa científica a demandas práticas do mundo do trabalho, estando de acordo com um dos objetivos traçados pela CAPES. Contribuir com o ambiente produtivo do país, agregando maior competitividade e produção tanto no setor privado quanto público se configura como meta para essa categoria de pós-graduação (CAPES, 2020).

Atualmente, no Brasil, estão credenciados e reconhecidos 8.689 programas de mestrado profissional espalhados por todas as regiões, segundo a Plataforma Sucupira (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml>). Para melhorar a visualização, os dados foram colocados na Tabela 1.

Tabela 1 – Programas de mestrado profissional separados por regiões

| Região | Quantidade de Cursos |
|---------------------|-----------------------------|
| Centro-Oeste | 66 |
| Nordeste | 171 |
| Norte | 60 |
| Sudeste | 402 |
| Sul | 169 |
| Total | 868 |

Fonte: Plataforma Sucupira.

Na Tabela 1, é possível identificar que a região com maior número de programas de pós-graduação é a Região Sudeste, com 402 programas, e a região com menor número é a Centro-Oeste, com 66 cursos. Em relação às áreas de avaliação da CAPES, os cursos estão separados conforme mostra a Tabela 2:

Tabela 2 – Programas de mestrado profissional separados por área

| Nome da Área | Total de Mestrados Profissionais | Nome da Área | Total de Mestrados |
|--|---|---------------------|---------------------------|
| Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo | 78 | Ensino | 95 |
| Antropologia / Arqueologia | 1 | Farmácia | 9 |
| Arquitetura, Urbanismo e Design | 17 | Filosofia | 2 |
| Artes | 11 | Geociências | 3 |
| Astronomia / Física | 2 | Geografia | 5 |

| | | | |
|---|----|---|-----|
| Biodiversidade | 6 | História | 12 |
| Biotecnologia | 10 | Interdisciplinar | 100 |
| Ciência da Computação | 16 | Linguística e Literatura | 10 |
| Ciência de Alimentos | 9 | Matemática / Probabilidade e Estatística | 9 |
| Ciência Político e Relações Internacionais | 18 | Materiais | 5 |
| Ciências Agrárias | 20 | Medicina | 57 |
| Ciências Ambientais | 34 | Medicina Veterinária | 11 |
| Ciências Biológicas | 13 | Nutrição | 4 |
| Ciências da Religião e Teologia | 4 | Odontologia | 18 |
| Comunicação e Informação | 19 | Planejamento Urbano e Regional / Demografia | 4 |
| Direito | 22 | Psicologia | 15 |
| Economia | 22 | Química | 5 |
| Educação | 52 | Saúde Coletiva | 42 |
| Educação Física | 5 | Sociologia | 1 |
| Enfermagem | 24 | Serviço Social | 0 |
| Engenharias | 74 | Zootecnia / Recursos Pesqueiros | 5 |

Fonte: Plataforma Sucupira.

A partir da análise da Tabela 2, verifica-se que as áreas que possuem o maior número de cursos são: em primeiro lugar, a área Interdisciplinar, que possui 100 cursos e, em segundo lugar, a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, com setenta e oito cursos. Nota-se que a área Interdisciplinar, por perpassar por diversas outras áreas, tem o maior número de cursos, o que não é surpreendente. O segundo lugar ocupado pela Administração corrobora com o que foi expresso neste referencial sobre a necessidade de os mestrados aliarem o estudo acadêmico com a resolução de demandas do ambiente de mercado de trabalho.

Identifica-se que a área de Serviço Social não possui cursos de mestrado profissional e que as áreas de Antropologia / Arqueologia e Sociologia possuem um curso cada, configurando-

se como as áreas com menor número de cursos de mestrado profissional. Após relatar os dados anteriores referentes ao contexto brasileiro, faz-se necessário especificar a questão da avaliação.

Segundo a CAPES (2020) “Para garantir a qualidade dos Mestrados Profissionais, critérios operacionais e normas são necessários para dirigir e controlar sua implantação e desenvolvimento.” Destaca-se aqui a importância de expor historicamente esse processo de avaliação dos cursos. Fischer (2005) argumenta sobre a postura da CAPES em revisar os processos de avaliação existentes e a incorporação de novos critérios e valores que seriam diferenciados da avaliação dos programas acadêmicos. A autora (Ibid., p. 26) afirma que “em primeiro lugar, exige-se que as propostas de mestrado acadêmico e profissional sejam distintas, quando a instituição oferecer os dois tipos de curso. Quando for o mestrado profissional, este deve ter características nitidamente aplicadas.”. No texto da autora, ela expõe que essas características citadas envolviam a formação do quadro docente e os tipos de produções de docentes e discentes.

Atualmente, como citado no capítulo anterior, existem dois processos de avaliação em que os mestrados profissionais se encaixam como os outros cursos de pós-graduação. A avaliação de entrada são as propostas enviadas pelas instituições para solicitar a abertura de novos cursos. A segunda etapa é a avaliação de qualidade para “renovação do credenciamento em período de quatro em quatro anos, conhecida como avaliação quadrienal” (BATISTA; MATTOS; 2020, p. 371). Os mestrados profissionais possuem especificidades que solicitam um parecer “baseado em critérios diferenciados, definidos pelas áreas de avaliação, e realizados por subcomissão específica, mesmo se realizados concomitantemente aos programas acadêmicos.” (CAPES, 2020).

Apesar das definições da CAPES de diferença entre os mestrados acadêmico e profissional, as definições não estão totalmente claras das distinções dos programas. Essa afirmação era sustentada em 2010 por Takahashi et al. (2010, p. 556): “de acordo com a literatura consultada, os critérios de avaliação desses cursos pela CAPES ainda não são claros e permanecem abertos”. A falta de total clareza ainda é citada atualmente por autores como Goulart et al. (2017, p. 15), que argumentam que uma das causas seria “de que a Pós-Graduação, no Brasil teve como palco as universidades públicas, que constituem o espaço privilegiado da academia. A aproximação entre essas universidades e o mundo do trabalho, entre o teórico e o prático ainda constitui um desafio”. Outro ponto levantado pelos autores texto se refere ao fato de que muitos docentes convidados a atuar nessa modalidade não possuem conhecimentos do mundo organizacional e acabam adotando uma postura com tendência acadêmica e a produção final permanece similar ao exigido nos mestrados acadêmicos (GOULART et al., 2017).

Após todas as demonstrações de argumentos e aspectos que perpassam pela questão da avaliação dos mestrados profissionais, é possível perceber que, desde sua criação até o quadro atual, esclarecimentos, análises e delimitações foram surgindo nos processos de avaliação, mas ainda se percebe na literatura a necessidade de avançar nas questões de avaliação para que se torne possível consolidar os programas de mestrado profissional com os objetivos traçados para essa modalidade.

Nesta seção, foram demonstrados aspectos sobre a avaliação dos mestrados profissionais, bem como um pouco de sua conceituação e sua dimensão no país. Após essa argumentação, na próxima seção será discutida e conceituada a Plataforma Sucupira.

2.3.2.3 Plataforma Sucupira

Nesta seção, é traçado um breve histórico e também a utilidade da Plataforma Sucupira, disponível nos meios digitais para prestação de informações e transparência. No ano de 2014, a CAPES, com o objetivo de criar uma base de referência do SNPG, efetuou o lançamento da Plataforma Sucupira, uma importante ferramenta on-line para a realização de coleta de informações, submissão de propostas Aplicativo para Proposta de Cursos Novos (APCN), além da realização de diversas consultas (VOLPONI, 2019). O nome da plataforma foi dado em homenagem ao Professor Newton Sucupira, que tem sua trajetória referenciada pelos caminhos da educação superior brasileira, com a democratização do acesso à universidade e com a institucionalização da pós-graduação (BOMENY, 2014).

A plataforma Sucupira é uma ferramenta eletrônica on-line que mecaniza todos os processos e procedimentos do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Ela “é uma importante e nova importante ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação” (BRASIL, 2015, p. 7) e tem a finalidade de facilitar a relação com a comunidade acadêmica e dar mais transparência às suas ações. É por meio da plataforma Sucupira que os programas de pós-graduação reportam, anualmente, CAPES, dados sobre infraestrutura, formação e atividades docentes, matrícula e titulação de discentes, disciplinas, projetos de pesquisa, produção bibliográfica, dissertações e teses defendidas, produção técnica/tecnológica, etc. (EULÁLIO, 2017).

A plataforma está disponível para toda a comunidade acadêmica e ao público em geral, nela está contida informações de ordem acadêmico-científica de todos os programas regulares em funcionamento, abrangendo áreas específicas de gestão de dados que variam em função do perfil de usuário e dos privilégios de acesso.

Ainda que o destaque da plataforma seja o Qualis Periódicos tanto para pesquisadores quanto para alunos em face do trabalho de conclusão de curso (TCC) e monografia, as demais ferramentas e até mesmo a origem do nome e do desenvolvimento dela são interessantes de serem conhecidos. Lançada em 2014, teve desde o início a intenção de ser uma ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do SNPG.

O principal objetivo da criação da Plataforma Sucupira é o de proporcionar avanços para os processos da CAPES, como maior facilidade no acompanhamento da avaliação; maior confiabilidade, precisão e segurança das informações; redução de tempo, esforços e imprecisões na execução da avaliação do SNPG (VOLPONI, 2019).

3 CAPÍTULO III: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos a fim de se obter o alcance dos objetivos deste estudo. Dessa forma, expõem-se o tipo e a estratégia de pesquisa; população e amostra; instrumento de coleta de dados.

3.1 TIPO E ESTRATÉGIA DE PESQUISA

O estudo tem como objetivo geral analisar PPGOP-UFSM, visando contribuir com uma proposta de melhoria em relação aos cursos com nota superior. Os objetivos específicos e o plano de ação decorrentes disso são apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 – Objetivos específicos e plano de ação

| Objetivos Específicos | Plano de Ação |
|---|---|
| Analisar a proposta atual do PPGOP, bem como os relatórios de 2017, 2018, 2019 e 2020. | A partir dos relatórios enviados pelo próprio Programa dentro do sistema da Plataforma Sucupira, disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/ , priorizando as áreas mais relevantes da avaliação conforme ficha de avaliação: Área 27 Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. |
| Realizar uma análise dos programas de pós-graduação em Administração Pública no Brasil a partir dos relatórios sucupira. | Analisar os relatórios enviados pelos programas de pós-graduação disponíveis na Plataforma Sucupira, https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/ . |
| Identificar pontos fortes e pontos fracos do PPGOP. | A partir das análises anteriores, confrontar as informações dos demais programas de pós-graduação com notas altas e verificar o que o PPGOP precisa fazer e melhorar em relação aos demais e utilizar documentos do PPGOP para vislumbrar os pontos fortes e pontos fracos. |
| Propor linhas de ação mais coerentes ao documento de área da CAPES. | Conforme o que foi analisado e comprovado de ações necessárias e viáveis, formular um documento com sugestões de ações alinhadas aos requisitos da CAPES. |

Fonte: Elaborado pela autora.

Para atingir os objetivos propostos, foram realizadas análises documentais e das legislações pertinentes ao estudo; além disso, a partir dos achados, propõem-se ações alinhadas aos requisitos da CAPES para qualificação do PPGOP-UFSM. Como estratégia de pesquisa, delimitou-se como estudo de caso, que, segundo Gil (2014, p. 37), “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.” Por se tratar de um estudo com poucos objetos, mas com um nível significativo de aprofundamento, ele permite ser utilizado em muitas situações. Segundo Yin (2015, p. 4), “como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados.”

Em relação ao objetivo da pesquisa, classifica-se como descritiva, que, segundo Gil (2014), tem como finalidade descrever características de determinado fenômeno. A pesquisa assume um caráter descritivo, pois, após a entrevista junto a análise dos documentos, há apresentação dos resultados.

3.2 UNIDADE DE ANÁLISE

A unidade de análise do estudo compreende o PPGOP-UFSM, bem como os sites de busca que contêm as informações que compõem esta pesquisa, neste caso, a Plataforma Sucupira, assim como CAPES e demais informações e relatórios ali dispostos.

3.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico de relatórios disponibilizados e preenchidos pelas IES com programas de pós-graduação em Administração Pública avaliados e reconhecidos pela CAPES, pela consulta nos portais da CAPES e Plataforma Sucupira.

O estudo dos dados foi feito pela análise de conteúdo. Sobre isso, entende-se que “quando os documentos se referem a textos escritos ou transcritos, como matéria veiculada em jornais e revistas, cartas, relatórios, cartazes e panfletos, ou à comunicação não verbal, como gestos e posturas, o procedimento analítico mais utilizado é a análise de conteúdo.” (GIL, 2014, p. 62). O sistema de categorizar os dados obtidos foi aplicado nos resultados deste estudo. De acordo com Martins e Theóphilo (2016, p. 142), “em pesquisas qualitativas, as grandes massas de dados são quebradas em unidades menores e, em seguida, reagrupadas em categorias que se

relacionam entre si, de forma a ressaltar padrões, temas e conceitos.” O processo de analisar os dados também deve gerar elementos quantificáveis que serão representados por tabelas e gráficos.

Alguns constructos foram levados em consideração para estruturar a análise de todos os programas de pós-graduação em relação ao PPGOP-UFSM para compor os pontos fortes, fracos, desafios e diferenciais, sendo eles os propostos pela avaliação CAPES. Foi realizada uma seleção dos critérios que tinham maior pontuação, dessa forma, os selecionados constam no Quadro 6:

Quadro 6 – Dimensões de análise

| Dimensões | Compreensão de cada dimensão |
|------------------|--|
| PROGRAMA | <ul style="list-style-type: none"> • Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do programa. • Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à proposta do programa. |
| FORMAÇÃO | <ul style="list-style-type: none"> • Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa. |
| IMPACTO | <ul style="list-style-type: none"> • Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa. • Impacto econômico, social e cultural do programa • Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa. |

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a obtenção dos dados expostos, foram utilizados os sites da CAPES na Plataforma Sucupira, na qual constam os dados de todos os cursos de graduação, pós-graduação, especializações e doutorado das IES do Brasil, reconhecidos e avaliados. Para tal pesquisa, foi relevante os dados que a CAPES considera importante, ilustrados no Quadro 7:

Quadro 7 – Quesitos utilizados para apresentação dos dados

| QUESITOS AVALIADOS PELA CAPES | | |
|---|---|------------------------|
| Ano de avaliação | Nota do programa | Nível |
| Linhas de pesquisa | Projetos de pesquisa | Disciplinas |
| Turmas | Docentes permanentes | Docentes colaboradores |
| Docentes visitantes | Docentes mestres | Docentes doutores |
| Participantes externos | Financiadores | Trabalhos de conclusão |
| Trabalhos de conclusão por linha de pesquisa | Produções intelectuais | Artigos em periódicos |
| Artigos em anais | Outras produções bibliográficas | Pós-doc |
| Egressos | Projetos de cooperação entre instituições | |

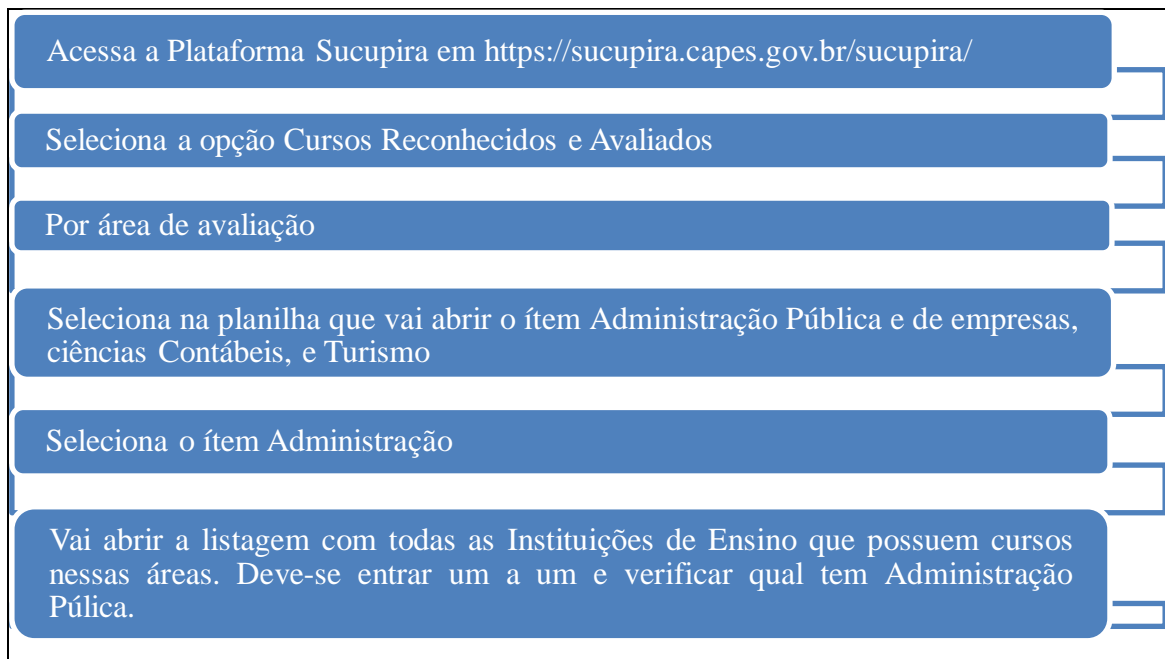
Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme o Quadro 7, foram utilizados esses termos para que fosse efetuada a pesquisa do que a CAPES utiliza como forma de avaliação. Tais termos foram utilizados para analisar os 25 programas de pós-graduação de Administração Pública encontrados na Plataforma Sucupira, base de dados para avaliar os cursos reconhecidos e registrados.

Os anos de avaliação foram considerados 2017, 2018, 2019 e 2020 conforme objetivos específicos. A nota do programa diz respeito à nota que o curso foi avaliado; o nível engloba a modalidade profissional ou acadêmico; ainda há as linhas de pesquisa que os programas adotam; o número de projetos de pesquisa que o programa desenvolve; o número de disciplinas que os programas oferecem; o número de turmas que o programa disponibiliza aos discentes; o número de docentes permanentes; o número de docentes colaboradores; o número de docentes visitantes no programa, além de verificar quantos desses docentes têm somente mestrado e quantos possuem doutorado. Outras informações são se o programa possui participantes externos; o número de financiadores; o número de trabalhos de conclusão; o número de trabalhos de conclusão por linha de pesquisa; o número de produções intelectuais; o número de produções em anais e periódicos, além de outras produções; o número de pós-doc; o número de egressos dos programas; e, por fim, se há projetos de cooperação entre instituições.

Para encontrar os programas de pós-graduação em Administração Pública, foi feito o caminho ilustrado na Figura 5:

Figura 5 – Passo a passo para encontrar somente os cursos em Administração Pública do Brasil



Fonte: Elaborada pela autora.

A partir do passo a passo da Figura 5, foi possível encontrar 25 programas de pós-graduação que estão em IES que disponibilizam curso de pós-graduação em Administração Pública. Para a análise dos dados dos programas de pós-graduação encontrados, foi retirado o programa de pós-graduação da Instituição ANDIFES, pois é um curso ofertado no nível nacional e seus números em comparação com os demais cursos destoam por estar presente em diversas IES, além disso, ele não retrata individualmente a situação de uma instituição, mas faz um apanhado de todas, dessa forma, ele não retrata a fiel imagem do programa de pós-graduação. Também não foram considerados para a análise os cursos que estão em processo de avaliação que não possuem nota atribuída: Controladoria e Gestão Pública da UERJ; e Administração Pública da UFSM. Gestão de Organizações Públicas da UFSM, por ser a unidade de análise, tem um capítulo específico.

3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Em termos de limitação deste estudo, pode-se mencionar a questão de ter sido uma pesquisa bibliográfica, ficando restrito às informações disponíveis nos relatórios, não se obtendo detalhes maiores das IES que têm em seu quadro de cursos Administração Pública.

Importante também ressaltar que os dados são de responsabilidade de cada programa que faz o preenchimento manual das informações.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os resultados encontrados na coleta de dados e o confronto dos dados na perspectiva do objetivo geral e objetivos específicos da pesquisa.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Os Cursos de Administração Pública no Brasil vêm ganhando destaque e são cada vez mais procurados em função de as instituições públicas necessitarem de pessoas qualificadas para as funções. Hoje em dia, a ênfase em qualificação e melhoramento nos processos tem sido matéria de destaque nas funções públicas. Com isso, as IES têm disposto em sua oferta cursos de pós-graduação na área de Administração Pública. No Brasil, são 25 programas de pós-graduação, entre mestrado e doutorado, com nomenclaturas variáveis, o que pode ser visto no Quadro 8.

Quadro 8 – Instituições e cursos em Administração Pública no Brasil

| INSTITUIÇÃO | NOME DO CURSO | NÍVEL | NOTA |
|--|--|--------------|------|
| Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) | Administração Pública em Rede Nacionais | PROFISSIONAL | 3 |
| Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP FGV) | Gestão e Políticas Públicas | PROFISSIONAL | 4 |
| Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) | Administração Pública | PROFISSIONAL | 4 |
| Fundação Getúlio Vargas (FGV- SP) | Administração Pública e de Governo (Mestrado) | ACADÊMICO | 6 |
| Fundação Getúlio Vargas (FGV- SP) | Administração Pública e de Governo (Doutorado) | ACADÊMICO | 6 |
| Fundação João Pinheiro (Escola de Governo) | Administração Pública | ACADÊMICO | 3 |
| Instituto Brasileiro de Direito Público (IDB) | Administração Pública | PROFISSIONAL | 3 |
| Universidade de Brasília (UNB) | Administração Pública (Mestrado) | ACADÊMICO | 5 |

| | | | |
|---|--|--------------|---|
| Universidade de Brasília (UNB) | Administração Pública (Doutorado) | ACADÊMICO | 5 |
| Universidade de Brasília (UNB) | Gestão Pública | PROFISSIONAL | 3 |
| Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) | Controladoria e Gestão Pública | PROFISSIONAL | A |
| Universidade Federal da Bahia (UFBA) | Administração | PROFISSIONAL | 4 |
| Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (UFPB – JP) | Gestão Pública e Cooperação Internacional | ACADÊMICO | 3 |
| Universidade Federal de Lavras (UFLA) | Administração Pública | PROFISSIONAL | 3 |
| Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) | Administração Pública | ACADÊMICO | A |
| Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) | Gestão em Organizações Públicas | PROFISSIONAL | 3 |
| Universidade de São Carlos (UFSCAR) | Gestão de Organizações Públicas de Sistemas Públicos | PROFISSIONAL | 3 |
| Universidade do Espírito Santo (UFES) | Gestão Pública | PROFISSIONAL | 3 |
| Universidade Federal do Pará (UFPA) | Gestão Pública | PROFISSIONAL | 3 |
| Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN) | Gestão Pública | PROFISSIONAL | 4 |
| Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) | Administração Pública | PROFISSIONAL | 3 |
| Universidade Federal de Viçosa (UFV) | Administração Pública (Mestrado) | ACADÊMICO | 4 |
| Universidade Federal de Viçosa (UFV) | Administração Pública (Doutorado) | ACADÊMICO | 4 |
| Universidade de São Paulo (USP) | Gestão de Políticas Públicas | ACADÊMICO | 3 |
| Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER) | Políticas Públicas | PROFISSIONAL | A |

Fonte: Elaborado pela autora.

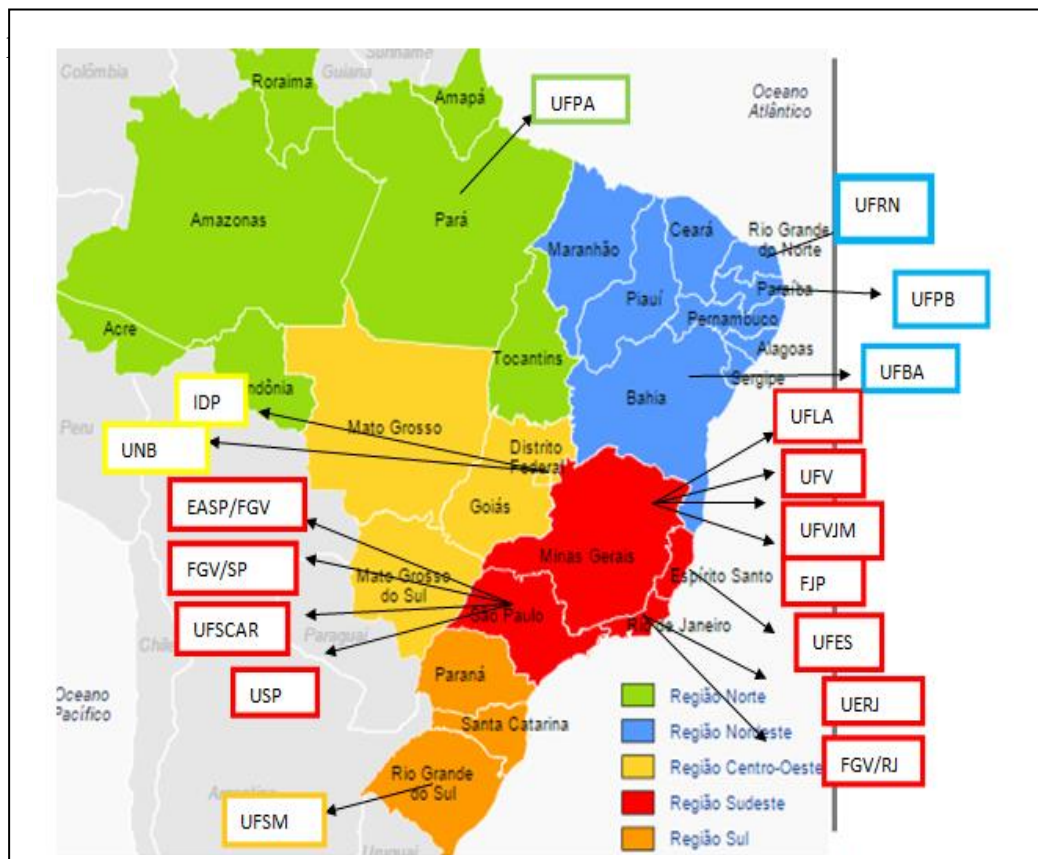
No Quadro 8, pode-se confirmar a presença de 25 programas de pós-graduação em Administração Pública, distribuídos em 18 IES tanto pública como privada. Esses cursos possuem nomenclaturas variantes, sendo 15 cursos profissionais e 10 cursos acadêmicos. Alguns programas oferecem mestrado e doutorado.

Na próxima seção, os programas de pós-graduação serão separados por regiões do Brasil e será feita uma breve análise em cada uma das regiões por nota e nível.

4.2 PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO POR REGIÃO DO BRASIL

Os programas de pós-graduação em Administração Pública estão espalhados no Brasil inteiro, sendo notável, em algumas regiões, do Brasil uma concentração maior destes, como exhibe a Figura 6.

Figura 6 – Mapa do Brasil dividido por regiões com as IES que possuem programas de pós-graduação em Administração Pública



Fonte: Elaborada pela autora.

A Figura 6 mostra que a Região Sudeste do Brasil concentra o maior número de programas de pós-graduação em Administração Pública, sendo 11 instituições que oferecem o programa. Minas Gerais e São Paulo são os estados onde existem mais programas nessa área. Nessa região, são sete programas a nível profissional e quatro a nível acadêmico. Na Região, estão programas com notas 6, incluindo o Programa Acadêmico da FGV-SP. Com nota 4, os programas das instituições FGV EAESP a nível profissional; USP, a nível acadêmico; FGV-RJ, a nível profissional; e UFV a nível acadêmico. Os demais cursos possuem nota 3, sendo os

da Instituições UFLA, UFJM, UFSCAR e UFES a nível profissional; e o da instituição FJP a nível acadêmico.

A região do mapa que contempla o Nordeste, identificado pela cor azul, conta com três programas, dispostos em três estados do Nordeste, sendo os estados Rio Grande do Norte, Bahia e Paraíba. Desses programas, são dois com nota 4 a nível profissional nas instituições UFRN e UFBA e um com nota 3 a nível acadêmico, o programa da Instituição UFPB – JP. A Região Centro-Oeste conta com duas instituições que têm programa de pós-graduação na área de Administração Pública, são elas a UNB e o IDP. A UNB tem programa acadêmico com nota 5 em Administração Pública e oferta também em Gestão Pública a nível profissional com nota 3, e o IDP a nível profissional com nota 3.

A Região Norte do mapa, representada pela cor verde, conta com um programa de pós-graduação na área de Administração Pública na instituição UFPA com nota 3 e a nível profissional. Na Região Sul, representado pela cor laranja, também tem um programa a nível profissional, com nota 3 na UFSM e um programa a nível acadêmico ainda em avaliação.

Pelo mapa, é possível perceber que na Região Sudeste e na Região Centro-Oeste estão concentrados os programas de pós-graduação com maiores notas; no restante do mapa, as notas estão entre 4 e 3. Lembra-se que a Região Sudeste é onde tem o maior número de programas de pós-graduação. Para poder comparar melhor, a seguir os cursos de pós-graduação serão divididos entre programas profissionais e programas acadêmicos, sendo feita a análise dos atributos de avaliação da CAPES.

4.3 PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

No nível profissional, podem-se fazer algumas observações, considerando-se o último ano de informações disponíveis na Plataforma Sucupira, que é o ano base de 2019, conforme a Tabela 3:

Tabela 3 – Relação de programas de pós-graduação a nível profissional com média de linhas de pesquisa e área de concentração no ano 2019

| INSTITUIÇÕES | LINHAS DE PESQUISA | ÁREA DE CONCENTRAÇÃO |
|---|---------------------------|-----------------------------|
| Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP) | 5 | 2 |
| Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) | 2 | 1 |
| Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) | 1 | 1 |
| Universidade de Brasília (UNB) | 2 | 3 |
| Universidade Federal da Bahia (UFBA) | 3 | 3 |
| Universidade Federal de Lavras (UFLA) | 4 | 3 |
| Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) | 3 | 1 |
| Universidade de São Carlos (UFSCAR) | 3 | 1 |
| Universidade do Espírito Santo (UFES) | 2 | 1 |
| Universidade Federal do Pará (UFPA) | 2 | 1 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) | 2 | 1 |
| Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) | 2 | 1 |
| MÉDIA | 2,53 | 1,46 |

Fonte: Elaborada pela autora a partir da Plataforma Sucupira.

A estrutura curricular e as áreas de concentração dão sustentação às atividades desde ensino e de pesquisa, a implementação. A Tabela 3 demonstra as instituições a nível profissional, com seus números respectivos de linhas de pesquisas e de área de concentração. Pode-se observar que os programas com maiores nota possuem uma média de quatro linhas de pesquisas, já com relação à média de área de concentração, as instituições com maiores notas têm uma média de duas áreas de concentração. Em destaque, está a UFBA, com três áreas de concentração, sendo elas Administração Pública e Governança; Organização, Poder e Gestão; e Tecnologia, Inovação e Competitividade, que, dos programas de pós-graduação profissionais com maiores notas, é o que mais se destaca em áreas de concentração. Compõe o rol dos programas de pós-graduação com maior nota a nível profissional, nota 4, as instituições FGV EAESP, FGV-RJ, UFBA e UFRN.

As instituições com nota 3 têm uma média de duas linhas de pesquisas e uma área de concentração em média. Aqui se destaca o programa de pós-graduação da UFLA, que possui quatro linhas de pesquisas e três áreas de concentração, que são Administração Pública; Gestão Pública e Tecnologia da Inovação; e Gestão Social, Políticas Públicas e Controle Social. Áreas

de concentração muito semelhantes com a da UFBA, que têm maior nota, são áreas que abrangem diversidade de conteúdos em diferentes esferas da Administração Pública. Seguindo essa perspectiva, há os TCC que os programas de pós-graduação têm produzido, como mostra a Tabela 4:

Tabela 4 – Número de total de trabalhos de conclusão no ano de 2019 e média de trabalhos por linha de pesquisa

| Instituições | Número de TCC | Média de TCC por linha de pesquisa |
|---|----------------------|---|
| Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP) | 34 | 6,8 |
| Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) | 31 | 15,5 |
| Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) | 50 | 25 |
| Universidade de Brasília (UNB) | 14 | 7 |
| Universidade Federal da Bahia (UFBA) | 18 | 6 |
| Universidade Federal de Lavras (UFLA) | 10 | 2,5 |
| Universidade de São Carlos (UFSCAR) | 22 | 7,3 |
| Universidade do Espírito Santo (UFES) | 50 | 25 |
| Universidade Federal do Pará (UFPA) | 5 | 2,5 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) | 7 | 3,5 |
| Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) | 0 | 0 |

Fonte: Elaborada autora.

A Tabela 4 apresenta o número de TCC e média de trabalhos por linhas de pesquisa. Os programas de pós-graduação das instituições Universidade do Espírito Santo (UFES) e Instituto Brasileiro de Direito Público (IDB) entregaram 50 TCC, sendo que o programa de pós-graduação da UFES possui duas linhas de pesquisas, Política, Planejamento e Governança Pública, que registrou 20 trabalhos, e a linha de pesquisa Tecnologia, Inovação e de Operações em Organizações Públicas, com 30 trabalhos concluídos.

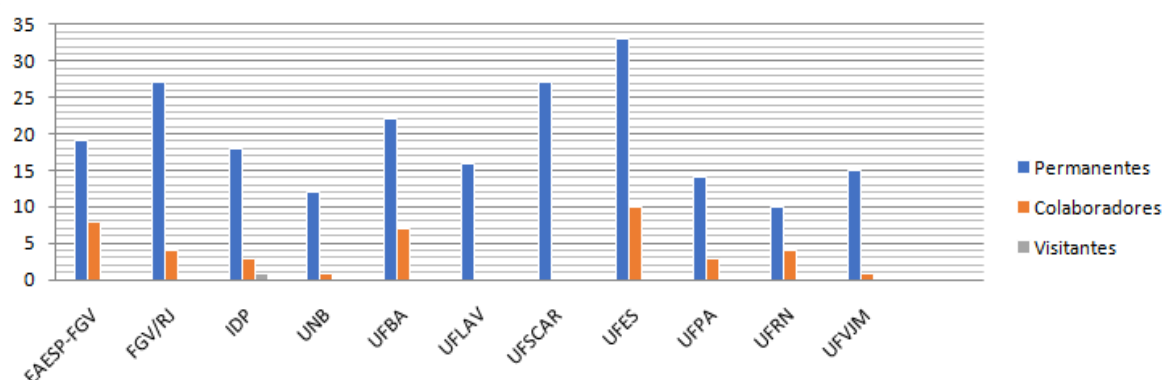
Não há registros de trabalhos concluídos no programa de pós-graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Com o menor número de trabalhos concluídos, o programa da Universidade Federal do Pará (UFPA) totalizou cinco trabalhos da linha de pesquisa Gestão Pública Municipal, e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 7 (sete) trabalhos em uma única linha de pesquisa, Gestão e Políticas Públicas.

O programa de pós-graduação da Universidade Federal de Lavras (UFLA) conta com quatro linhas de pesquisas, porém, destas, somente houve registro em duas: Gestão Pública, Tecnologia e Inovação, com registro de quatro trabalhos de conclusão e Gestão Pública, Políticas Públicas e Gestão Social, com seis trabalhos concluídos. O programa de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) possui três linhas de pesquisa com 18 trabalhos finalizados, fazendo uma média de seis trabalhos por linha. O programa da Universidade de Brasília (UNB) tem 14 trabalhos entregues e finalizados nas suas duas linhas de pesquisas: Gestão de Políticas Públicas; e Gestão de Políticas Públicas e Governamental, sendo que na primeira houve registro de 1 um trabalho e na segunda, de 13 trabalhos entregues, respectivamente. Os cursos que tiveram uma média de trabalhos concluídos foram os das instituições Universidade de São Carlos (UFSCAR), com 22 trabalhos concluídos em suas três linhas de pesquisas: 12 em Gestão de Organizações Públicas; três em Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação; e sete em Estado e Políticas Públicas.

O programa de pós-graduação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP) possui cinco linhas de pesquisas: Estado Governo e Políticas Públicas, com 11 trabalhos; Gestão e Políticas Públicas, com dois trabalhos; Gestão Educacional, com um trabalho; Gestão Social e Territorial, com 11 trabalhos; e Políticas Públicas Urbanas, com 9 trabalhos, totalizando 34 TCC. O programa da FGV-RJ possui apenas duas linhas, fazendo uma média de 15 trabalhos por linha de pesquisa.

Isaia (2006) afirma que “a docência superior é um processo complexo que se constrói ao longo da trajetória docente e que esta envolve, de forma intrinsecamente relacionada, a dimensão pessoal, a profissional e a institucional. Sim, o docente nas Instituições de Ensino Superior tem múltiplos afazeres e responsabilidades.” Dessa forma, os programas de pós-graduação procuram ter em seu corpo docente professores capacitados e com experiência para desenvolver suas práticas. para compor essa grande equipe, o programa necessita ter docentes permanentes, docentes colaboradores e docentes visitantes. Para visualizar essas informações, segue o Gráfico 1:

Gráfico 1 – Número de docentes permanentes, docentes colaboradores e docentes visitantes em 2019



Fonte: Elaborado pela autora.

No Gráfico 1, pode-se perceber que os valores de docentes visitantes em todas as IES variam entre 0 e 1, ou seja, não há muita participação destes. As instituições que receberam essa modalidade de docentes em programas de pós-graduação em Administração Pública foram o Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Docentes permanentes compõem o currículo e são fundamentais para uma boa avaliação dos programas de pós-graduação, com isso todos os possuem em seu quadro. Nas IES estudadas, tem-se o seguinte número de docentes permanentes: Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP), 19; Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), 27; Instituto Brasileiro de Direito Público (IDB), 18; Universidade de Brasília (UNB), 12; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 12; Universidade Federal da Bahia (UFBA), 22; Universidade Federal de Lavras (UFLA), 16; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 22; Universidade de São Carlos (UFSCAR), 27; Universidade do Espírito Santo (UFES), 33; Universidade Federal do Pará (UFPA), 14 docentes permanentes. No programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) foram registrados dez docentes permanentes e na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) totalizaram 15.

Com relação aos docentes colaboradores, que são aqueles que contribuem como coautores, participantes de bancas, seguem: a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP), oito; Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), quatro; Instituto Brasileiro de Direito Público (IDB), três; Universidade de Brasília (UNB), um; Universidade Federal da Bahia (UFBA), sete; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), oito; Universidade do Espírito Santo (UFES), dez; Universidade Federal do Pará (UFPA), três; Universidade Federal

do Rio Grande do Norte (UFRN), quatro; Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), um; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade de São Carlos (UFSCAR) não possuem registro de docentes colaboradores.

Para se ter uma noção geral das publicações de cada programa de pós-graduação, na Tabela 5, foi feito um comparativo de todos as IES que possuem o programa em Administração Pública, contabilizando o número de publicações em anais, periódicos, outras publicações bibliográficas e o total de produção, separados pelos anos 2017, 2018, 2019 e 2020:

Tabela 5 – Comparativo número de produções em anais, periódicos, outras publicações e total de publicações no ano de 2017, dos cursos com nota 3 e 4

| Instituição | Publicações em anais | Publicações em periódicos | Outras publicações bibliográficas |
|--|-----------------------------|----------------------------------|--|
| Programas de pós-graduação com nota 3 | | | |
| IDB | 15 | 49 | 80 |
| UNB | 32 | 25 | 20 |
| UFLA | 67 | 32 | 19 |
| UFSM | 135 | 89 | 41 |
| UFSCAR | 59 | 51 | 18 |
| UFES | 102 | 103 | 94 |
| UFPA | 24 | 30 | 9 |
| UFVJM | 5 | 21 | 13 |
| MÉDIA | 54,87 | 46,0 | 36,75 |
| Programas de pós-graduação com nota 4 | | | |
| FGV | 23 | 55 | 98 |
| EAESP | | | |
| FGV-RJ | 49 | 40 | 102 |
| UFBA | 67 | 63 | 41 |
| UFRN | 25 | 25 | 9 |
| MÉDIA | 41 | 45,75 | 65,50 |

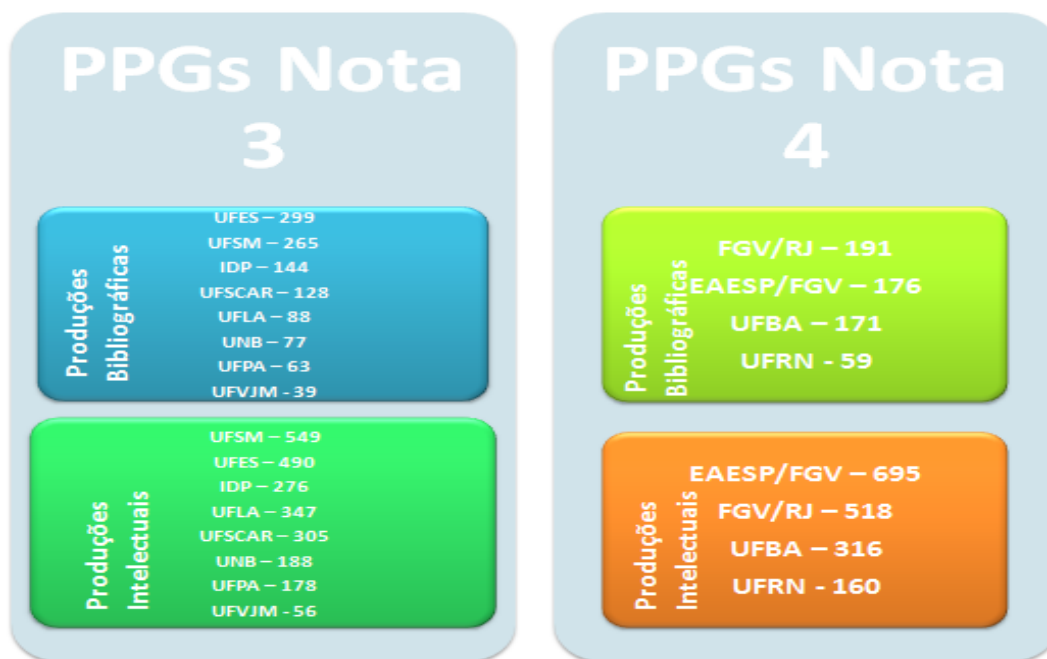
Fonte: Elaborada pela autora.

A Tabela 5 mostra o ano de 2017 e está separada pelos cursos com nota 3 e nota 4 nos programas de pós-graduação profissionais. Nela, pode-se perceber que a média de produção dos cursos com nota 3 na modalidade anais é de 54 produções por programa naquele ano, enquanto a média nos programas com nota 4 foi de 41 produções em anais naquele ano. Já referente a produções em periódicos tanto com nota 4 e nota 3, estão praticamente equilibrados, com uma média de 46 produções. No que toca a outras produções bibliográficas, pode-se

perceber que os cursos com nota 4 produziram bem mais que os cursos com nota 3. Nota-se que os cursos com nota 4 no ano de 2017 produziram um volume significativo diante dos cursos com nota 3.

Com relação ao volume total de produções bibliográficas em todas as categorias, o curso da UFES totalizou 299 produções bibliográficas no ano de 2017, seguido do programa de pós-graduação da UFSM, com 265 produções bibliográficas e, na sequência, o programa da IDB, com 144 produções bibliográficas, todos com nota 3. Já na classificação dos programas de pós-graduação com nota 4, o que mais produziu foi o programa da FGV-RJ, com 191 produções bibliográficas no ano de 2017, seguido da EAESP/FGV, com 176 produções. Na Figura 7, pode-se visualizar os dados.

Figura 7 – Total de produções bibliográficas e total de produções intelectuais dos programas de pós-graduação profissionais separados por notas 3 e 4 no ano 2017



Fonte: Elaborada pela autora.

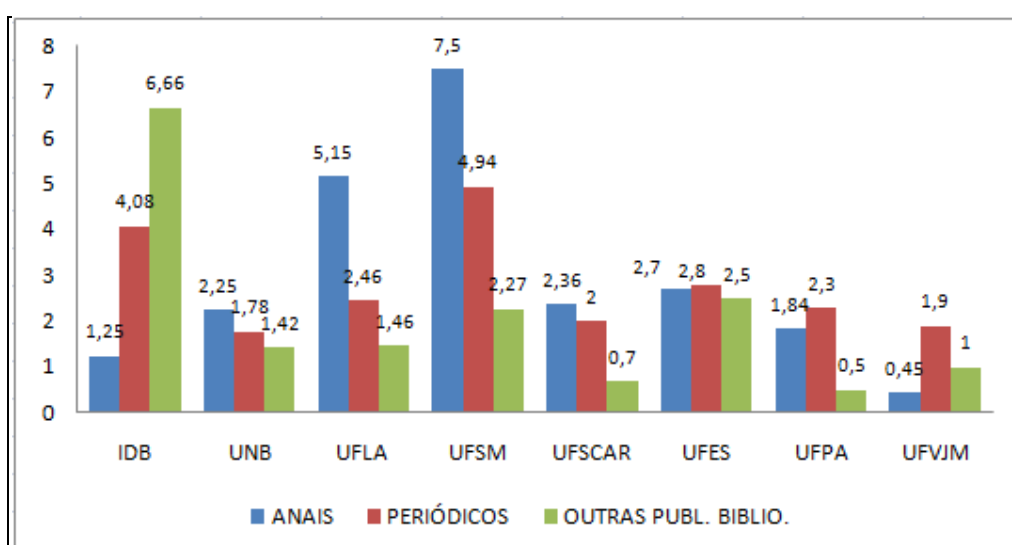
Pelos dados coletados na pesquisa, pode-se perceber que os cursos com nota 3 estão produzindo um volume maior do que os programas de pós-graduação com nota 4. Nota-se que há diferença de quase 200 produções na classificação do primeiro programa com nota 3 em relação ao programa com nota 4. Conforme os documentos de avaliação da Capes, os cursos devem produzir cada vez mais para ir melhorando a nota junto à CAPES, dessa forma, este

deve ser o movimento de estratégia feito pelos cursos com nota 3, para que haja uma avaliação melhor para os próximos anos.

Comparando-se o total de produções intelectuais dos programas de pós-graduação com nota 3 e 4, percebe-se que o volume é quase o mesmo, ambos têm empenho nas produções intelectuais. Quando analisados os percentuais totais de produções intelectuais diante das produções bibliográficas, pode-se perceber que a UFSM marca 48,26% em produções bibliográficas do seu total de produções intelectuais; já a UFES, embora não seja a que mais produziu intelectualmente, marca 61,02% de produções bibliográficas do seu total de produções intelectuais. Nos cursos nota 4, também se percebe essa diferença, por exemplo, a FGV EAESP que mais produziu intelectualmente, marca apenas 25,32% de publicações bibliográficas em comparação com seu total de publicações intelectuais, enquanto a UFBA não foi a que mais produziu intelectualmente, mas bibliograficamente produziu 54,11% do seu total de produção intelectual. Nem sempre o número de produções intelectuais define produção bibliográfica, assim, percebe-se que a FGV EAESP vem produzindo outras produções intelectuais, além das mais convencionais.

Para dar continuidade na análise, o Gráfico 2 demonstra a média de produção por docente permanente em cada programa de pós-graduação em cada modalidade, pois é importante saber a média de produções desses docentes permanentes.

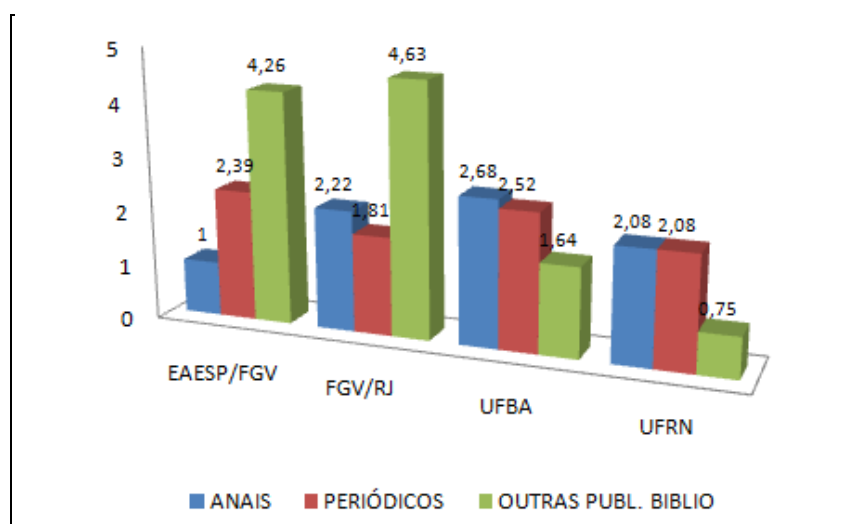
Gráfico 2 – Média de Produção Docente Permanente no ano de 2017 cursos com nota 3



Fonte: Elaborado pela autora.

Nos cursos com nota 3, os cursos que os docentes menos produziram nas modalidades anais, periódicos e outras produções bibliográficas foram da UNB, UFSCAR, UFES, UFPA e UFVJM, de modo que, nessas três modalidades, produziram em média entre 0 e 2 produções por docente permanente no ano de 2017. Já os docentes permanentes dos cursos da IDB, UFLA, UFSM e UFPA realizaram produções acima de 2 a 7 produções por docentes permanentes. O curso que os docentes mais produziram nas três modalidades foi o curso da UFSM, seguido do curso da IDB. A produção dos docentes permanentes dos cursos com nota 4, são representados no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Média de produção docente permanente no ano de 2017 cursos com nota 4



Fonte: Elaborado pela autora.

No Gráfico 3, pode-se perceber que os cursos com nota 4, FGV EAESP e FGV-RJ, mantêm uma média de 2 a 4 produções por docente permanente; já os cursos da UFBA e UFRN mantêm a média de 0 a 2 produções por docente permanente. Comparado com os cursos com nota 3, nota-se que alguns cursos vêm adotando estratégias de maior produção, elevando seu nível e volume de produções por docente permanente, pelo menos no ano de 2017.

Dando-se continuidade à análise dos dados, conforme a proposta do trabalho em analisar o triênio, será avaliado os dados dos programas de pós-graduação profissionais no ano de 2018.

Tabela 6 – Comparativo do número de produções em anais, periódicos, outras publicações e total de publicações no ano de 2018, dos cursos com nota 3 e 4

| PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO | Publicações em anais | Publicações em periódicos | Outras publicações bibliográficas |
|--|-----------------------------|----------------------------------|--|
| Programas de pós-graduação com nota 3 | | | |
| IDP | 20 | 55 | 85 |
| UNB | 36 | 22 | 29 |
| UFLA | 94 | 40 | 7 |
| UFSM | 125 | 90 | 39 |
| UFSCAR | 45 | 35 | 17 |
| UFES | 87 | 114 | 109 |
| UFPA | 27 | 41 | 31 |
| UFVJM | 20 | 11 | 6 |
| MÉDIA | 56,75 | 51 | 40,37 |
| Programas de pós-graduação com nota 4 | | | |
| FGV EAESP | 28 | 60 | 108 |
| FGV-RJ | 34 | 39 | 45 |
| UFBA | 42 | 68 | 25 |
| UFRN | 20 | 26 | 7 |
| MÉDIA | 31 | 48,25 | 46,25 |

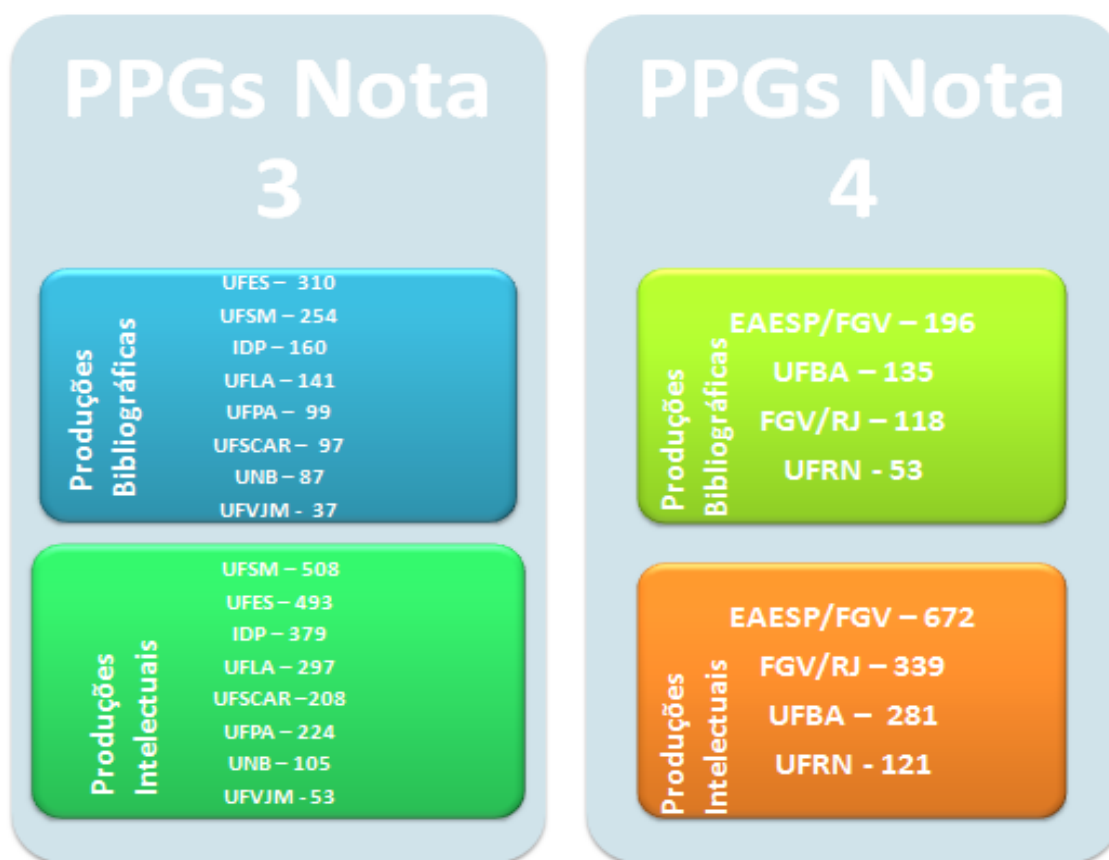
Fonte: Elaborado pela autora.

No ano de 2018, os programas de pós-graduação com nota 3 continuaram aumentando suas produções, mantendo a média de publicações em anais e periódicos na frente dos programas com nota 4. Além disso, as outras produções bibliográficas diminuíram a distância de média, ou seja, a estratégia de aumento de produções bibliográficas dos cursos com nota 3 continuou constante, provavelmente em busca de um aumento na sua avaliação junto à CAPES.

Nas análises, foi visto que, dentre os programas de pós-graduação que mais produziram em termos de publicações bibliográficas no ano de 2018, destacam-se os da UFES, com 310 publicações bibliográficas, e da UFSM, com 254 publicações bibliográficas, tendo ambos os programas nota 3. Já com nota 4, o Programa que mais produziu bibliograficamente foi o da FGV EAESP, com 196 publicações no total, seguido da FGV-RJ, com 135 publicações no total.

A Figura 8 coloca em ordem crescente a produção bibliográfica e as produções intelectuais de cada programa de pós-graduação, separado por notas, conforme segue:

Figura 8 – Total de produções bibliográficas dos programas de pós-graduação profissionais separados por notas 3 e 4 no ano 2018



Fonte: Elaborado pela autora.

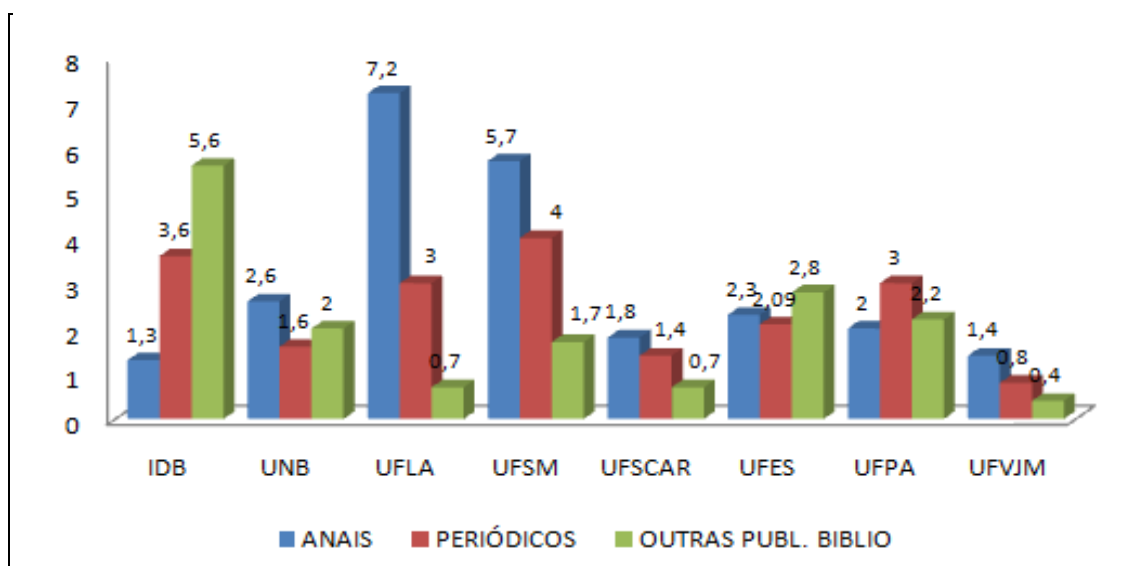
Novamente, a mesma premissa da situação do ano de 2017: os cursos com nota inferior estão produzindo mais bibliograficamente que os cursos com nota superior. Isso confirma o empenho desses cursos em promoção de sua nota junto à CAPES, e em seguir cada vez mais a risca o promovido pelo documento de área, que exige uma maior produção dos programas, visando à melhoria de qualidade.

No que diz respeito a produções intelectuais, o programa de pós-graduação da UFSM é o que mais produziu, seguido da UFES. Quando se faz uma comparação de percentual, a UFSM produziu 50% em produções bibliográficas do total de produções intelectuais; já a UFES produziu 62,88% de produções bibliográficas do total de produções intelectuais. Muito embora a UFVJM tenha sido a que menos produziu intelectualmente e bibliograficamente, no percentual em comparação com relação à UFSM e UFES, a UFVJM produziu 69,81% bibliograficamente do total de produções intelectuais. Fazendo essa análise, pode-se dizer que o aproveitamento bibliográfico do programa da UFVJM é bem maior que as demais. Dentre os

programas de pós-graduação com nota 4, o programa da FGV EAESP dispara com o total de produções intelectuais, porém seu percentual de produções bibliográficas do total de produções intelectuais é de 29,16%, bem menor quando comparado com os cursos com nota 3. Já a FGV-RJ tem um percentual de produções bibliográficas de 34,80% do total de produções intelectuais, mantendo um equilíbrio nas suas produções.

Analisando-se mais profundamente e verificando-se o empenho dos docentes permanentes na qualificação dos programas de pós-graduação e também da escolha dos docentes e comprometimento com a formação dos alunos, verifica-se a média de produção de cada docente permanente nos contextos de publicações em anais, periódicos e outras produções bibliográficas.

Gráfico 4 – Média de produção docente permanente no ano de 2018 cursos com nota 3

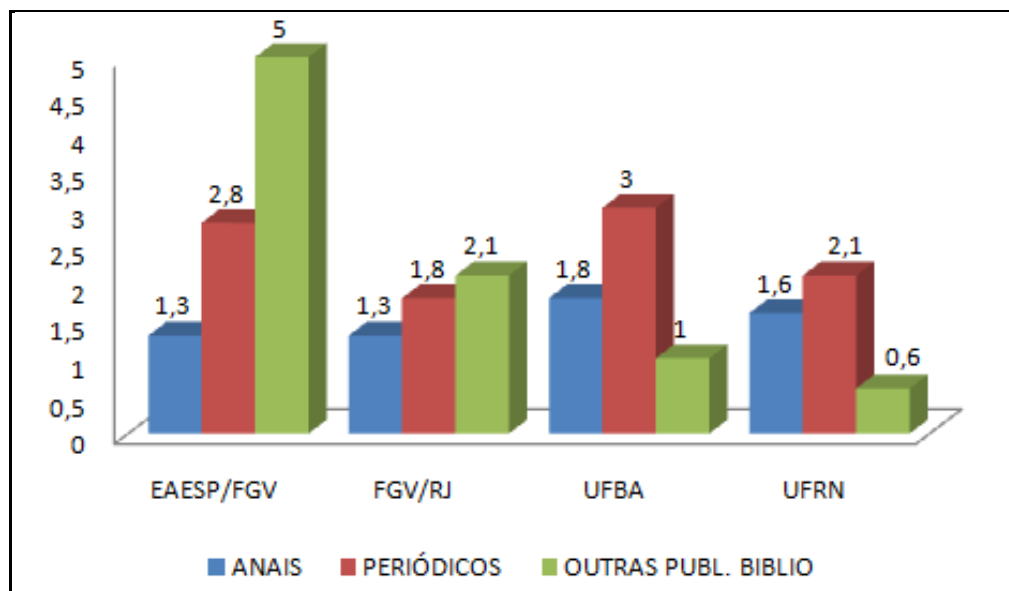


Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados de 2018 mostram que os cursos com nota 3 vêm intensificando suas produções, juntamente com suas equipes de trabalhos. Ao ver-se o Gráfico 4, pode-se perceber que novamente os programas de pós-graduação das instituições UFLA, UFSM e IDB contam, em geral, com maior produção por docente permanente em cada categoria. Já os programas da UFSCAR, UFES, UFPA e UFVJM mantêm o número de produções por docente permanente entre 0 e 2. Os programas que mais produziram por docente permanente nos anos de 2017 e 2018 com nota 3 são os mesmos, ou seja, eles vêm seguindo o documento de área em busca de aumento de sua nota, já corrigindo a questão de publicações bibliográfica, sendo um dos

critérios com peso relevante em avaliação CAPES. No Gráfico 5, é possível ver a análise dos programas já com nota 4.

Gráfico 5 – Média de produção docente permanente no ano de 2018 cursos com nota 4



Fonte: Elaborado pela autora.

O mesmo ocorre com os programas de pós-graduação nota 4, com relação ao ano de 2017: mantiveram um número menor de produções por docente permanente, porém o programa da FGV EAESP contou com um número expressivo, com uma média de 5 publicações por docente permanente, passando na frente da FGV-RJ que, no ano de 2017, estava na frente. Dessa forma, nota-se que as instituições se preocupam em manter a qualidade e manter a nota que já lhe é atribuída ou até mesmo está em busca de qualificação maior na sua nota, exigindo do seu corpo docente o empenho e a qualidade com as publicações bibliográficas. Seguindo o trabalho, na comparação do triênio, ainda falta o ano de 2019, exposto na Tabela 7:

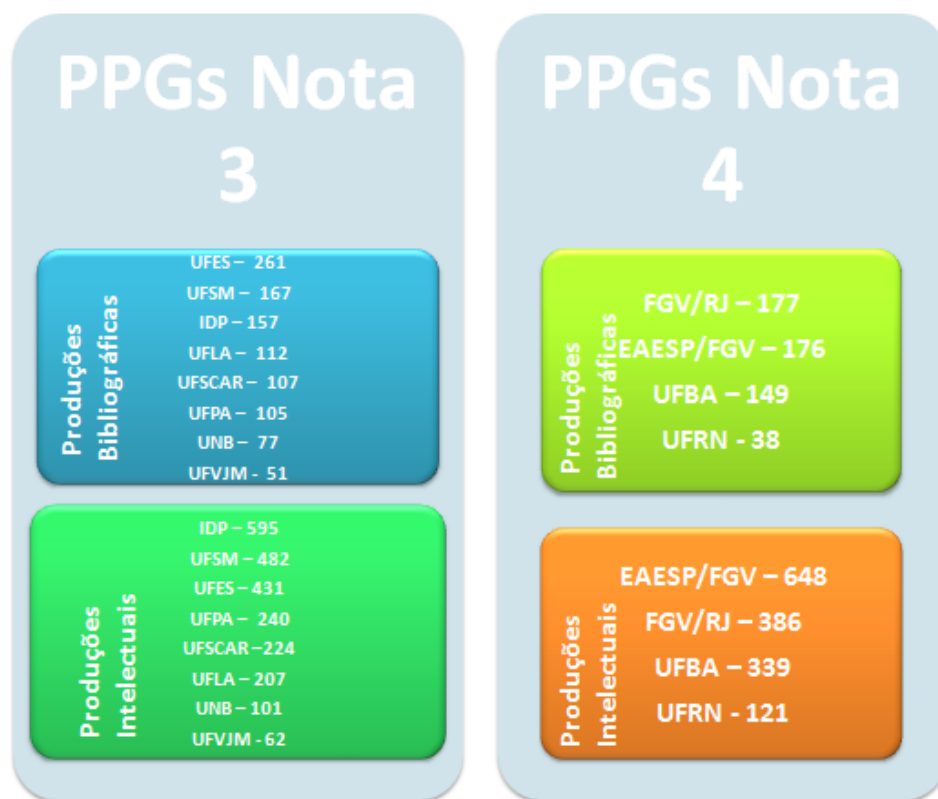
Tabela 7 – Comparativo do número de produções em anais, periódicos, outras publicações e total de publicações no ano de 2019, dos cursos com nota 3 e 4

| Programas de pós-graduação | Publicações em anais | Publicações em periódicos | Outras publicações bibliográficas |
|--|-----------------------------|----------------------------------|--|
| Programas de pós-graduação com nota 3 | | | |
| IDP | 12 | 71 | 74 |
| UNB | 28 | 26 | 23 |
| UFLA | 69 | 37 | 6 |
| UFSM | 50 | 91 | 26 |
| UFSCAR | 50 | 38 | 19 |
| UFES | 80 | 111 | 70 |
| UFPA | 45 | 44 | 16 |
| UFVJM | 25 | 16 | 10 |
| MÉDIA | 44,87 | 54,25 | 30,5 |
| Programas de pós-graduação com nota 4 | | | |
| FGV EAESP | 32 | 42 | 102 |
| FGV-RJ | 51 | 53 | 73 |
| UFBA | 59 | 64 | 26 |
| UFRN | 9 | 16 | 13 |
| MÉDIA | 37,75 | 43,75 | 53,5 |

Fonte: Elaborado pela autora.

O ano de 2019, um pouco diferente do ano de 2018, traz alguns aspectos interessante a serem observados em termos de produções e anais e periódicos os cursos com notas inferiores, ou seja, os programas com nota 3 se mantêm como nos anos anteriores analisados, com mais produções, porém na categoria outras publicações segue a menor, no ano de 2019, uma média bem inferior que no ano de 2018. Na Figura 9, é possível ver a produção total por programa de pós-graduação no ano de 2019.

Figura 9 – Total de produções bibliográficas dos programas de pós-graduação profissionais separados por notas 3 e 4 no ano 2019



Fonte: Elaborado pela autora.

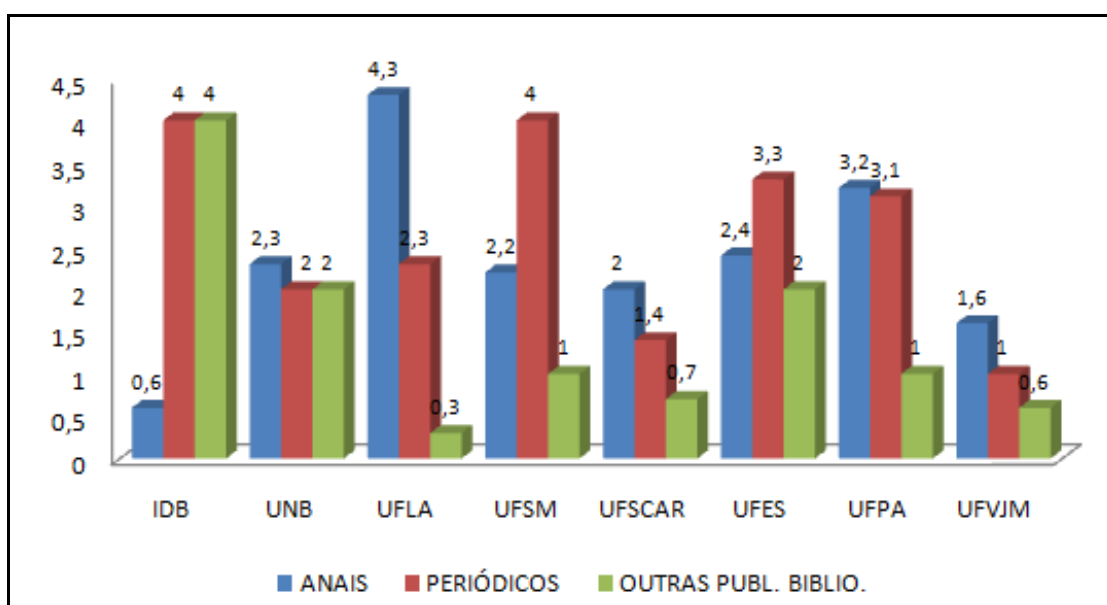
No ano de 2019, novamente dos cursos com nota 3, os cursos que se destacaram em produções bibliográficas que se repetem pelo terceiro ano consecutivo foram os programas de pós-graduação da UFES e da UFSM, cursos que estão bem alinhados em crescer em sua avaliação na estratégia de produções bibliográficas. Comparando as produções intelectuais totais, o programa de pós-graduação do IDP foi o que mais produziu, seguido da UFSM e UFES. Já com nota 4, naquele ano, destacou-se a FGV-RJ com diferença apenas de uma produção – praticamente esse é um valor insignificante, portanto pode-se considerar que ambos os cursos mantêm suas posições de destaque, mantendo suas produções em cada ano. Porém quando comparado com o número de produções intelectuais, o programa da FGV EAESP dispara em seu número de produções, seguido da FGV-RJ.

Dos cursos com nota 3, os que mais produziram, fazendo um comparativo percentual, o programa de pós-graduação do IDP que mais produziu intelectualmente registra 26,39% de produções bibliográficas do seu total; já o programa da UFSM nessa mesma comparação tem a marca de 34,65% de produções bibliográficas do total de produções intelectuais; e o da UFES

marca o melhor percentual, com 60,55% de produções bibliográficas do total da sua produção intelectual.

Quanto aos cursos com nota 4, a FGV-RJ tem 45,85% da sua produção bibliográfica do total de sua produção intelectual, enquanto a FGV EAESP, muito embora tenha muitas produções intelectuais, tem apenas 27,16% de produções bibliográficas. Nota-se que esse programa vem desenvolvendo outras formas de publicações, enquanto as demais instituições estão ainda desenvolvendo e mantendo equilíbrio entre as produções bibliográficas com as demais publicações.

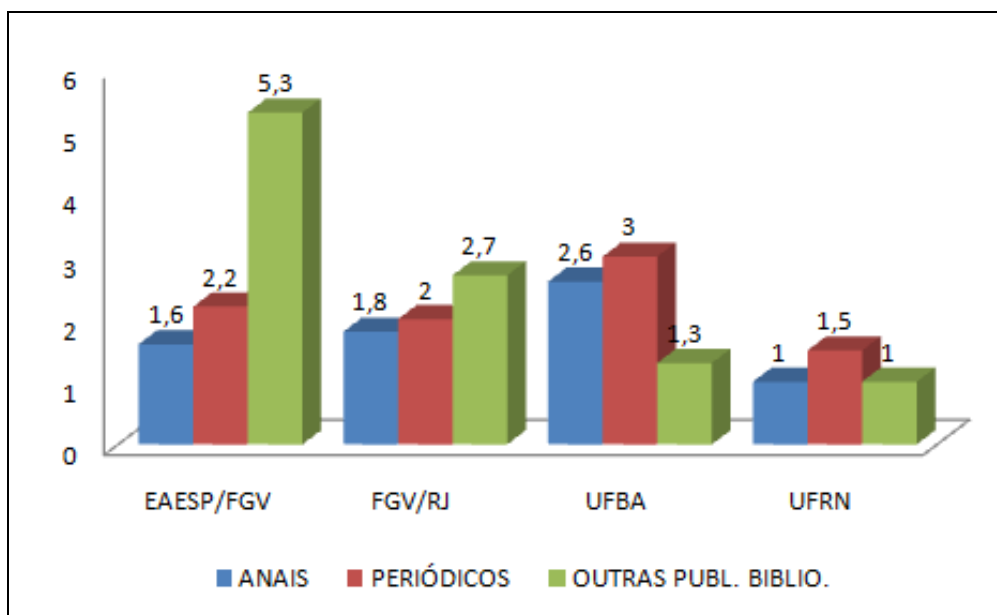
Gráfico 6 – Média de produção dos docentes permanentes no ano de 2019 cursos com nota 3



Fonte: Elaborado pela autora.

No ano de 2019, os índices entre a publicação por docente permanente nos programas de pós-graduação melhoraram relativamente em comparação com os demais anos analisados. Naquele ano, somente os programas da UFSCAR e da UFVJM são os que contam com os menores índices entre os outros programas na produção por docente permanente; os demais elevaram seus números, principalmente em publicações em periódicos e anais. Em relação às outras publicações bibliográficas, estão equivalentes. A média de produção dos docentes permanentes confirma a estratégia de produção para elevação da nota do programa juntamente da CAPES, seguindo as conformidades do documento de área. O Gráfico 7 mostra os dados dos cursos com nota 4.

Gráfico 7 – Média de Produção Docente Permanente no ano de 2019 cursos com nota 4



Fonte: Elaborado pela autora.

No ano de 2019, houve um equilíbrio entre a proporção de publicações por docente permanente entre os programas de pós-graduação com nota 4, com exceção do programa da FGV EAESP que, em outras publicações bibliográficas, destacou-se exponencialmente, perfazendo uma média de cinco publicações por docente permanente. Com relação aos programas com nota 3, percebe-se que estes vêm trabalhando muito mais que os que já possuem nota 4, portanto, conclui-se que os programas com nota 3 estão em busca de melhorias em suas avaliações, enquanto os com nota 4 estão por manter duas posições nesse quesito da avaliação, exceto a FGV EAESP, que vem buscando alternativas e produzindo para melhorar na avaliação.

Analisando esses dados pelo Gráfico 7, pode-se perceber que as IES têm se preocupado com o volume de produções acadêmicas. Percebe-se que o volume de outras produções é bem grande quando comparado com as publicações em anais e periódicos, porém os cursos vêm continuamente em uma crescente nas produções, principalmente nas categorias de periódicos. As IES demonstram, a partir dos dados, preocupação com relação a essa modalidade e visam seu crescimento ou a permanência de números significativos nela.

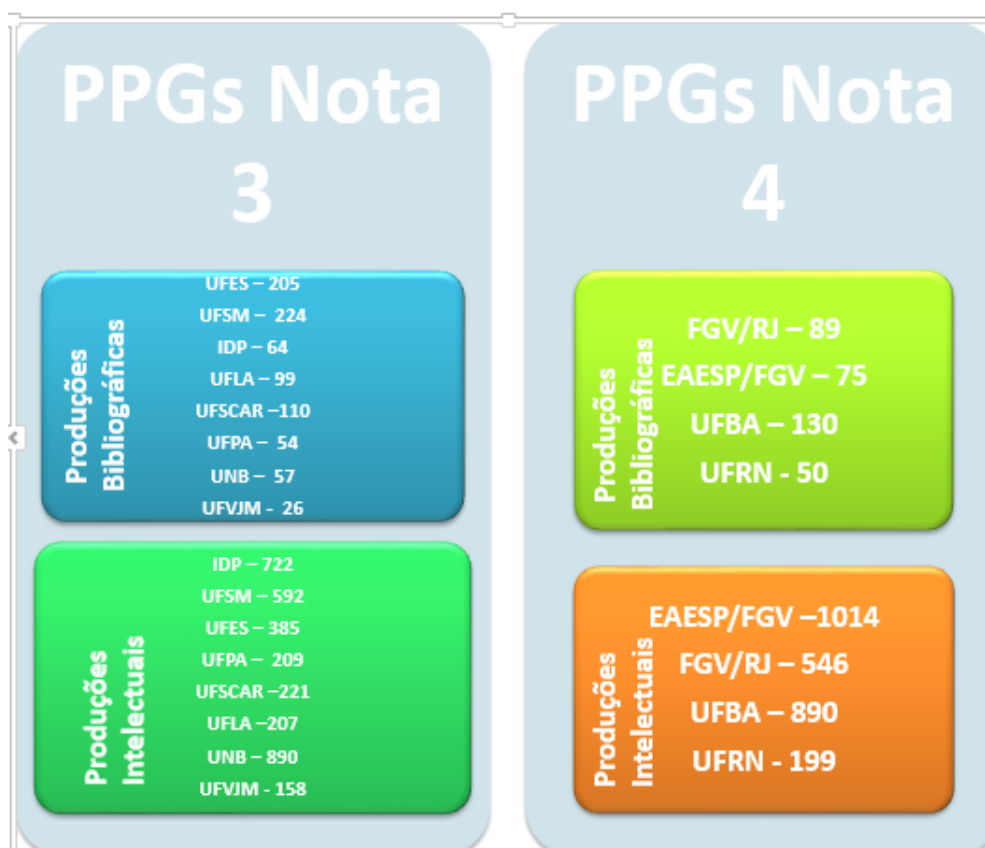
Tabela 8 – Comparativo número de produções em anais, periódicos, outras publicações e total de publicações no ano de 2020, dos cursos com nota 3 e 4

| Instituição | Publicações em anais | Publicações em periódicos | Outras publicações bibliográficas |
|--|-----------------------------|----------------------------------|--|
| Programas de pós-graduação com nota 3 | | | |
| IDB | 124 | 120 | 23 |
| UNB | 59 | 40 | 48 |
| UFLA | 61 | 29 | 12 |
| UFSM | 118 | 133 | 8 |
| UFSCAR | 41 | 44 | 13 |
| UFES | 41 | 104 | 7 |
| UFPA | 11 | 57 | 5 |
| UFVJM | 11 | 34 | 12 |
| MÉDIA | 58,25 | 70,12 | 16 |
| Programas de pós-graduação com nota 4 | | | |
| FGV EAESP | 25 | 65 | 20 |
| FGV-RJ | 28 | 76 | 121 |
| UFBA | 107 | 105 | 89 |
| UFRN | 12 | 34 | 11 |
| MÉDIA | 43 | 70 | 60,25 |

Fonte: elaborado pela autora

O ano de 2020 traz alguns aspectos interessante a serem observados em termos de produções e anais e periódicos dos cursos com notas inferiores, ou seja, os programas com nota 3 se mantêm como nos anos anteriores analisados, com mais produções, porém na categoria outras publicações, segue a menor, no ano de 2020 – uma média bem inferior que no ano de 2019 com relação aos programas de nota 4. Já em produções em periódicos, praticamente se equivalem com uma média de 70 publicações. Os cursos com nota 3 estão desenvolvendo produções tanto quanto os cursos com nota superior. Na Figura 10, é possível ver a produção total por programa de pós-graduação no ano de 2020.

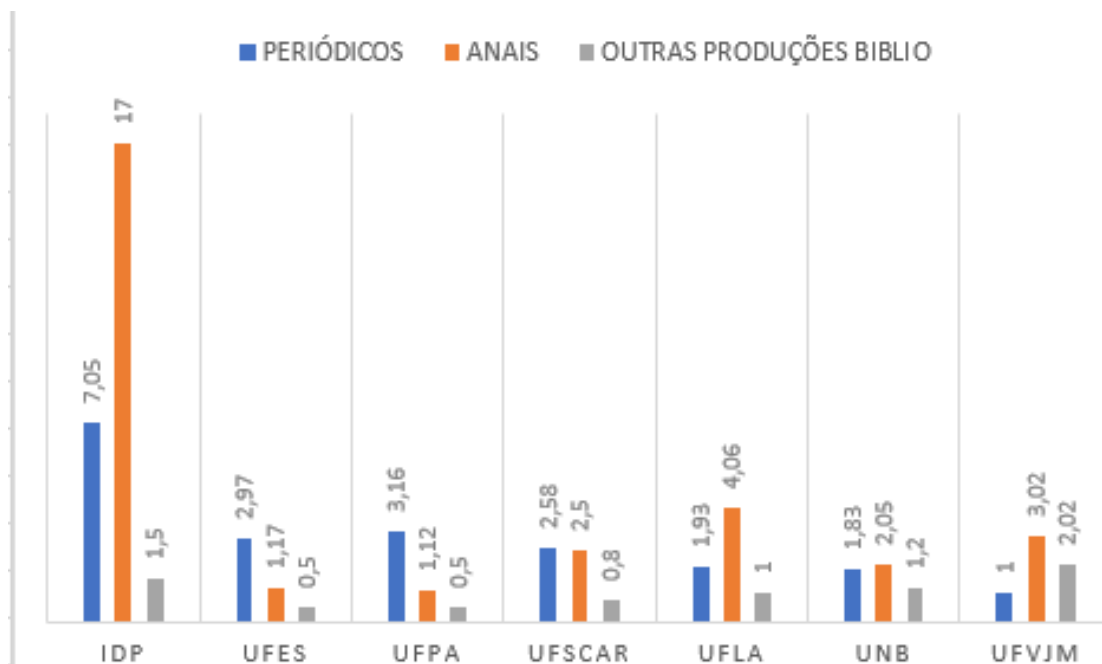
Figura 10 – Total de produções bibliográficas e total de produções intelectuais dos programas de pós-graduação profissionais separados por notas 3 e 4 no ano 2020



Fonte: elaborado pela autora.

No ano de 2020, novamente dos cursos com nota 3, os cursos que se destacaram em produções bibliográficas que se repetem pelo quarto ano consecutivo foram os programas de pós-graduação da UFES e da UFSM, que estão bem alinhados em crescer em sua avaliação na estratégia de produções bibliográficas. Comparando-se as produções intelectuais totais, o programa de pós-graduação da UNB foi o que mais produziu, seguido da IDP e UFES. Já com nota 4, naquele ano, destacou-se a UFBA no ano de 2020 em produções bibliográficas, enquanto em produções intelectuais segue no ranking a EASP/FGV.

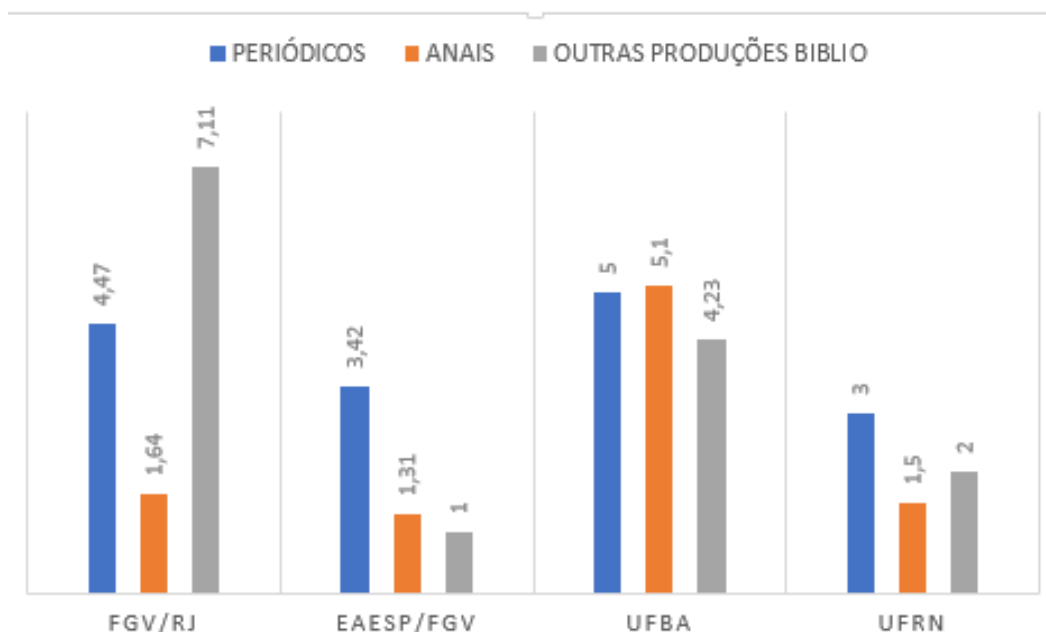
Gráfico 8 – Média de produção docente permanente no ano de 2020 cursos com nota 3



Fonte: elaborado pela autora

O Gráfico 8 mostra que houve maior produção por docente permanente no ano de 2020 pelos docentes da IDP na modalidade de anais, na qual, individualmente, a média foi de 17 publicações por docente. Em periódicos, também houve destaque. Já as outras instituições mantiveram uma média de 1 a 3 publicações por docente permanente em todas as modalidades, demonstrando um equilíbrio nas suas publicações e produções de materiais.

Gráfico 9 – Média de Produção Docente Permanente no ano de 2020 cursos com nota 4



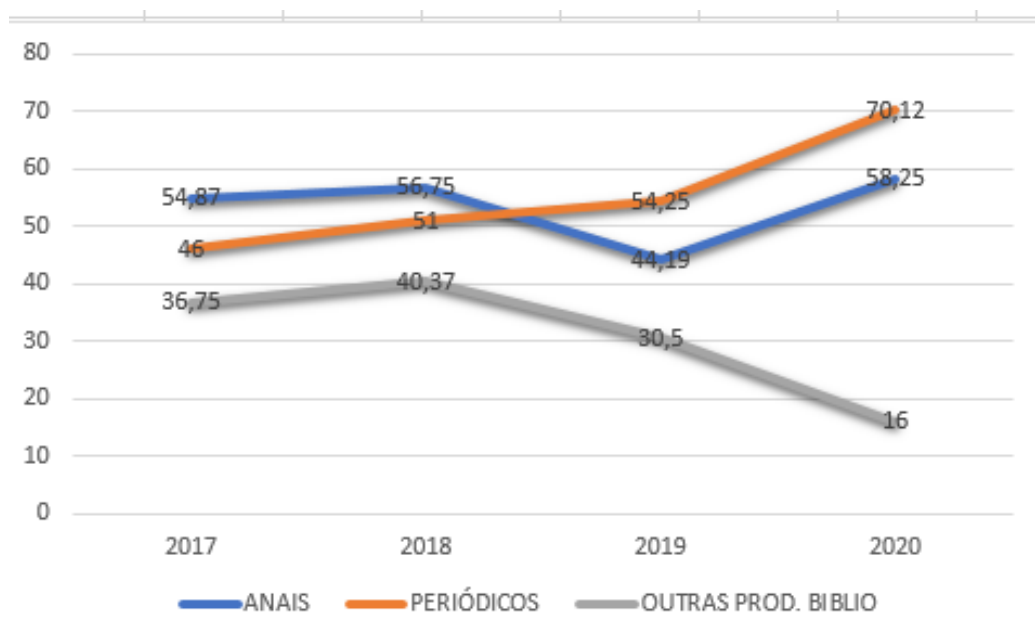
Fonte: Elaborado pela autora.

Nos cursos com nota 4, no ano de 2020, os docentes permanentes que mais produziram na categoria de periódicos foram do PPG da UFBA, seguido da FGV/RJ. Em termos gerais, os docentes da FGV/RJ produziram mais conteúdos, porém não há grande diferença entre esses cursos em termos de produção por docente permanente nessas modalidades: eles seguem uma média de produção entre eles.

As produções intelectuais ou publicações científicas objetivam divulgar a pesquisa para a comunidade, de forma que permita que outros possam utilizá-la e avaliá-la sob outras visões. Revistas eletrônicas ou impressas ainda são consideradas como o modo mais rápido e economicamente viável, para os pesquisadores fazerem circular e tornar visíveis os resultados do seu trabalho (BROFMAN, 2018), por isso o acervo e registro de publicações são relevantes nos programas de pós-graduação, pois demonstra que o curso está atualizado e gerando pesquisas.

Para se ter um panorama geral do triênio estudado, segue o Gráfico 10, demonstrando a média total de trabalhos produzidos nos programas de pós-graduação profissionais de acordo com os dados encontrados e apresentados anteriormente.

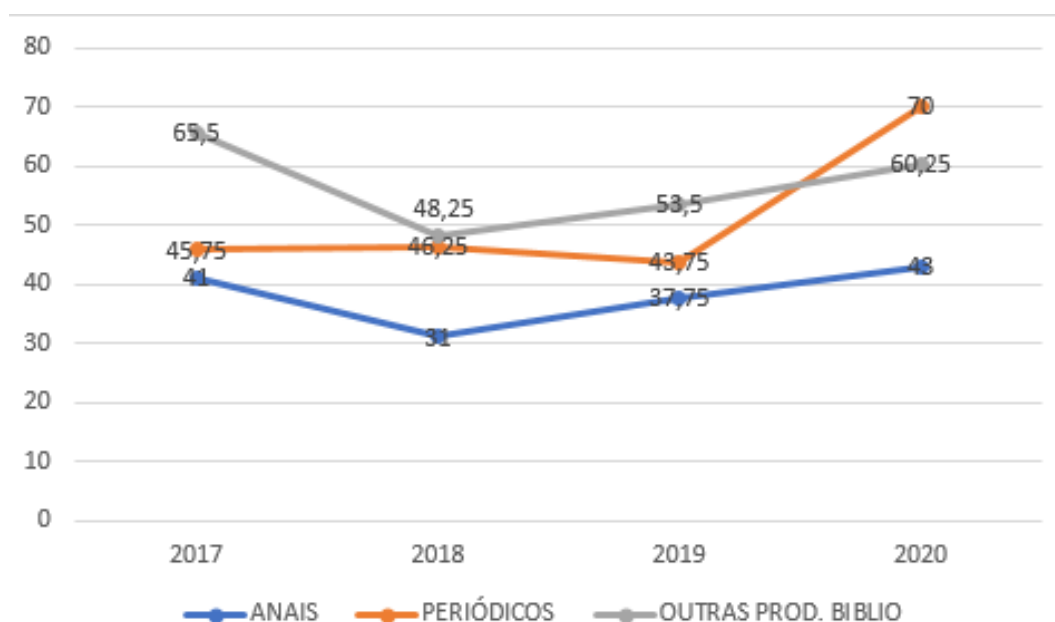
Gráfico 10 – Média do quadriênio de publicações em anais, periódicos e outras publicações bibliográficas dos programas de pós-graduação nota 3



Fonte: Elaborado pela autora.

A média de produções nos programas de pós-graduação com nota 3 vem se estruturando para que haja sempre crescimento nas produções. As publicações em periódicos se mantiveram em crescimento. As publicações em anais vinham em crescimento nos anos de 2017 e 2018 e sofreram uma queda significativa no ano de 2019, porém em 2020 voltaram aos números anteriores. Já com relação a outras publicações, estas diminuíram significativamente sua produção. Para avaliação dos dados, segue o Gráfico 11, com a exposição dos cursos com nota 4.

Gráfico 11 – Média do triênio de publicações em anais, periódicos e outras publicações bibliográficas programas de pós-graduação nota 4

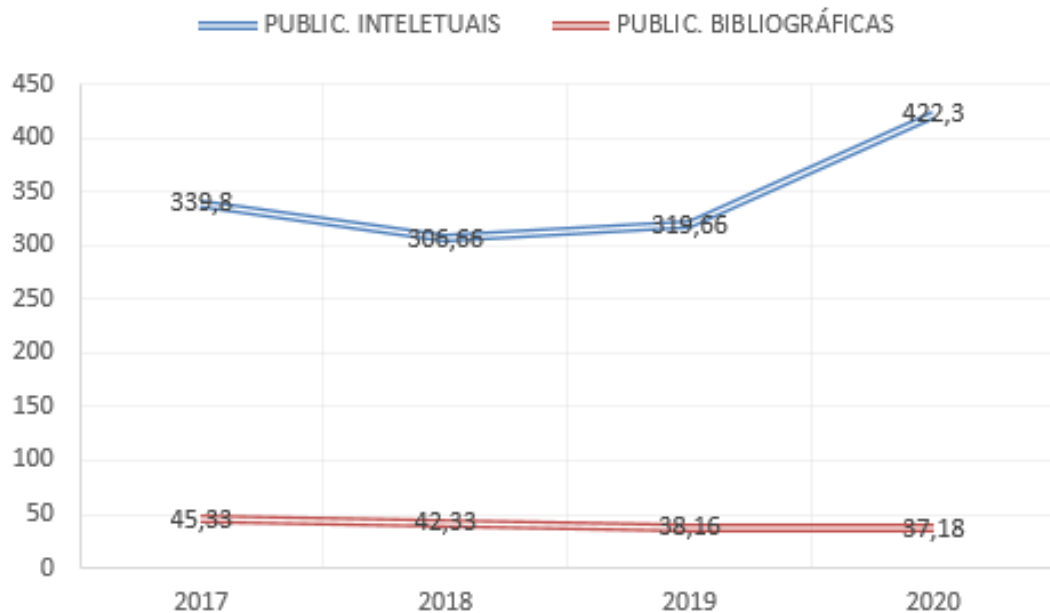


Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise do Gráfico 11, o mesmo ocorre quando comparado aos programas de pós-graduação com nota 3: o ano de 2017 inicia com uma produção bem alta, sofre uma queda no ano de 2018 e há uma leve recuperação no ano de 2019. Em todas as modalidades, ocorreu esse mesmo processo.

Comparando-se o Gráfico 10 e o Gráfico 11, a média de produção entre os cursos com nota 3 e nota 4 em cada modalidade, não há muita diferença: ambos vêm produzindo quase os mesmos valores, ou seja, percebe-se que os cursos com nota 3 estão cada vez mais se comparando com o nível dos cursos nota 4, assim evoluindo e construindo para uma melhora em sua nota final na próxima avaliação.

Gráfico 12 – Média do quadriênio de publicações bibliográficas x publicações intelectuais programas de pós-graduação profissionais



Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que, ao longo do tempo, a metodologia aplicada pelos docentes de diversas áreas vem passando por diversas alterações, seja na maneira de ensinar e também incentivando a prática com a pesquisa. Perante esses avanços, observa-se que, a partir da implementação de práticas inovadoras, o professor vem se habituando a novas tecnologias, buscando diferentes formas de ensino e pesquisa a serem aplicadas tanto em sala de aula, como também fora dela (MOTA, ALMEIDA, LAURENTINO, 2012).

O investimento em publicações intelectuais é bem relevante e tem sido muito fomentado. Pode-se analisar, pelos dados do Gráfico 12, que a média de produções intelectuais por programa é 300 publicações por ano. Já as produções somente bibliográficas incidem, em média, 50 publicações por programa de pós-graduação. É um número bem expressivo, e que compõe muito das IES e dos profissionais que estão envolvidos nas universidades.

Desde o passado, a profissão docente sempre foi de grande importância para o processo de socialização da cultura e dos conhecimentos sistematizados nas diferentes sociedades. Atualmente, os professores têm que lidar não só com alguns saberes, como no passado, mas também com a tecnologia e com a complexidade social que exige cada vez mais reflexões e

respostas imediatas aos problemas postos no cotidiano vivenciado por eles mesmos e pelos alunos (LIMA, 2007).

Diante desses avanços que o docente percebe ao longo de sua jornada, a pesquisa também vem avançando, dessa forma, a pesquisa acadêmica tem a preocupação com a originalidade, a validade e a aceitação pela comunidade científica. O docente que desenvolve a pesquisa tem como finalidade o conhecimento da realidade para transformá-la, visando à melhoria de suas práticas pedagógicas e à autonomia do professor; além disso, com relação ao rigor, o docente pesquisa sua própria prática e encontra-se, portanto, envolvido, diferentemente do pesquisador teórico. “Em relação aos objetivos, a pesquisa do professor tem caráter instrumental e utilitário, enquanto a pesquisa acadêmica em educação em geral está conectada com objetivos sociais e políticos mais amplos.” (GARCIA, 2009, p. 177)

É por meio desses conceitos que os programas de pós-graduação vêm se aperfeiçoando e exigindo ainda mais da pesquisa para com seus docentes, para a construção do saber sólido, enfrentando a teoria e prática. A produção faz com que a qualidade e o aprofundamento das temáticas desenvolvam novas teorias, ainda mais na área de Administração Pública, que vem em uma crescente nas suas publicações. A Administração Pública, por ser um campo multidisciplinar e também confundindo-se com a teorias bases por sua origem na administração de empresas e ciências jurídicas, além de, muitas vezes, confundir-se com estruturas políticas, leva a uma certa dificuldade em definições das teorias (TROTSMANN; COELHO; SARTI, 2013) e, com isso, a lacunas na literatura, daí a importância da produção e o incentivo por parte da docência nesse aspecto.

4.4 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ACADÊMICOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Além da modalidade ofertada chamada profissional, é possível encontrar também programas a nível acadêmicos em Administração Pública. Na Tabela 8, constam algumas informações sobre os mestrados acadêmicos em Administração Pública:

Tabela 9 – Relação dos programas de pós-graduação acadêmico com média de linhas de pesquisa e área de concentração, ano 2019

| PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO | LINHAS DE PESQUISA | ÁREA DE CONCENTRAÇÃO |
|---|---------------------------|-----------------------------|
| Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) | 4 | 3 |
| Fundação João Pinheiro Escola de Governo (FJP) | 3 | 1 |
| Universidade de Brasília (UNB) | 2 | 8 |
| Universidade Federal da Paraíba (UFPB) | 3 | 1 |
| Universidade Federal de Viçosa (UFV) | 2 | 1 |
| Universidade de São Paulo (USP) | 2 | 1 |
| MÉDIA | 2,6 | 2,5 |

Fonte: Elaborada pela autora.

Pode-se observar, na Tabela 9, que a média de linhas de pesquisas nos programas de pós-graduação acadêmicos é de duas linhas de pesquisas e também uma média de duas áreas de concentração que são ofertadas por programa. As IES que possuem os programas com oferta a nível acadêmico no Brasil, dos cursos relacionados na Tabela 8 e presentes neste estudo, têm a maioria concentrada na Região Sudeste do Brasil, sendo eles: FGV-SP, FJP, UFV, USP. Na Região Centro-Oeste, está o programa da UNB e, na Região Nordeste, o da UFPB.

Os programas de pós-graduação da FGV-SP, UNB e UFV são ofertados em mestrado e doutorado. Portanto, mais uma característica importante: as Regiões Sudeste e Centro-Oeste concentram a oportunidade maior de ofertas de cursos a níveis diversos. Além disso, são os cursos que estão nessas regiões, que, a nível acadêmico, possuem as melhores notas – o programa da FGV-SP tem nota 6, o programa da UNB possui nota 5 e o da UFV tem nota 4; os demais cursos possuem nota 3.

Tabela 10 – Número de trabalhos de conclusão por linha de pesquisa nos programas de pós-graduação acadêmicos em 2019

| Instituições | Número de trabalhos de conclusão | Média de trabalho de conclusão por linha de pesquisa |
|---|---|---|
| Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) | 29 | 7,25 |
| Fundação João Pinheiro Escola de Governo (FJP) | 22 | 7,3 |
| Universidade Federal da Paraíba (UFPB) | 14 | 7 |

| | | |
|--|------|------|
| Universidade Federal de Brasília (UNB) | 21 | 10,5 |
| Universidade Federal de São Paulo (USP) | 13 | 6,5 |
| Média | 19,8 | 7,7 |

Fonte: Elaborado pela autora.

Os programas de pós-graduação acadêmicos vêm desempenhando muito bem suas atividades e contribuindo cada vez mais para a formação dos discentes que escolhem os programas para concluir seus estudos. Com uma média de 19,8 trabalhos de conclusão no ano de 2019 e uma média de sete trabalhos de conclusão por linha de pesquisa, os programas contribuem para a elevação nos níveis de pesquisa. O processo de aprendizagem implica avanços, questionamentos constantes, reflexão, recuos, indagações e postura ética, elementos essenciais para a qualidade final que se espera em um trabalho de conclusão de curso, seja a nível de mestrado ou doutorado (PEREIRA; SILVA, 2012). Os estudos na área de Administração Pública vêm em crescente, com o apoio de revistas e periódicos na área, que fomentam a busca pelo conhecimento não somente tecnicista, mas também o entendimento do funcionamento da gestão e organização pública, como a Revista de Administração Pública (RAP) e a Revista de Direito da Administração Pública (REDAP).

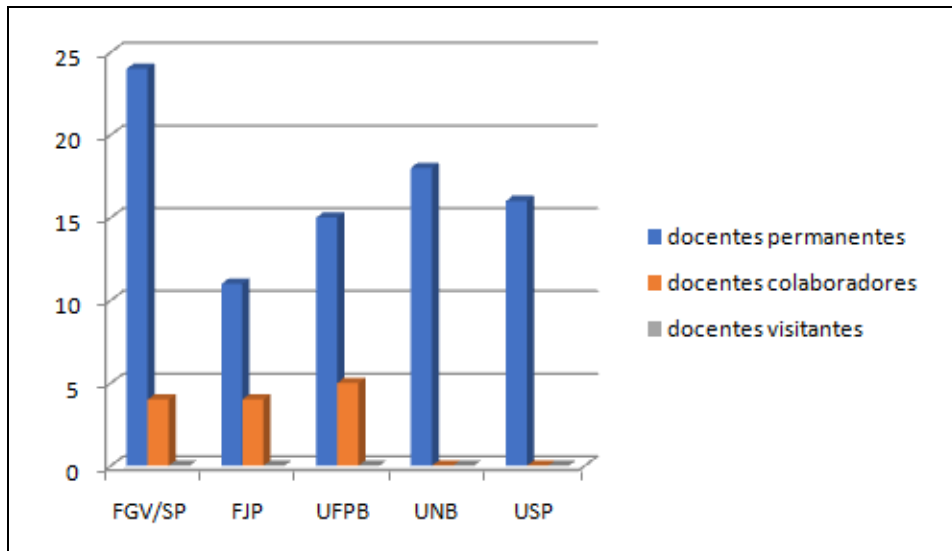
O zelo e o rigor na produção de pesquisas “científicas” pelas universidades são ações incontestáveis. São práticas que acompanham todo o processo de investigação e construção (ABREU; ALMEIDA, 2008). O conceito de pesquisa é complexo: a pesquisa científica enfoca a produção criativa do conhecimento; a pesquisa educativa engloba a capacidade de questionar a realidade, aplicar conhecimento e intervir na prática; combinado a isso, o docente universitário é um fomentador do desenvolvimento do espírito crítico, do pensamento reflexivo, e é nisso que as linhas de pesquisas nos cursos de pós-graduação são atuantes (ROZA, 2005).

As linhas de pesquisas ofertadas pelos programas de pós-graduação estão cada vez mais abrangentes e relacionando-se com a realidade dos alunos que procuram as pós-graduações de modo a poderem aplicar esse conhecimento em seus locais de trabalhos ou até mesmo em algum lugar parceiro da IES em que está, pois, conforme Demo (1998), a pesquisa se faz necessária para motivar o aluno a sair da sua zona de conforto e ir além, cabendo ao docente ser o motivador e ponte para esse processo de construção do saber. É importante fazer a reconstrução a partir do que já se conhece e aprofundar e desvendar o novo.

Como já citado, o corpo docente de uma instituição é fundamental, pois são os professores que são parte da engrenagem para que os programas de pós-graduação prosperem

e tenham cada vez mais alunos e produções. Por isso, demonstrar o número deles dentro dos programas é significativo.

Gráfico 13 – Número de docentes permanentes, colaboradores e visitantes dos mestrados acadêmicos no ano de 2019



Fonte: Elaborado pela autora.

Os docentes de um programa de pós-graduação, expressando de forma metafórica, são o coração que pulsa e faz os sistemas funcionarem. Dessa forma, a relação deles com discentes e todo o funcionamento do programa são elementos fundamentais para uma boa saúde desse sistema. Os programas do Gráfico 13 contam com grupos de doutores e mestres nas áreas de Administração. Pelos demonstrados, percebe-se que não há presença de docentes visitantes. O grupo gira em torno dos docentes permanentes e colaboradores. O grupo de docentes permanentes em todos os programas é bem mais expressivo que o de somente colaboradores. Isso demonstra que os programas estão mantendo seu corpo docente uniforme e conciso, sendo eles que desenvolvem as atividades de pesquisas e todas as interações necessárias para o desenvolvimento do programa.

Seguindo-se nessa composição, os docentes são a ponte para haver produções intelectuais nos programas de pós-graduação, tendo em vista que eles são a inspiração de novos temas juntamente com o corpo de alunos. No Tabela 11, constam os dados de publicações intelectuais nos três anos dos programas de mestrado acadêmico em Administração Pública.

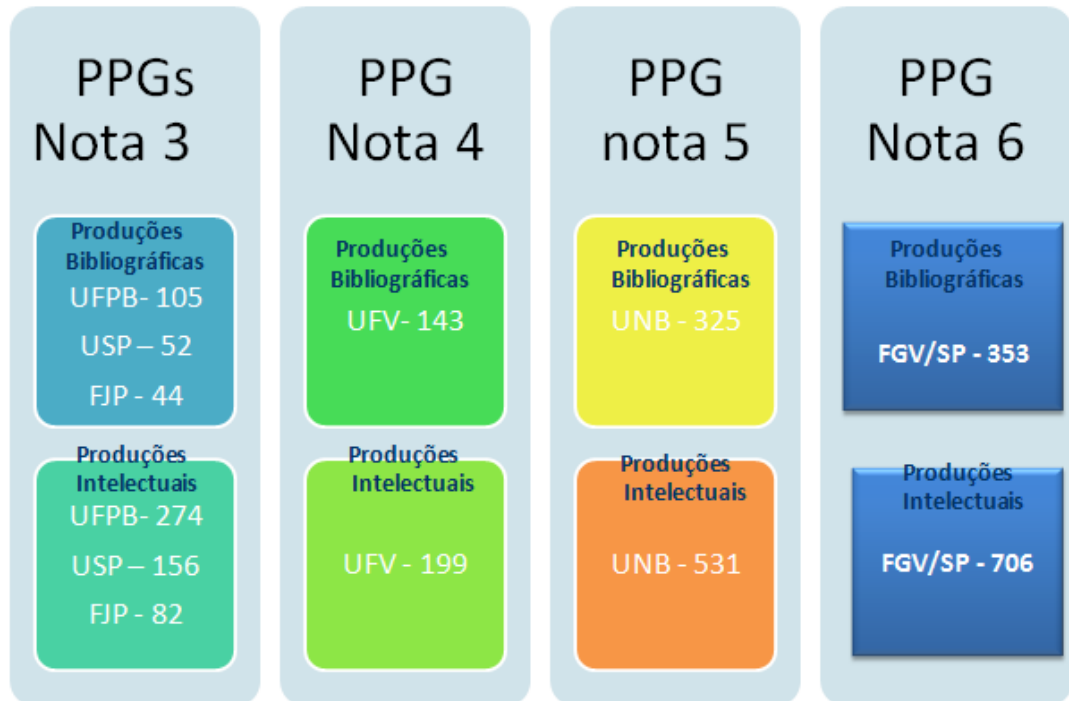
Tabela 11 – Comparativo do número de produções em anais, periódicos, outras publicações e total de publicações no ano de 2017, dos cursos e respectivas notas

| Programas de pós-graduação | Publicações em anais | Publicações em periódicos | Outras publicações bibliográficas |
|--|-----------------------------|----------------------------------|--|
| Programas de pós-graduação com nota 6 | | | |
| FGV-SP | 109 | 110 | 134 |
| Programas de pós-graduação com nota 5 | | | |
| UNB | 100 | 126 | 99 |
| Programas de pós-graduação com nota 4 | | | |
| UFV | 35 | 42 | 66 |
| Programas de pós-graduação com nota 3 | | | |
| UFPB | 35 | 60 | 10 |
| USP | 13 | 27 | 12 |
| FJP | 18 | 17 | 9 |
| Média | 22 | 34,6 | 10,3 |

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados da pesquisa, no ano de 2017, mostram que os programas de pós-graduação com nota 6 têm uma média de produção anual bem alta em comparação com os programas com nota 5. Cabe salientar que a FGV-SP possui o programa de mestrado e doutorado, dessa forma, há uma preocupação e motivação para a alta produção. O mesmo ocorre com o programa de nota 5, que é o mesmo caso anterior. O programa de pós-graduação da UNB também conta com programa de mestrado e doutorado; os demais, somente mestrado. Já a produção média do programa com nota 4 comparado com os programas com nota 3, a produção é quase equivalente. Isso demonstra a preocupação dos programas com nota 3 em enfatizar suas produções. A Figura 11 mostra os dados de produções bibliográficas e o total de publicações intelectuais dos programas para melhor visualização dessas estratégias:

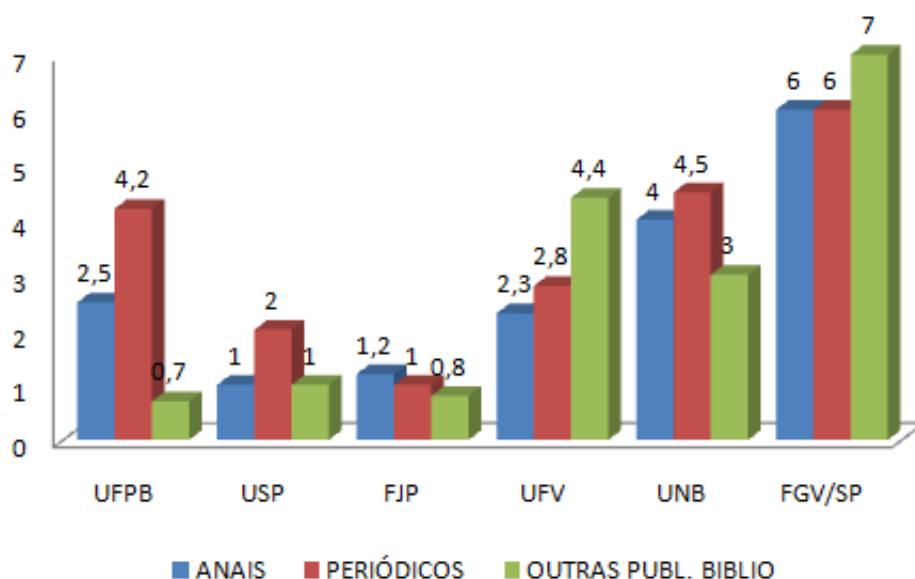
Figura 11 – Total de produções bibliográficas e intelectuais programa de pós-graduação acadêmicos separados por notas ano 2017



Fonte: Elaborada pela autora.

Pode-se observar pelos dados apresentados na Figura 11 que o volume de produções bibliográficas do programa com nota 6 equivale a 50% do total de produções intelectuais, isto é, o programa mantém uma estratégia equilibrada entre publicações bibliográficas e outros tipos de publicações, seja por vídeo, seja artística, enfim, outras formas de produções intelectuais têm sido desenvolvidas. A UNB, com nota 5, possui 61,2% de suas produções bibliográficas do total de suas publicações intelectuais e também tem desenvolvido outras formas de publicações, além das bibliográficas. Os cursos com nota 3 e 4 apresentam a média de produção bibliográfica de 70%, ou seja, há mais publicações bibliográficas que outras formas de publicações. Na perspectiva das publicações bibliográficas, a pesquisa verifica a média de produção por docente permanente, pois é importante saber a média de produção desses compositores dos programas.

Gráfico 14 – Média de produção docente permanente no ano de 2017 cursos com nota 3, 4, 5 e 6



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao verificar o Gráfico 14, pode-se perceber que os cursos com nota 3 são os que possuem uma média de publicação por docente permanente bem menor que os cursos com notas 4, 5 e 6. A UFPB, que tem nota 3, é a que se destaca mais em publicações em periódicos. Porém, o curso com nota 6 possui média de seis a sete publicações por docente permanente. Esses cursos mantêm programas de mestrado e doutorado. Isso equivale a uma média de três publicações em cada nível por docente permanente, ainda assim maior do que o Gráfico 14 mostra nos cursos com nota 3. Portanto, a constância nas publicações bibliográficas é bem importante para estes cursos com notas altas. Na Tabela 12, apresentam-se esses mesmos cursos no ano de 2018.

Tabela 12 – Comparativo número de produções em anais, periódicos, outras publicações e total de publicações no ano de 2018, dos cursos com notas 3, 4, 5 e 6

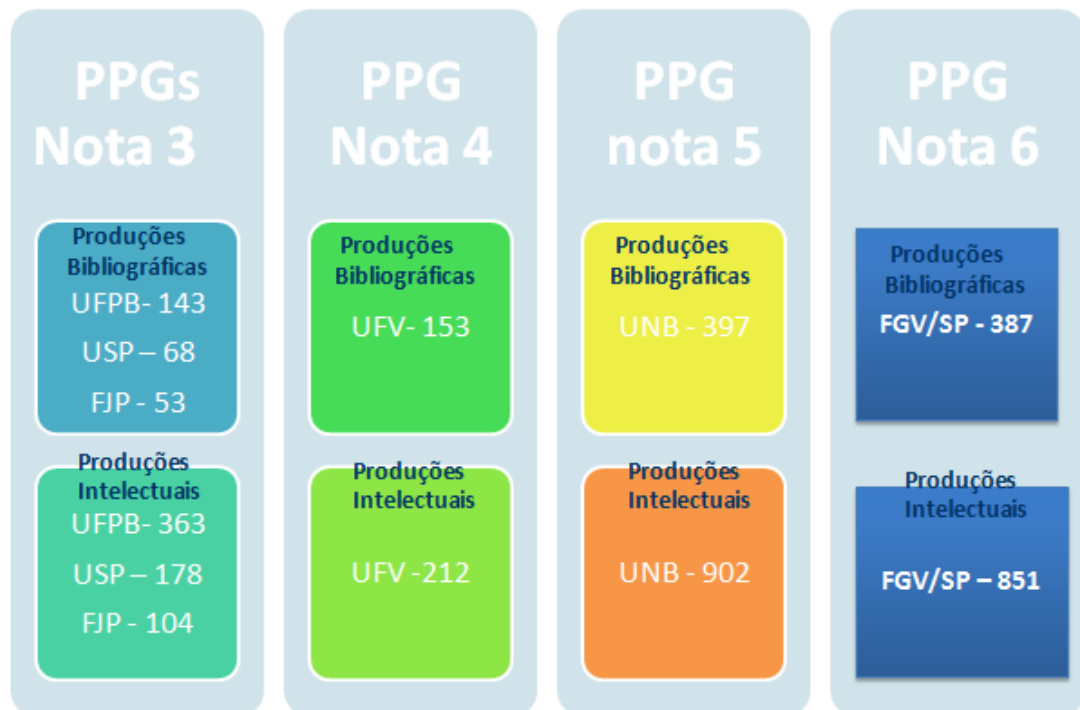
| Programas de pós-graduação | Publicações em anais | Publicações em periódicos | Outras publicações bibliográficas |
|--|----------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Programas de pós-graduação com nota 6 | | | |
| FGV-SP | 97 | 150 | 140 |
| Programas de pós-graduação com nota 5 | | | |
| UNB | 115 | 128 | 154 |
| Programas de pós-graduação com nota 4 | | | |

| | | | |
|--|-----------|-------------|-------------|
| UFV | 32 | 65 | 56 |
| Programas de pós-graduação com nota 3 | | | |
| UFPB- JP | 46 | 73 | 24 |
| USP | 20 | 32 | 16 |
| FJP | 24 | 17 | 12 |
| Média | 30 | 40,6 | 17,3 |

Fonte: Elaborado pela autora.

O ano de 2019 mostra uma grande distância dos valores entre as publicações dos cursos com notas 5 e 6 dos demais, com notas 3 e 4. A média de produção dos cursos nota 3 está bem próxima dos cursos com nota 4, com exceção de outras publicações bibliográficas, que possui uma larga distância entre os valores. Já os programas de pós-graduação com nota 5 e 6 caminham juntos em suas publicações.

Figura 12 – Total de produções bibliográficas e intelectuais programas de pós-graduação acadêmicos separados por nota no ano de 2018

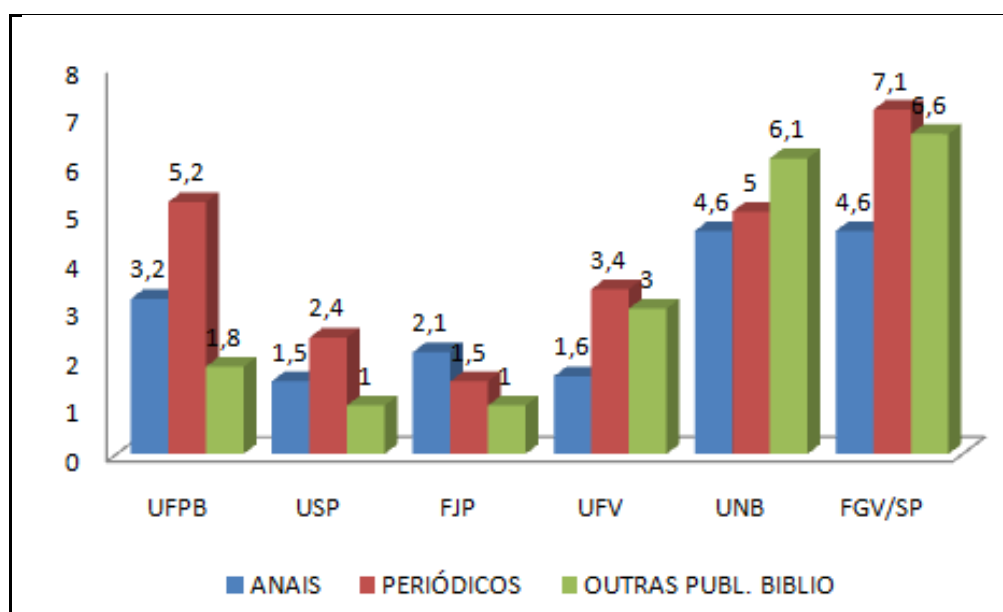


Fonte: Elaborado pela autora.

Novamente no ano de 2018, os programas de pós-graduação que mais produziram foram os com notas 5 e 6, porém cabe a ressalva que o programa da UFPB vem alcançando, com o passar o tempo, números maiores em suas publicações, inclusive ultrapassando o programa da

UFV, que possui nota 4. Porém, visto pelo percentual de publicações bibliográficas em relação ao total de publicações intelectuais, o programa da UFV tem 72,03% de suas produções bibliográficas em relação ao total de produções intelectuais. O programa da UNB, que foi o que mais fez produções intelectuais, marca 44% de produções bibliográficas; o restante são outras publicações, assim como a FGV-SP, que tem 45% de produções bibliográficas; o restante é em outras publicações. Pelo segundo ano, essas duas instituições mantêm um equilíbrio entre publicações bibliográficas e outras publicações, novamente ressaltando que estão investindo também em outro tipo de publicações, o que também tem garantido a nota superior.

Gráfico 15 – Média de produção docente permanente no ano de 2018 cursos com nota 5 e 6



Fonte: Elaborado pela autora.

Pelos dados expostos no Gráfico 15, pode-se afirmar que os programas de pós-graduação da UNB e FGV-SP, que são os de maior nota, também possuem maior produção por docente permanente. Interessante que o programa da UFPB elevou sua média de publicação entre 3 a 5 publicações por docente permanente. Faz-se a ressalva que os programas com notas 5 e 6 têm os cursos de mestrado e doutorado, o que igualaria a média com o programa da UFPB e também da UFV, com 3 a 5 produções. Dessa forma, entende-se que os cursos com maior nota estão mantendo a média de produção por docentes e que os programas da UFPB e da UFV estão em busca de crescimento de sua nota, aumentando suas médias de produções, ambos

repetindo sua performance nos anos de 2017 e 2018. A seguir, Tabela 13, será visto o ano de 2019 com a mesma análise anterior para verificar essa ocorrência.

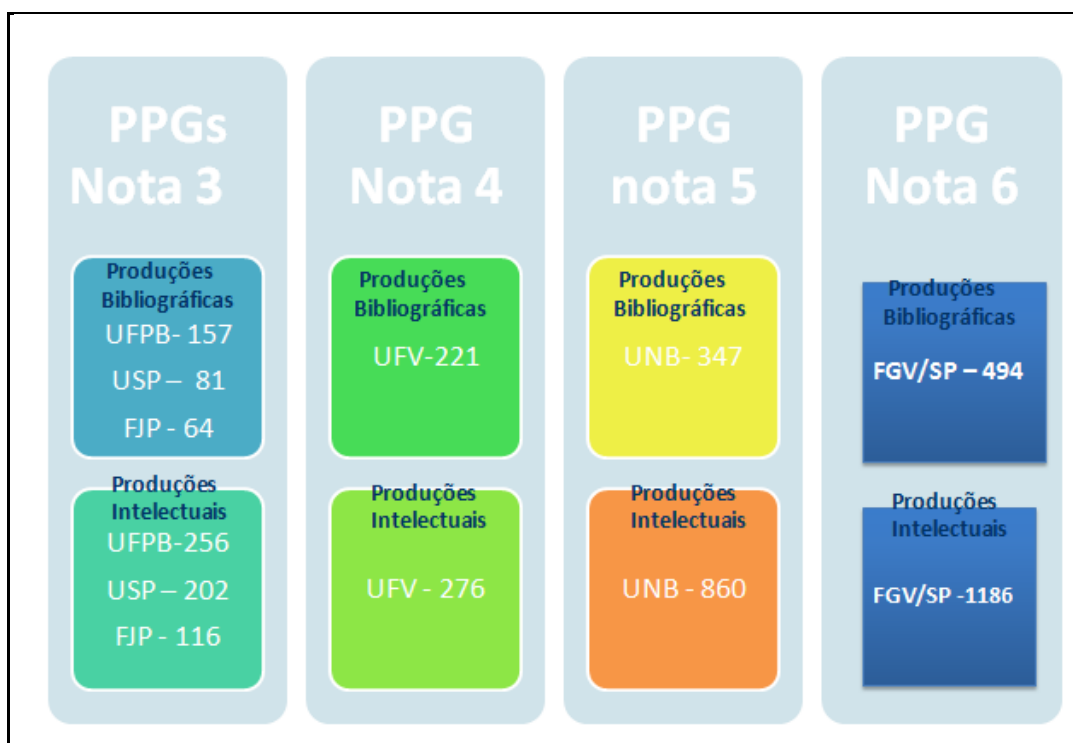
Tabela 13 – Comparativo do número de produções em anais, periódicos, outras publicações e total de publicações no ano de 2019, dos cursos com notas

| Programas de pós-graduação | Publicações em anais | Publicações em periódicos | Outras publicações bibliográficas |
|--|-----------------------------|----------------------------------|--|
| Programas de pós-graduação com nota 6 | | | |
| FGV-SP | 133 | 151 | 210 |
| Programas de pós-graduação com nota 5 | | | |
| UNB | 123 | 110 | 114 |
| Programas de pós-graduação com nota 4 | | | |
| UFV | 103 | 98 | 20 |
| Programas de pós-graduação com nota 3 | | | |
| UFPB- JP | 12 | 71 | 74 |
| USP | 28 | 45 | 8 |
| FJP | 36 | 18 | 10 |
| Média | 25,3 | 44,6 | 30,6 |

Fonte: Elaborada pela autora.

O ano de 2019 é marcado por um destaque nos dados levantados com relação ao programa de pós-graduação da UFV, os quais, exponencialmente, elevaram significativamente seus valores em publicações em cada modalidade, o que quase iguala às publicações dos programas com notas 5 e 6. Já a média de publicações dos programas com nota 3 permanece de 30 publicações por modalidade, repetindo quase os valores dos anos anteriores estudados. Destaque também para outras publicações bibliográficas para o programa da FGV-SP, que marcou 210 em outras publicações bibliográficas, um número bem acima do visto até o momento nas análises. A percepção é o investimento desses cursos com notas superiores nessa questão para manter-se com suas notas e qualidade no ensino e na pesquisa. Para maior detalhamento será analisada a média produzida por docente permanente no ano de 2019, na Figura 13.

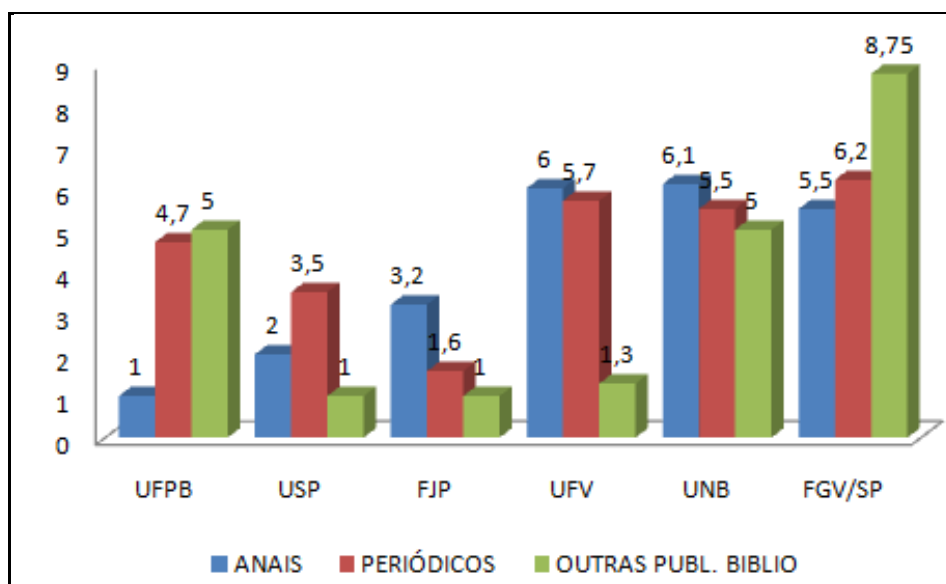
Figura 13 – Total de produções bibliográficas e intelectuais nos programas de pós-graduação acadêmicos separados por nota no ano de 2019



Fonte: Elaborado pela autora.

O ano de 2019 mostra que o programa de pós-graduação com nota 6 dispara em produções intelectuais, com 1.186, um número bem significativo, assim como o programa da UNB, que manteve o seu crescimento em publicações. A nota 4 manteve o padrão dos anos anteriores, mas sempre evoluindo, crescendo gradativamente e, novamente, o programa da UFPB vem buscando evolução em suas publicações, chegando perto da marca do programa de nota 4. Portanto, entende-se que ele está em busca de uma melhor avaliação, pois manteve esse padrão de crescimento em suas publicações tanto bibliográficas quanto no geral das publicações intelectuais no triênio estudado. Seguindo-se a análise de cada programa de pós-graduação, o Gráfico 16 mostra como está a publicação por docente permanente em cada categoria: anais, periódicos e outras publicações bibliográficas.

Gráfico 16 – Média de produção docente permanente no ano de 2019 cursos com nota de 3 a 6



Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados do Gráfico 16 apontam que os programas de pós-graduação da UNB e da FGV-SP mantêm alto seu número de produções por docente permanente. Porém, os programas da UFV e da UFPB continuam pelo terceiro ano consecutivo melhorando suas produções por docente permanente. O programa de pós-graduação da UFPB tem nota 3, enquanto o da UFV possui nota 4, igualando seus índices de produções por docente permanente com os programas de nota 5 e 6. Assim, entende-se que está no caminho para que haja melhora em sua avaliação, bem como a UFPB, que está estrategicamente utilizando as publicações para a construção de melhorias em sua avaliação pela CAPES. No Gráfico 16, analisa-se o triênio como um todo, para fazer um parâmetro dos programas de pós-graduação acadêmicos.

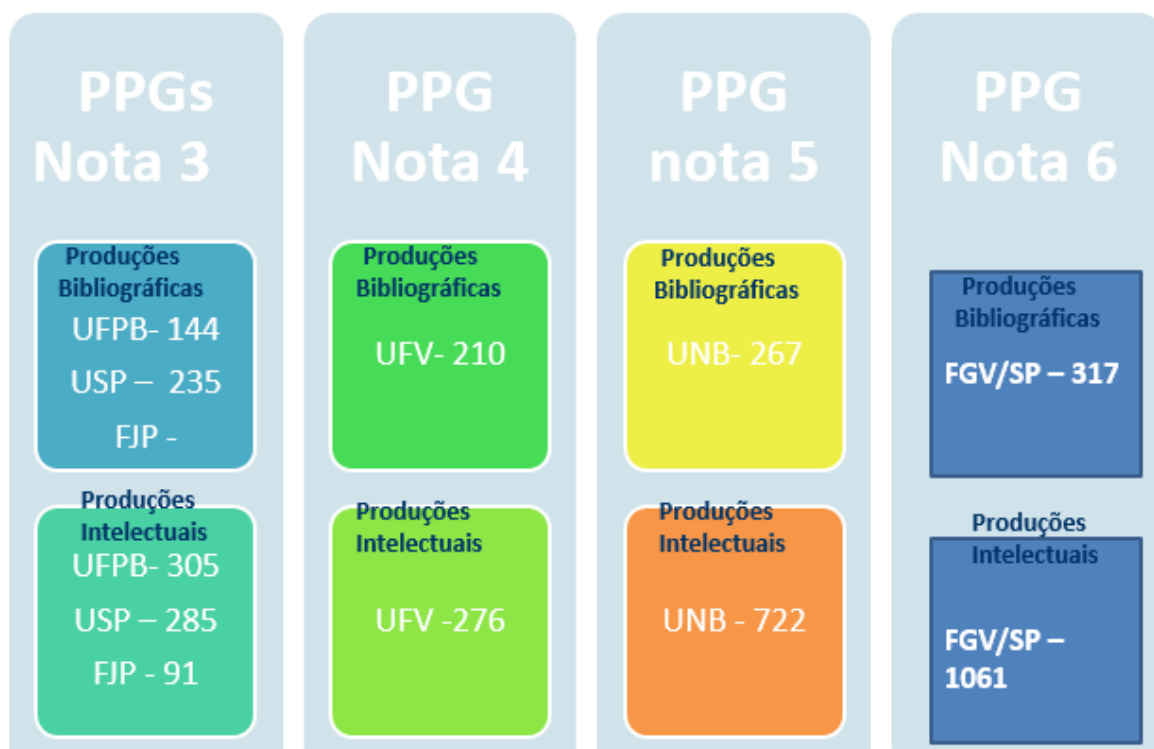
Tabela 14 – Comparativo do número de produções em anais, periódicos, outras publicações e total de publicações no ano de 2020, dos cursos e respectivas notas

| Programas de pós-graduação | Publicações em anais | Publicações em periódicos | Outras publicações bibliográficas |
|--|-----------------------------|----------------------------------|--|
| Programas de pós-graduação com nota 6 | | | |
| FGV-SP | 37 | 177 | 103 |
| Programas de pós-graduação com nota 5 | | | |
| UNB | 124 | 120 | 89 |
| Programas de pós-graduação com nota 4 | | | |
| UFV | 102 | 100 | 8 |
| Programas de pós-graduação com nota 3 | | | |
| UFPB | 22 | 66 | 56 |
| USP | 20 | 213 | 16 |
| FJP | 89 | 58 | 96 |
| Média | 65,66 | 122,33 | 61,33 |

Fonte: elaborado pela autora

No ano de 2020, diferentemente dos outros anos, há quase um equilíbrio entre as publicações com os cursos de notas 5 e 6: enquanto um produzia mais de um determinado material, o outro produzia em outra modalidade, mantendo suas médias elevadas de produções. Já a média de publicações dos programas com nota 3 teve significativamente um crescimento, tendo a USP, em periódicos publicações, bem acima do esperado publicações por modalidade, repetindo quase os valores dos anos anteriores estudados. Para maior detalhamento, é analisada a média produzida por docente permanente no ano de 2019, na Figura 14.

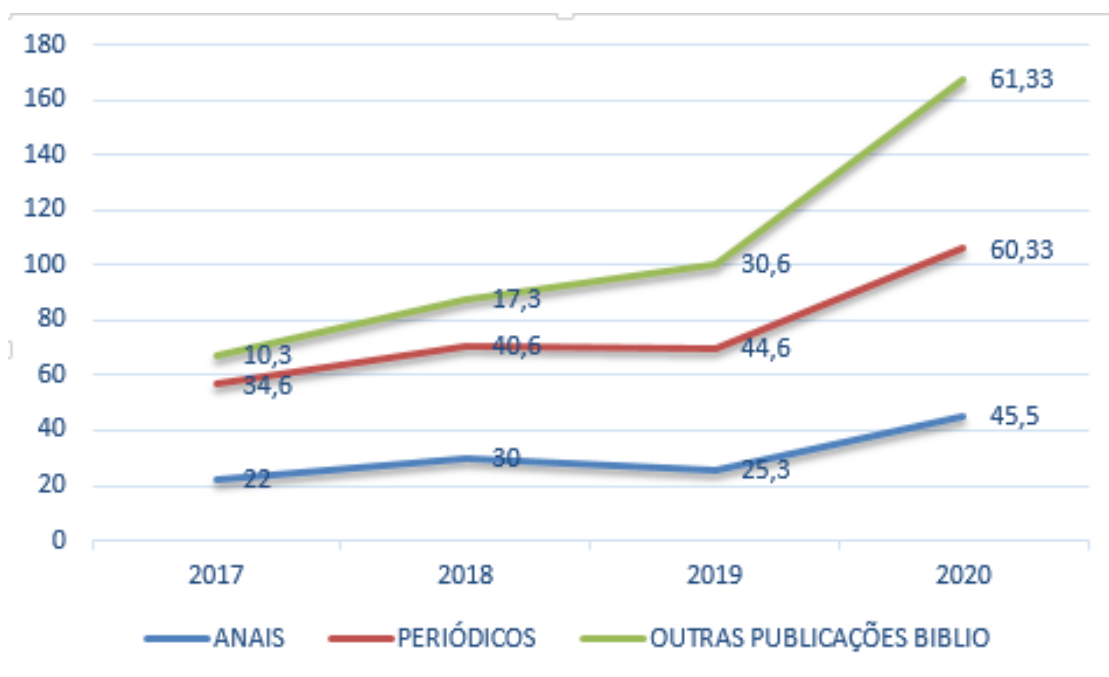
Figura 14 – Total de produções bibliográficas e intelectuais programa de pós-graduação acadêmicos separados por notas ano 2020



Fonte: Elaborada pela autora.

O ano de 2020 mostra que o programa de pós-graduação com nota 6 dispara em produções intelectuais, com 1.061, um número bem significativo, assim como o programa da UNB, que manteve o seu crescimento em publicações. A nota 4 manteve o padrão dos anos anteriores, mas sempre evoluindo, crescendo gradativamente e, novamente, o programa da UFPB vem buscando evolução em suas publicações, chegando perto da marca do programa de nota 4. Portanto, entende-se que ele está em busca de uma melhor avaliação, pois manteve esse padrão de crescimento em suas publicações tanto bibliográficas quanto no geral das publicações intelectuais no triênio estudado. Seguindo-se a análise de cada programa de pós-graduação, o Gráfico 14 mostra como está a publicação por docente permanente em cada categoria: anais, periódicos e outras publicações bibliográficas.

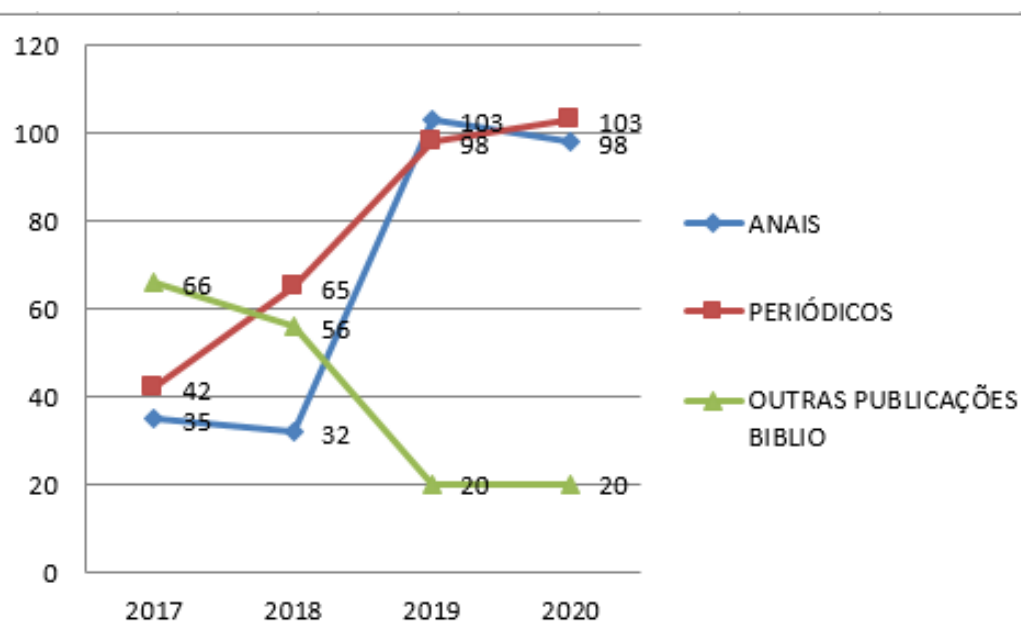
Gráfico 17 – Média do quadriênio de publicações em anais, periódicos e outras publicações bibliográficas cursos nota 3



Fonte: Elaborado pela autora.

No triênio, os cursos com nota 3 tiveram uma elevação constante entre os anos em suas produções de periódicos e outras publicações; já em produções de anais, entre os anos de 2017 e 2018, obtiveram um crescimento abaixo das demais produções, porém, no ano de 2019 com relação a 2018, obteve um decréscimo em suas publicações. Em comparação com os cursos a nível profissional com nota 3, os profissionais produziram muito mais nesse triênio em comparação com os programas acadêmicos. Pode-se perceber que os cursos profissionais estão engajados em contribuir com publicações bibliográficas tanto quanto os programas acadêmicos, muito embora se fale que os programas profissionais estão mais ligados em gerar soluções práticas para o desenvolvimento de sua contribuição para a sociedade, porém, as produções bibliográficas têm feito parte dessa construção.

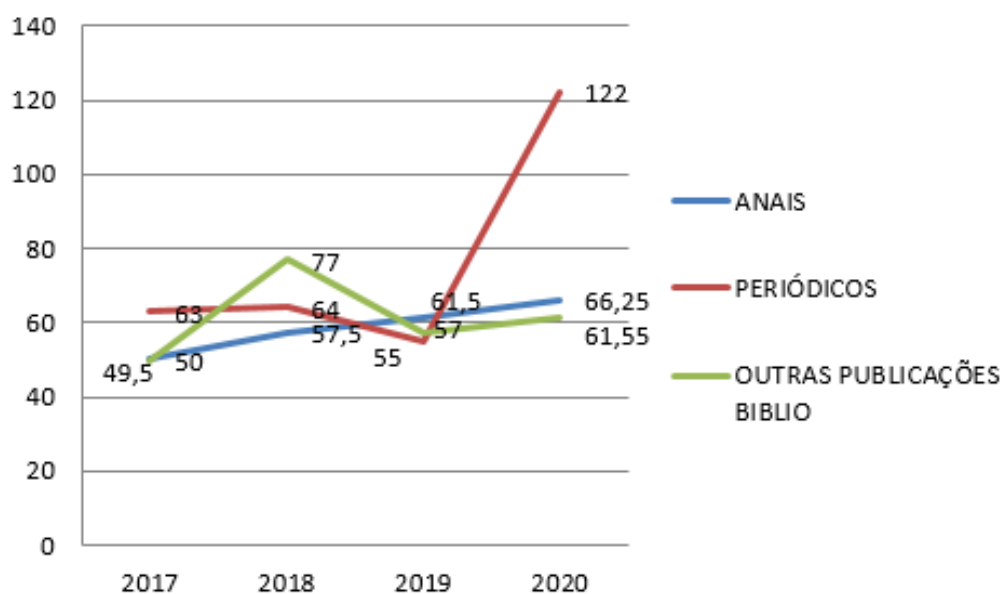
Gráfico 18 – Média do triênio de publicações em anais, periódicos e outras publicações bibliográficas curso nota 4



Fonte: Elaborado pela autora.

O curso com nota 4, em relação aos cursos com nota 3 a nível acadêmico, possuem uma produção um pouco maior. Publicações em anais obtiveram um crescimento considerável, assim como em periódicos. Já outras publicações periódicas vêm em decréscimo. Em comparação com os programas de pós-graduação a nível profissional, o número é um pouco superior no ano de 2019; nos demais anos, a ocorrência é bem semelhante, entre 40 a 60 publicações por ano em cada categoria. Porém, os cursos com nota 4 a nível profissional não obtiveram decréscimo nas suas publicações, e sim mantiveram um equilíbrio em todas as categorias. Assim como em comparação dos cursos com nota menores, observa-se essa constância nos programas de pós-graduação profissionais nas produções acadêmicas.

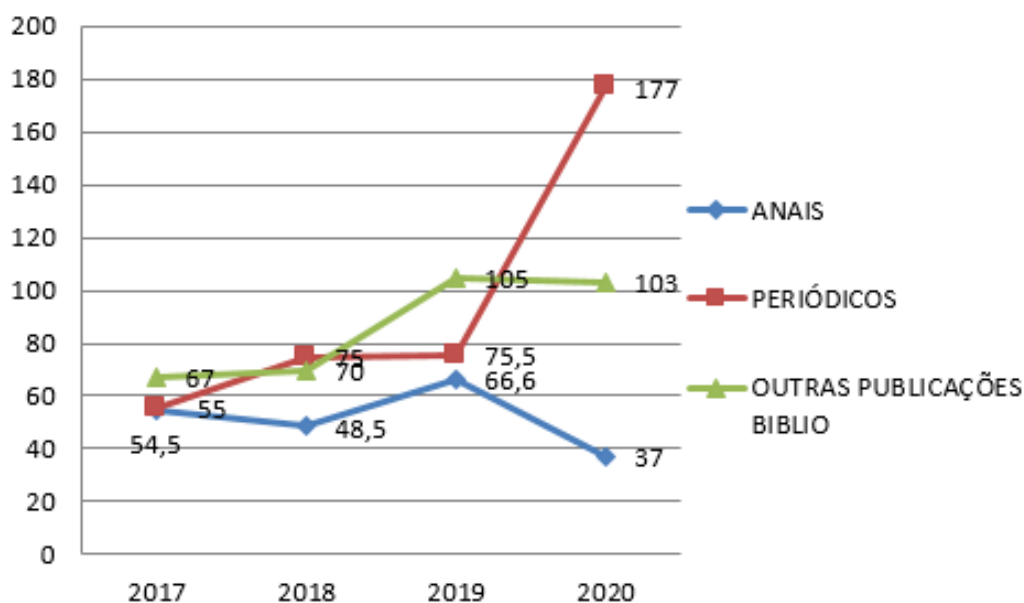
Gráfico 19 – Média do quadriênio de publicações em anais, periódicos e outras publicações bibliográficas cursos nota 5, média entre mestrado e doutorado



Fonte: Elaborado pela autora.

No Gráfico 19, tem um programa de pós-graduação acadêmico que conta com mestrado e doutorado, dessa forma, os valores de produção foram divididos para chegarem na média. Ainda assim, comparado com os cursos com notas inferiores, os programas de pós-graduação com nota 5 mantêm uma média alta de publicações, com número mínimo de 50 publicações no ano, máximo 77. Em publicações em anais, vem mantendo uma crescente; já com periódicos e outras publicações bibliográficas, pode-se ver que, entre 2018, 2019 e 2020, houve uma queda nos valores. Comparado com os cursos com notas inferiores, nota-se que outras publicações bibliográficas vêm sofrendo uma queda entre esses anos de 2018, 2019 e 2020, ênfase maior nas modalidades em anais e periódicos. Não possui nenhum programa profissional com nota 5 para se fazer a comparação, contudo, comparando com os com nota inferiores, nota-se que a intenção dos programas de pós-graduação profissionais é o incentivo das práticas bibliográficas, pois, analisando-se os valores, estão muito semelhantes com os programas acadêmicos nota 4.

Gráfico 20 – Média do quadriênio de publicações em anais, periódicos e outras publicações bibliográficas cursos nota 6, média entre mestrado e doutorado



Fonte: Elaborado pela autora.

No programa de pós-graduação com nota 6, ocorre o mesmo que o anterior com nota 5: ele possui o programa de mestrado e doutorado, dessa forma, foi feita a média entre os dois. Relativamente, os valores são muito semelhantes ao programa de pós-graduação nota 5, mantendo, em todas as modalidades, crescimento de suas produções ou a manutenção da média de produção do ano anterior. Isso mostra a ênfase nas publicações nesses cursos, ou seja, apostam muito em contribuições bibliográficas para manter a nota. Como não há programa de pós-graduação a nível profissional com nota 6 para se fazer a comparação, não há como mencionar, mas pode-se ter como vitrine o Gráfico 20: constância nas publicações e níveis elevados em termos de volume de publicações.

4.5 ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SUAS ESTRUTURAS E PROPOSTAS

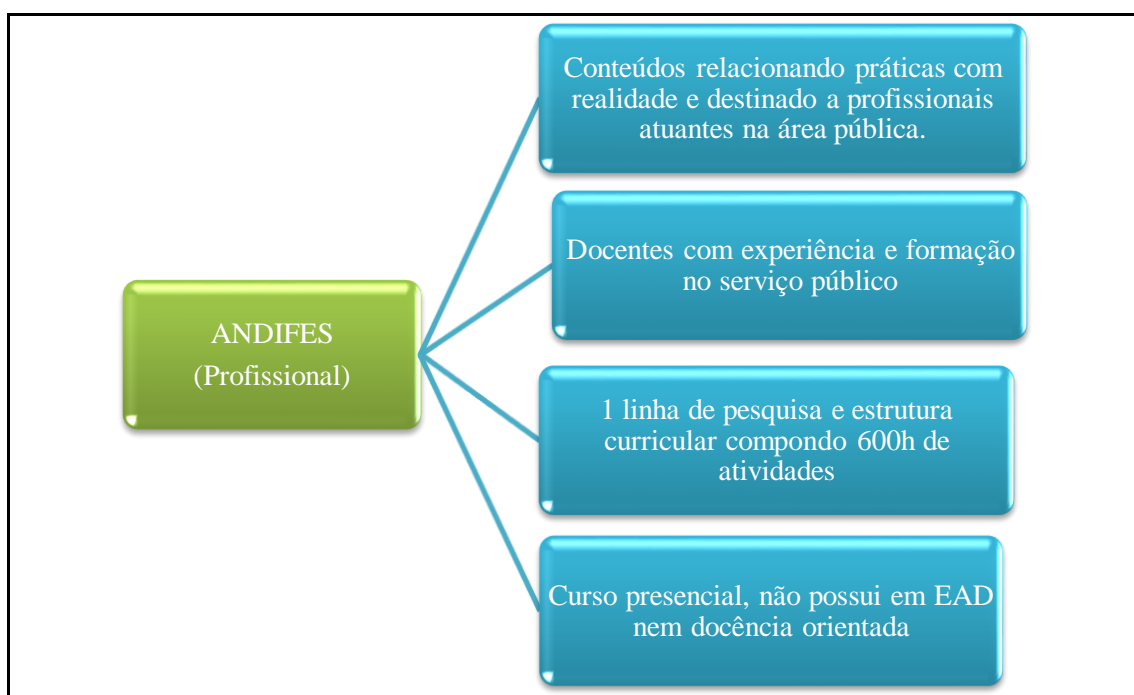
Os programas de pós-graduação, para manterem seus cadastros ativos, devem estar em consonância com as avaliações regulares feitas pela CAPES, por isso, nesta seção abordam-se as propostas de cada programa no período estudado, 2017, 2018 e 2019. Nesses respectivos anos, o programas de pós-graduação da ANDIFES vem desenvolvendo e investindo em capacitação de seus docentes para desenvolver experiências inovadoras de aprendizagem,

aliando a prática e a teoria, selecionando temas e conteúdo que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos públicos-alvo nos diferentes espaços de trabalho e nas esferas local e regional; sempre adotando um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos; oportunizando os discentes a experiências e troca de informações com profissionais que possuem conhecimento nas áreas desenvolvidas pelo currículo. Tem como oportunidade para os discentes uma linha de pesquisa bem generalista em Administração Pública. Sua estrutura curricular é desenvolvida 600 horas de atividades didáticas, que correspondem a 40 créditos distribuídos em seis disciplinas obrigatórias, totalizando 360 horas; duas disciplinas optativas, totalizando 120 h e o trabalho de conclusão final, com 120 horas. Os requisitos para conclusão do curso e obtenção do grau de mestre são: a) aprovação nas disciplinas do programa, conforme estrutura curricular acima; e b) aprovação do projeto de qualificação; e c) ser aprovado na defesa do trabalho de conclusão final em banca de três membros, com um membro externo.

A docência orientada não é prevista para seus alunos. O curso é ofertado na modalidade presencial, porém algumas atividades são realizadas de forma semipresencial, com o auxílio de tecnologia da informação e comunicação, nas instituições federais da rede, que dispõem de experiência em ambiente virtual de aprendizagem, como a plataforma Moodle, além de outras ferramentas.

O programa de pós-graduação da ANDIFES forma profissionais capazes de atuar na transformação e inovação organizacional; na administração sustentável e no espaço entre as demandas políticas e os ideais técnicos, facilitando a atuação do Estado e sua relação com o mercado e sociedade civil e fortalecendo sua capacidade de conceber e implementar políticas que atendam a demandas regionais e locais. Segue a Figura 15, que ilustra essa realidade:

Figura 15 – PPG da ANDIFES e sua composição



Fonte: Elaborada pela autora.

O programa de pós-graduação da FGV EAESP desenvolve a oportunidade de conhecer e avaliar os principais avanços na gestão e nas políticas públicas no Brasil e em perspectiva internacional comparada, além de ter uma formação teórica abrangente e atualizada, aprofundando a análise dos problemas públicos atuais, integrando diferentes perspectivas e campos disciplinares, desenvolvendo metodologias e instrumentos de pesquisa apropriados para o conhecimento aplicado e para a resolução de problemas públicos.

O programa oferta cinco linhas, tendo 68 projetos de pesquisas cadastrados. Seu currículo é composto de 16 disciplinas, todas de dois créditos cada (equivalente a 30 horas-aula), sendo dez obrigatórias e seis eletivas. Não há pré-requisitos ou ordem obrigatória das disciplinas a cursar. A aprovação requer média 6,0 em cada disciplina e média 7,0 global nas 16 disciplinas, além de 75% de presença às aulas, como determina a legislação. O trabalho individual final é submetido pelo orientador a dois pareceristas (que podem ou não ser também integrantes da banca do trabalho coletivo) e avaliado de forma similar à de um artigo ou caso de ensino submetido a um periódico.

O curso não oferece ensino à distância, mas os participantes têm acesso remoto a todo o material das disciplinas, que é disponibilizado pelo professor por meio de uma plataforma digital. Sendo mestrado profissional, que tem como alunos profissionais em atividade, não

oferta docência orientada, porém a dispõe para alunos que têm interesse. O corpo docente é altamente qualificado nas questões que envolvem gestão pública, com experiência na área, sendo 25 docentes doutores e dois mestres.

Figura 16 – FGV EAESP e sua composição



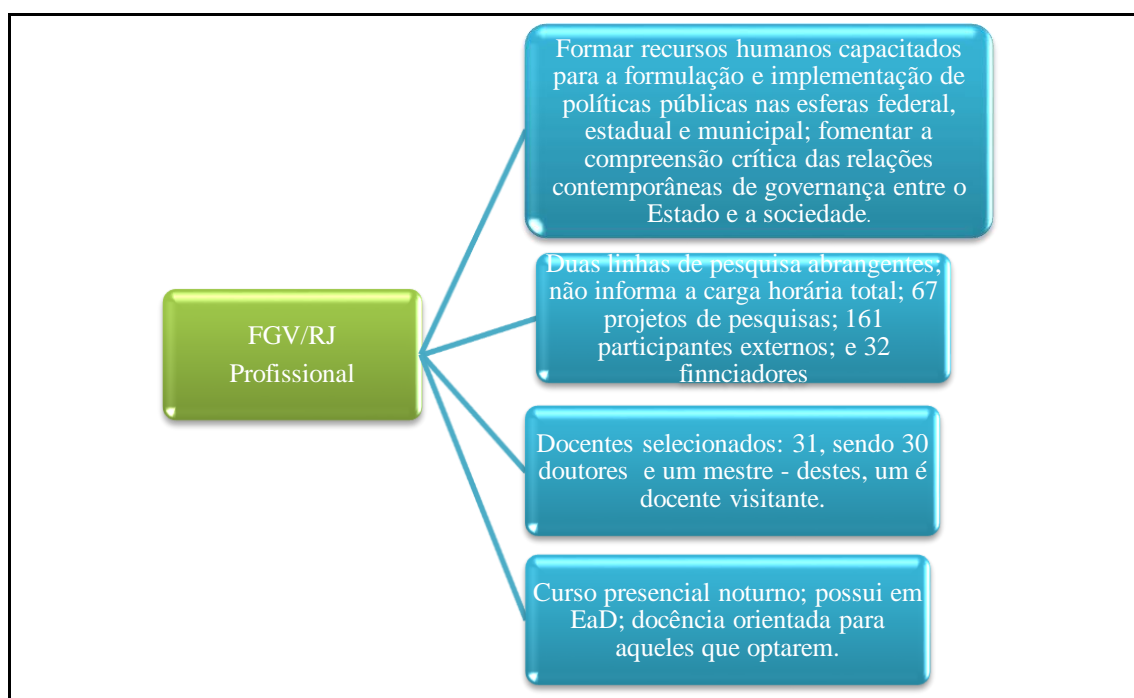
Fonte: Elaborada pela autora.

Já o programa de pós-graduação da FGV-RJ, nos três anos em que o estudo analisou, tem como objetivo consolidar a base conceitual e analítica em gestão e políticas públicas; formar recursos humanos capacitados para a formulação e implementação de políticas públicas, nas esferas federal, estadual e municipal; fomentar a compreensão crítica das relações contemporâneas de governança entre o Estado e a sociedade; e incentivar a adoção de instrumentos de gestão, inovação e transformação da dinâmica da administração pública.

Assim como o programa de pós-graduação da FGV EAESP, também é ofertado no período noturno, o que propicia ao aluno conciliar o mestrado com sua atividade profissional. O curso deve ser concluído em 22 meses (com aprovação e defesa do trabalho final de curso); compreende 12 disciplinas trimestrais, com 30 horas-aula cada, das quais quatro são disciplinas obrigatórias, uma de intervenção/orientação profissional e oito eletivas. O aluno poderá optar por cursar até três disciplinas ofertadas no âmbito de outros programas acadêmicos e

profissionais oferecidos pela FGV EBAPE (especificamente, o mestrado acadêmico em administração e o mestrado em gestão empresarial) ou em outros programas conceituados no Brasil ou no exterior. O programa do mestrado profissional em Administração Pública (MAP) é oferecido na modalidade presencial. Contudo, a FGV EBAPE é credenciada pelo MEC a ofertar cursos de graduação e pós-graduação a distância. Vale destacar que sete professores do NDP do programa atuam nos cursos de graduação tecnológica a distância e quanto à docência orientada, por ser mestrado profissional, não possui obrigatoriedade, mas o aluno que tiver interesse pode solicitar.

Figura 17 – PPG da FGV-RJ e sua composição

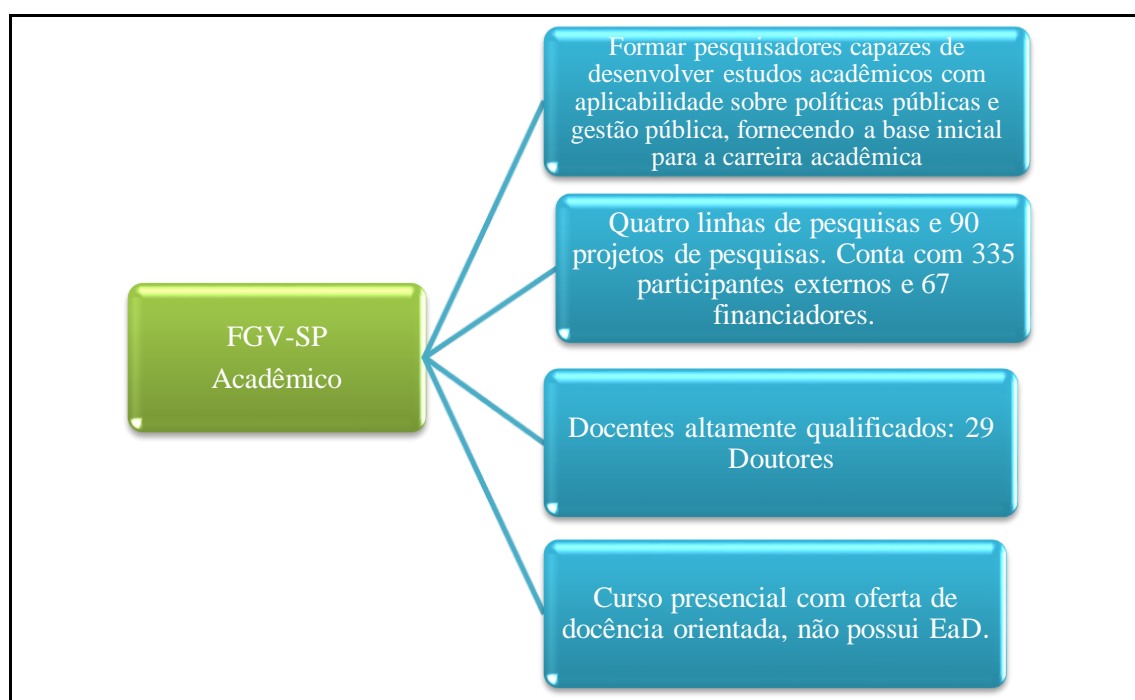


Fonte: Elaborada pela autora.

A FGV-SP, por se tratar de um mestrado acadêmico, tem seus objetivos pautados na pesquisa e produção, assim, o objetivo específico do mestrado é formar pesquisadores capazes de desenvolver estudos acadêmicos com aplicabilidade sobre políticas públicas e gestão pública, fornecendo a base inicial para a carreira acadêmica, preparando-os para o ingresso futuro em programas de doutorado em Administração Pública ou nas áreas afins, diferentemente dos anteriores, cujo foco é o gestor público ou servidor público.

A estrutura curricular se dá por dez créditos de disciplinas obrigatórias, com total de seis disciplinas obrigatórias; oito créditos de disciplinas optativas, com total de quatro disciplinas optativas; dois créditos de seminários nas diferentes linhas de pesquisas; e quatro créditos para elaboração do trabalho de conclusão de curso; possui a possibilidade de docência orientada também. Disponibiliza quatro linhas de pesquisas: Administração Pública e de Governo; Governo e sociedade civil em contexto subnacional; Política e Economia no setor público; e Transformações do Estado e políticas públicas. Vem desenvolvendo, ao decorrer dos anos, diversos projetos de pesquisas, crescendo seu número, totalizando, em 2019, 90 projetos. Preza por um corpo docente altamente qualificado, todos com grau de doutor. Conta com 335 participantes e externos e 67 financiadores do seu programa.

Figura 18 – PPG da FGV-SP e sua composição



Fonte: Elaborada pela autora.

Na mesma ideia de mestrado acadêmico em Administração Pública, há o programa de pós-graduação da FJP, que se preocupa com formação teórica e técnica de alto nível nos campos da gestão pública, formulação, planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas. Conta com três linhas de pesquisas que abordam: formulação, implementação gestão e avaliação de políticas públicas, gestão econômica, financeira e tributária e produção de

conhecimento, avaliação e gestão da informação. Essas linhas de pesquisas amplas e diversificadas nas diferentes esferas dos órgãos públicos tem crescente evolução nos três anos estudados com relação aos projetos de pesquisas, que foram crescendo gradativamente ao longo desses anos, totalizando 26 projetos de pesquisas no ano de 2019. Tem em sua oferta curricular 29 disciplinas, separadamente em disciplinas optativas e disciplinas obrigatórias, totalizando 375 horas. As atividades de estágio e docência, obrigatórias para os alunos bolsistas, constam no histórico escolar, mas não são utilizados para aproveitamento de créditos mínimos exigidos para conclusão de disciplinas do programa. Possui, em seu registro, 19 turmas ativas em andamento. Seu corpo docente é formado e capacitado em Administração Pública com 15 docentes doutores e quatro mestres, não havendo docente visitante. Conta com 67 participantes externos e 11 financiadores. Suas atividades são elaboradas presencialmente, não havendo a oferta EaD.

Figura 17 – PPG da FJP e sua composição

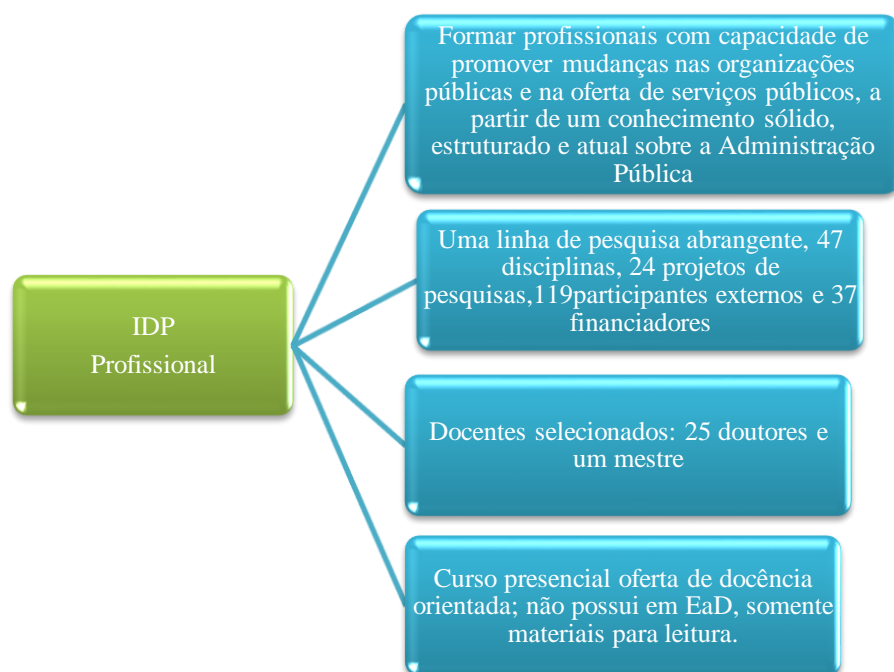


Fonte: Elaborada pela autora.

Com o objetivo de formar profissionais com capacidade de promover mudanças nas organizações públicas e na oferta de serviços públicos a partir de um conhecimento sólido, estruturado e atual sobre a Administração Pública, o programa de pós-graduação da IDP traz

em sua proposta uma linha de pesquisa denominada Políticas Públicas e Gestão Governamental, com evolução de projetos de pesquisas que somam 24 até o ano de 2019. Tem como participantes externos 119 instituições e 37 financiadores. Seu corpo docente possui 22 docentes, sendo 21 doutores e apenas um mestre; destes, um é docente Visitante. Suas atividades são ofertadas quinzenalmente, no período diurno. Conta com uma carga horária total de 600 h, sendo distribuídas em disciplinas obrigatórias e disciplinas optativas, totalizando a oferta de 47 disciplinas em 33 turmas. A oferta do curso é presencial, com a apoio de ferramentas que possibilitam o estudo de casa, porém como complementação.

Figura 18 – PPG da IDP e sua composição



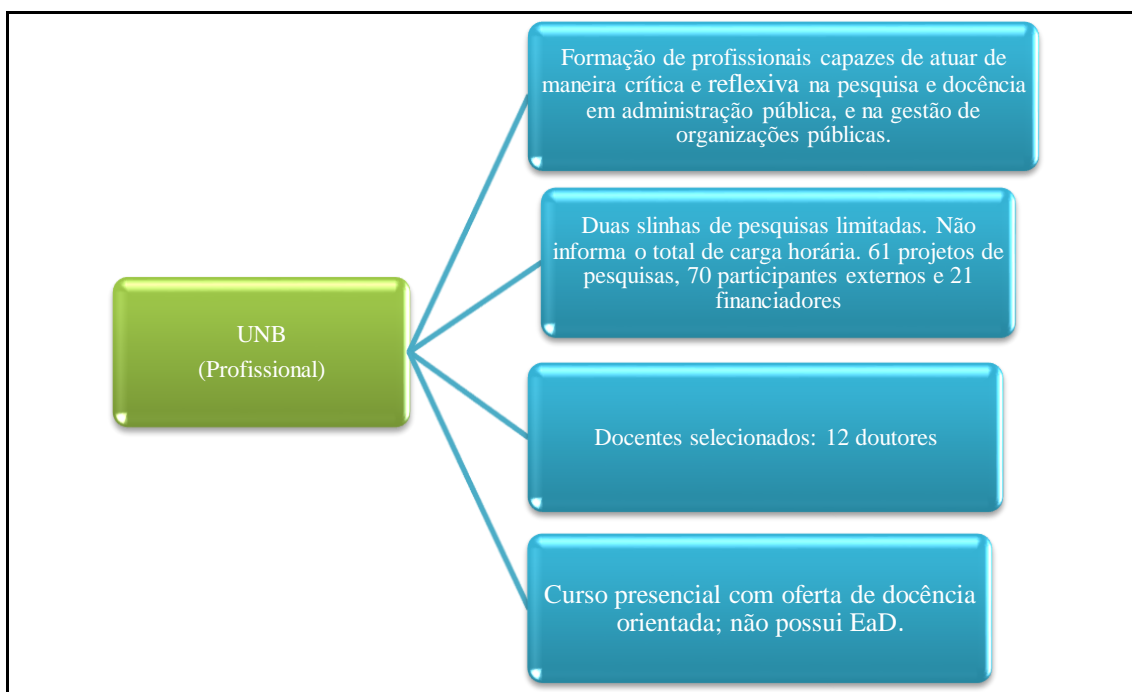
Fonte: Elaborada pela autora.

Com 16 anos de funcionamento o programa de pós-graduação da UNB tem como objetivo geral a formação de profissionais capazes de atuar de maneira crítica e reflexiva na pesquisa e docência em administração pública e na gestão de organizações públicas. Com oferta de duas linhas de pesquisas que são semelhantes: Gestão de Políticas Públicas; e Gestão de Políticas Públicas e Organizações Públicas. A partir delas, desenvolve 61 projetos de pesquisas, tendo como suporte 70 participantes externos e 21 financiadores.

O aluno deve concluir 24 créditos entre disciplinas obrigatórias e eletivas. Desse total, 14 créditos são de disciplinas obrigatórias. Outros seis créditos decorrem de duas disciplinas relacionadas à elaboração do projeto de dissertação. As demais disciplinas podem variar em

função do tipo de perfil de egresso demandado pela contratante, com conteúdos variados no âmbito da administração pública. Nos seus documentos não informa a carga horária total do curso. Não possui docência orientada, porém os alunos que tiverem interesse podem adicioná-la à sua grade de estudo. Possui, em seu corpo docente, 12 profissionais, todos doutores. O programa é ofertado na modalidade presencial e não tem atividades de ensino a distância, embora conte com a estrutura de um ambiente próprio em Moodle disponível para os alunos e professores do programa.

Figura 19 – PPG da UNB e sua composição



Fonte: Elaborada pela autora.

O programa de pós-graduação da UERJ começou suas atividades no ano de 2017, no nível profissional. Dispõe de uma única linha de pesquisa, denominada Controladoria e Gestão Pública, que tem 25 projetos de pesquisas atrelados a ela. Possui 13 docentes Doutores, sendo um deles docente visitante.

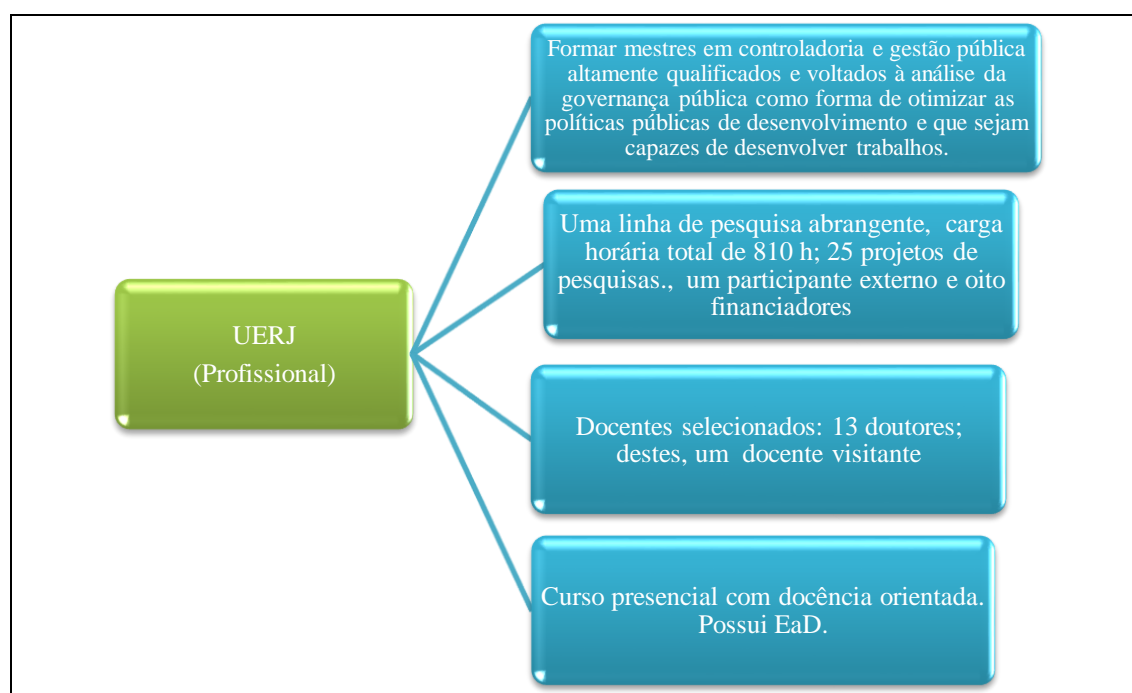
Tem como seu lema formar mestres em Controladoria e Gestão Pública altamente qualificados e voltados à análise da governança pública como forma de otimizar as políticas públicas de desenvolvimento e que sejam capazes de desenvolver trabalhos, a partir de conceitos da literatura, que resultem soluções exitosas para a sociedade, sob forma de

dissertações, relatórios técnicos, patentes, entre outros, sobre controladoria e gestão pública, aplicando rigorosos métodos de pesquisa.

O mestrado Profissional em Controladoria e Gestão Pública oferece um total de 27 disciplinas e duas turmas (cada uma delas com 30 horas e dois créditos), totalizando 54 créditos e 810 horas. A carga horária mínima para integralização do curso é de 360 horas-aula ou 24 unidades de crédito, sendo 14 desses créditos correspondentes às 210 horas-aula em disciplinas obrigatórias, e 150 horas-aula ou dez unidades de crédito em disciplinas eletivas.

Por ser um curso em oferta profissional, não possui estágio de docência orientada. O presente mestrado profissional poderá ser oferecido tanto na modalidade presencial como, eventualmente, nas modalidades semipresencial e de ensino a distância. Conforme disposto no portal do MEC, a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial, no âmbito de um curso autorizado na modalidade presencial, é possível legalmente de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20/12/1996, em seu artigo 81, que foi regulamentado em dezembro de 2018 pelo MEC segundo a Portaria nº 1.428 de dezembro de 2018, modificada pela Portaria, nº 2.117 [de 11/12/2019], que tratava do aumento do limite de 20% das aulas para até 40% na oferta das aulas na modalidade EaD em cursos presenciais no ensino superior.

Figura 20 – PPG da UERJ e sua composição

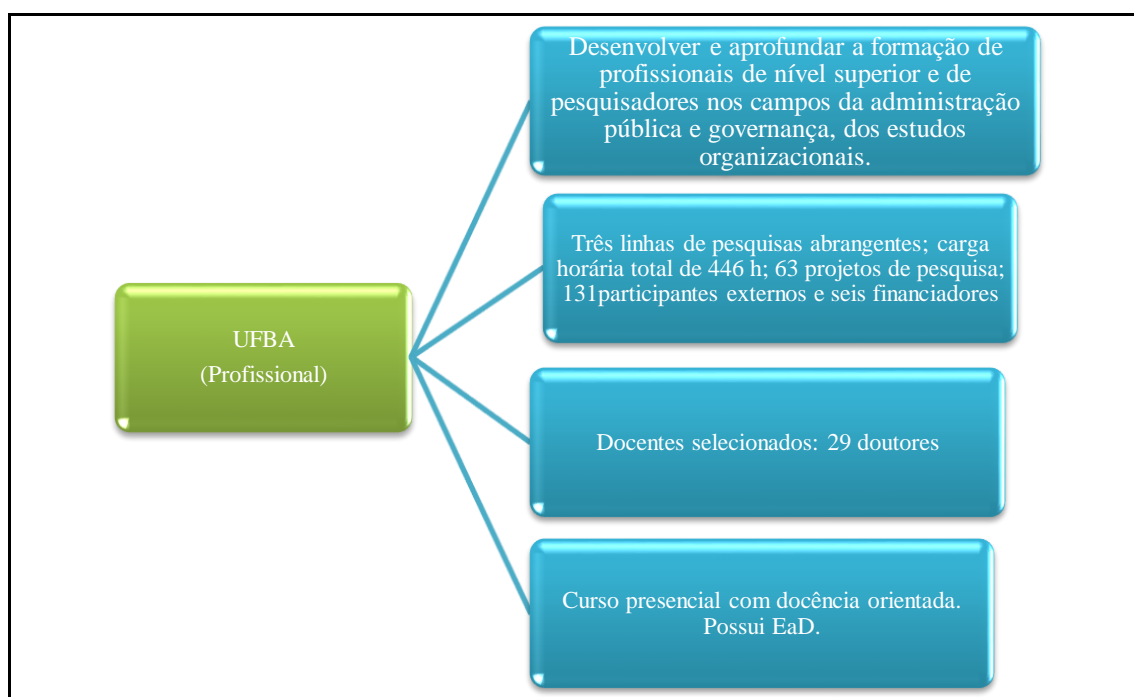


Fonte: Elaborada pela autora.

Com três linhas de pesquisas, o programa de pós-graduação da UFBA traz gestão da tecnologia, inovação e competitividade; poderes locais, organizações e gestão e gestão de instituições, finanças e políticas públicas, atrelando a essas linhas com evolução no número de 63 projetos de pesquisas. O programa conta ainda com 131 colaboradores externos e seis financiadores. Sua estrutura curricular possui disciplinas obrigatórias, com 64 h e 34 h; e disciplinas optativas com 34 h. O curso é composto pelo total de 442 h.

O programa tem por propósito formar gestores para uma atuação crítica, contextualizada e propositiva em empresas privadas e estatais, instituições públicas e organizações não governamentais. Não possui docência orientada, somente para alunos que tenham interesse. Sua equipe docente conta com os docentes capacitados, sendo os 29 doutores. O curso é ofertado presencialmente, porém 20% da sua carga horária é destinada por AVA (ambiente virtual de aprendizagem).

Figura 21 – PPG da UFBA e sua composição



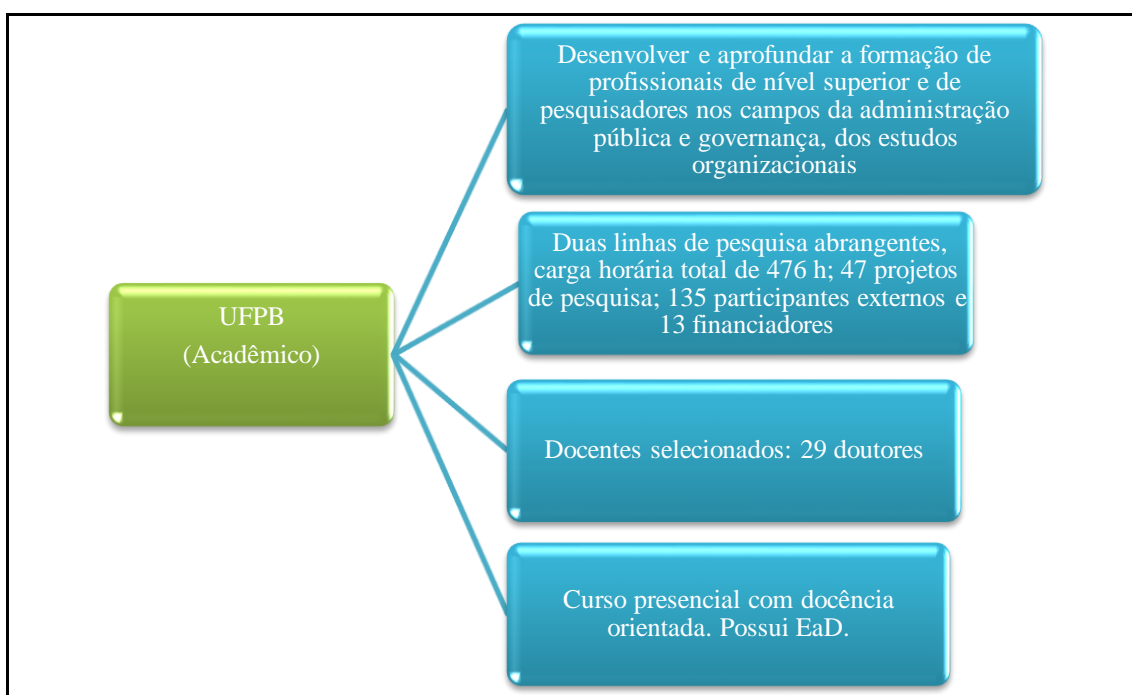
Fonte: Elaborada pela autora.

Marcado, ao longo da sua história, pela afirmação do princípio da diversidade em relação ao modo de conceber e lidar com o fenômeno da gestão que constitui seu objeto

fundamental em termos de formação, pesquisa e extensão, o programa de pós-graduação da UFPB, mestrado acadêmico, tem por propósito desenvolver e aprofundar a formação de profissionais de nível superior e de pesquisadores nos campos da administração pública e governança, dos estudos organizacionais, poder e gestão e da tecnologia, inovação e competitividade, qualificando-os em nível de mestrado e doutorado acadêmico e também no nível profissional, de acordo com as seguintes linhas de pesquisa: Gestão de Instituições; Finanças e Políticas Públicas; Poderes Locais, Organização e Gestão De Tecnologia; Inovação e Competitividade. Tem 47 projetos de pesquisa em andamento, sendo 13 financiadores e 135 participantes externos.

Seu corpo docente é composto por 20 professores, sendo, na sua totalidade, doutores. Nesse sentido, a estrutura curricular do curso é formada por três núcleos de ensino-aprendizagem complementares: o núcleo funcional, composto por oito disciplinas obrigatórias, que integraliza 272 h; o núcleo metodológico, composto por quatro atividades também obrigatórias, que integraliza 136 h; e o núcleo optativo, composto por sete disciplinas, dentre as quais os estudantes devem integralizar quatro créditos (68 h). O curso possui, portanto, uma carga horária total de 476h. Essa estrutura é dividida em 16 turmas que contam com 26 disciplinas. O total de docentes que compõe o programa é de 29, sendo todos doutores. Possui docência orientada e o curso é ofertado presencialmente, porém 20% da sua carga horária é destinada via AVA (ambiente virtual de aprendizagem).

Figura 22 – PPG da UFPB e sua composição



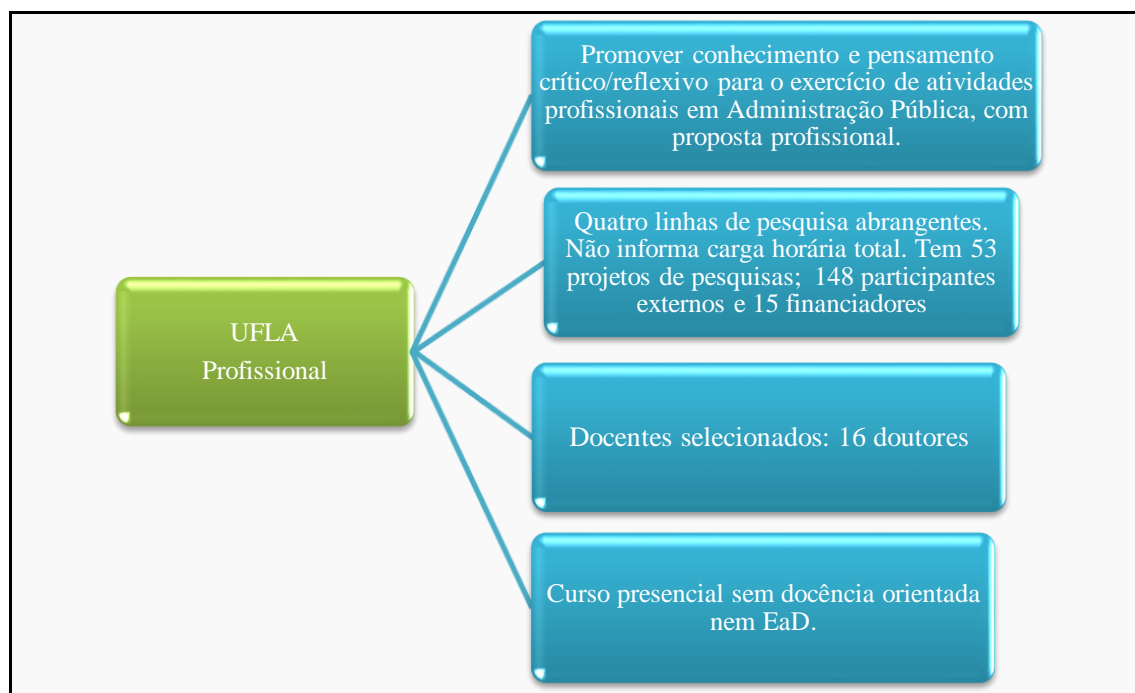
Fonte: Elaborada pela autora.

O programa de pós-graduação em Administração Pública (PPGAP) da UFLA tem por objetivo capacitar e qualificar profissionais por meio de um ensino que promova conhecimento e pensamento crítico/reflexivo para o exercício de atividades profissionais em Administração Pública, com proposta profissional. O Programa passou a qualificar profissionais críticos e com capacidade interpretativa das dinâmicas que envolvem o cenário político, social e econômico da administração pública. Passando por melhorias, teve alteração na sua composição curricular, dessa forma, desde 2018, adota que para obtenção do título de mestre profissional em Administração Pública.

Os discentes regularmente matriculados deverão cumprir um total de 27 créditos, sendo dois em disciplinas de nivelamento, dez em disciplinas de formação geral (obrigatórias) e 15 em disciplinas de formação de área de concentração (optativas). Com relação ao ensino EaD, as disciplinas ministradas são de forma presencial, sendo permitido que parte do conteúdo seja transmitida de forma virtual, o que caracteriza o ensino a distância. Apesar de o Programa não oferecer cursos a distância, alguns docentes têm participado em cursos EaD de outros programas, ministrando palestras.

O programa possui 23 disciplinas e 12 turmas no total e conta com quatro linhas de pesquisas, que são: Gestão pública, Tecnologias e Inovação; Administração Pública; Gestão Social, Políticas Públicas; e Controle Social. Teve 53 projetos de pesquisa no ano estudado. Conta com o corpo docente de 16 professores, todos doutores.

Figura 23 – PPG da UFLA e sua composição



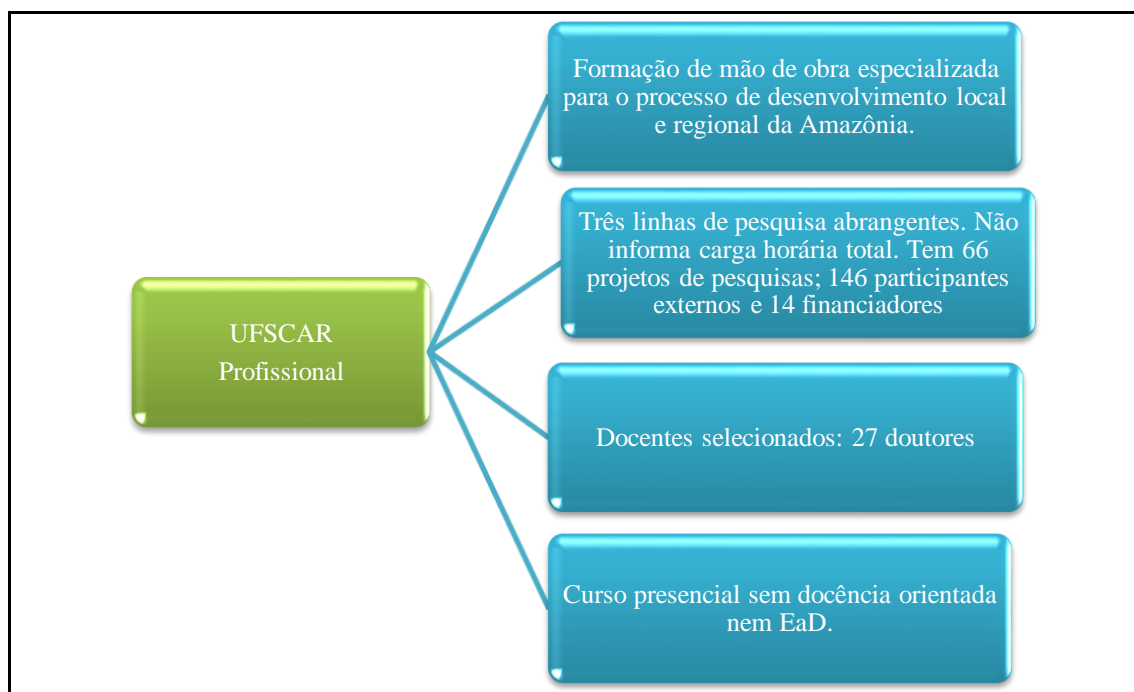
Fonte: Elaborada pela autora.

O programa de pós-graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos (PPGGOSP) da UFSCAR surgiu no segundo semestre de 2013 com a finalidade de qualificar um corpo técnico administrativo ligado à instituições públicas, além de servir de espaço para discussão, estudo, práticas e ações dentro desse campo organizacional. Tem o objetivo de constituir uma força de trabalho mais bem qualificada para atuar na iniciativa pública, com uma formação que extrapola as fronteiras disciplinares e a compartimentalização das áreas de conhecimento, além de servir de espaço para discussões, estudos, práticas e ações dentro desse campo organizacional. Sua composição curricular apresenta 100 créditos, sendo cada crédito correspondente a 15 horas de atividades, dos quais o discente deve realizar: a) 36 créditos em disciplinas, devendo o discente cursar três disciplinas obrigatórias com seis créditos cada, mais

disciplinas optativas que totalizem 18 créditos; b) 64 créditos correspondentes ao trabalho final de conclusão de curso.

O curso é ofertado de forma presencial, com algumas leituras pelo ambiente virtual de aprendizagem. Conta com três linhas de pesquisa: Gestão de Organizações Públicas; Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação; e Estado e Políticas Públicas: na interface entre Estado e Sociedade. Conta com 14 financiadores e 146 participantes externos. Não oferta docência orientada e conta com corpo docente qualificado de 27 docentes, todos doutores.

Figura 24 – PPG da UFSCAR e sua composição



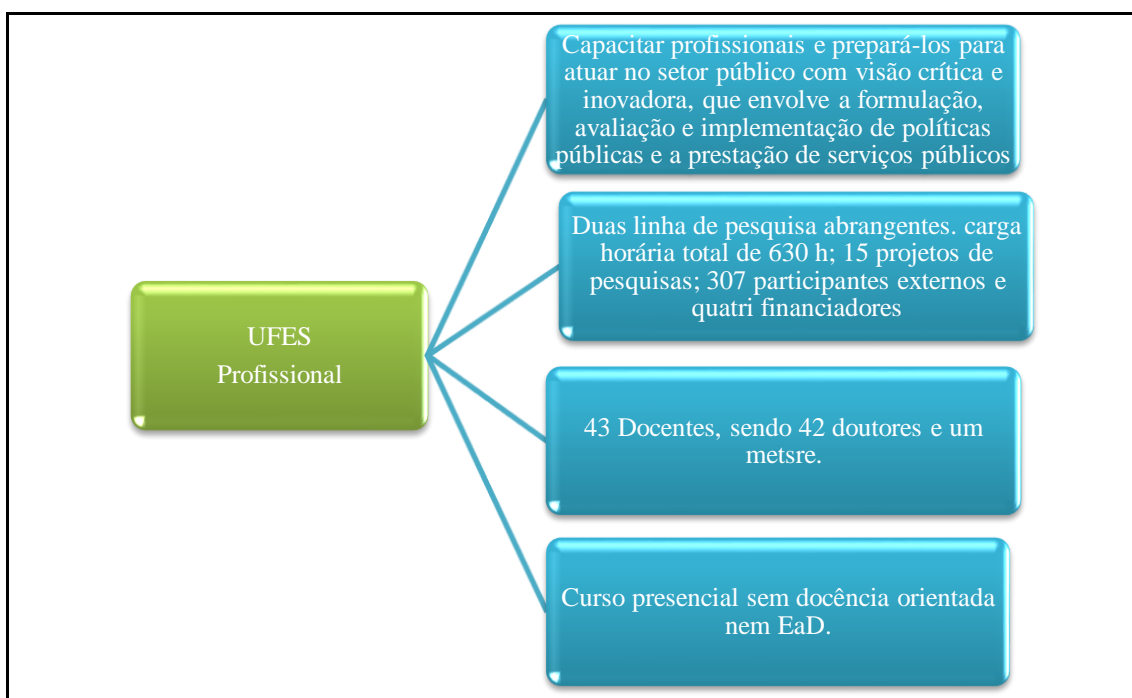
Fonte: Elaborada pela autora.

O programa de gestão pública da UFES foi aprovado pela CAPES no ano de 2010 e iniciou suas atividades em outubro de 2011. O objetivo do mestrado é capacitar profissionais e prepará-los para atuar no setor público com visão crítica e inovadora, que envolve a formulação, avaliação e implementação de políticas públicas e a prestação de serviços públicos com eficiência e qualidade. Sendo assim, o curso capacita os interessados em desenvolver visão estratégica da função de prestador de serviços à comunidade, em especial os servidores públicos. A proposta curricular é de sete disciplinas de quatro créditos; cada uma totaliza 28

créditos e equivalem a 420 h. O projeto e dissertação totalizam mais 14 créditos. No total são 42 créditos e 630 h.

Dentro dessa estrutura, foram criadas, inicialmente, duas linhas de pesquisa e atuação, quais sejam: 1) Formulação e Avaliação de Políticas Públicas; 2) Governança e Controle de Políticas Públicas. As linhas de pesquisas foram atualizadas em 2017 após recomendação recebida na avaliação quadrienal de 2013-2016. Também foram atualizados os projetos de pesquisa para se adequarem às novas linhas propostas e as disciplinas. Tem 15 projetos de pesquisas cadastrados, 29 disciplinas e 30 turmas e conta com um corpo docente de 43, destes, um mestre e os 42 restantes, doutores. Não possui EaD nem dispõe de docência orientada. Tem 307 participantes externos e quatro financiadores.

Figura 25 – PPG da UFES e sua composição



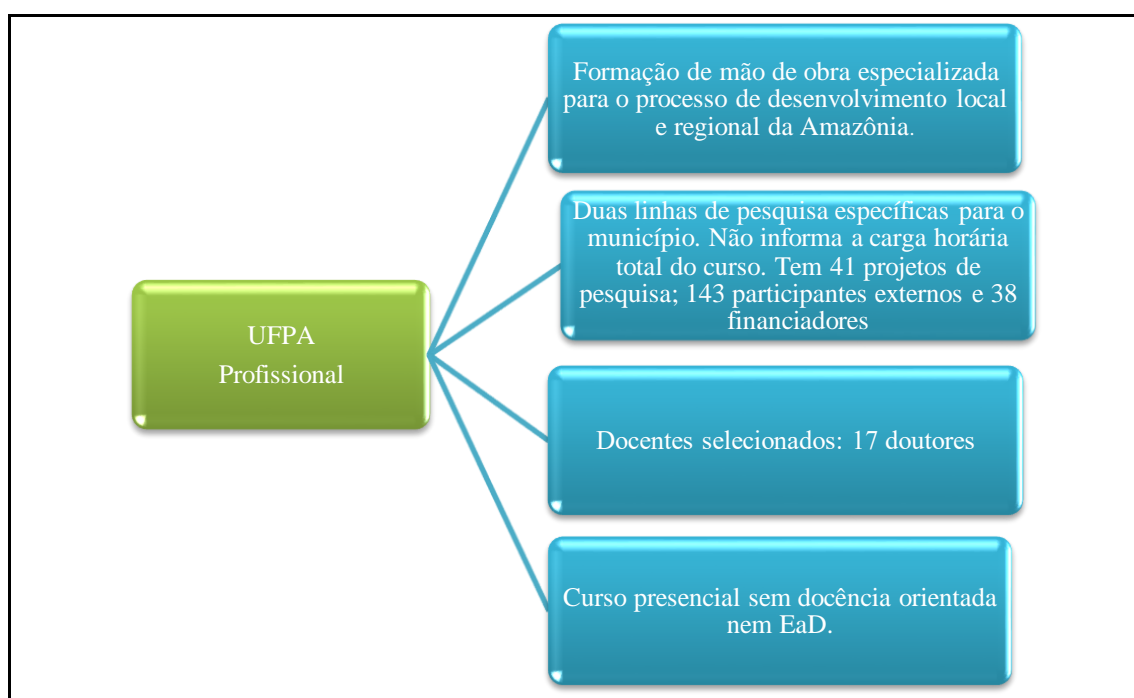
Fonte: Elaborada pela autora.

A UFPA oferta duas linhas de pesquisas direcionadas para Gestão Pública Municipal e Gestão em Organizações Públicas. Seu principal objetivo é formação de mão de obra especializada para o processo de desenvolvimento local e regional da Amazônia. Assim, como objetivos específicos, o programa de pós-graduação em Gestão Pública pretende desenvolver uma visão abrangente dos processos de gestão pública para o desenvolvimento, incorporando

suas dimensões ambientais, sociais e econômicas, estimulando a capacidade de crítica e criando a aptidão para a intervenção na realidade social da Região Amazônica continental. Possui 41 projetos de pesquisas cadastrados.

O discente do programa deve integralizar, no prazo de 24 meses, 36 créditos, assim distribuídos: a) quatro disciplinas obrigatórias comuns às duas linhas de pesquisa, integralizando oito créditos; b) duas disciplinas obrigatórias ofertadas pelas linhas de pesquisa na qual está integrado o seu projeto de dissertação, integralizando quatro créditos. Pode escolher em até 23 disciplinas e possui 20 turmas em andamento. Não possui ensino a distância nem oferta docência orientada. O corpo docente possui 17 profissionais, todos doutores. Conta com 143 participantes externos e 38 financiadores.

Figura 26 – PPG da UFPA e sua composição



Fonte: Elaborada pela autora.

A UFRN tem como finalidade principal a formação de profissionais aptos a discutirem as questões relativas ao Estado tanto em relação à sua governabilidade quanto à sua governança. Propicia uma formação multidisciplinar de modo a assegurar a compreensão da complexidade das questões normativas, organizacionais e decisórias que demarcam a administração pública e a torna singular. Deve também assegurar uma sólida formação em áreas específicas da

administração pública para assegurar as condições de governança e, assim, permitir um processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas em sintonia com o interesse público.

Com duas linhas de pesquisas, Gestão e Políticas Públicas, e Reforma do Estado e Inovações na Gestão Pública, o curso tem uma proposta de 360 horas-aulas e os discentes devem integralizar 24 créditos, sendo dez créditos em obrigatórias e 14 créditos em eletivas. Todas as disciplinas obrigatórias são de dois créditos, enquanto as eletivas podem ser de dois ou de um crédito.

Tem 16 turmas em andamento e 28 projetos de pesquisas cadastrados. Seu corpo docente é formado por 14 profissionais, todos com doutorado. Possui 17 participantes externos e 7 financiadores. Possui EaD, porém está sem oferta no momento em função da falta de verbas. Não oferta a docência orientada.

Figura 27 – PPG da UFRN e sua composição



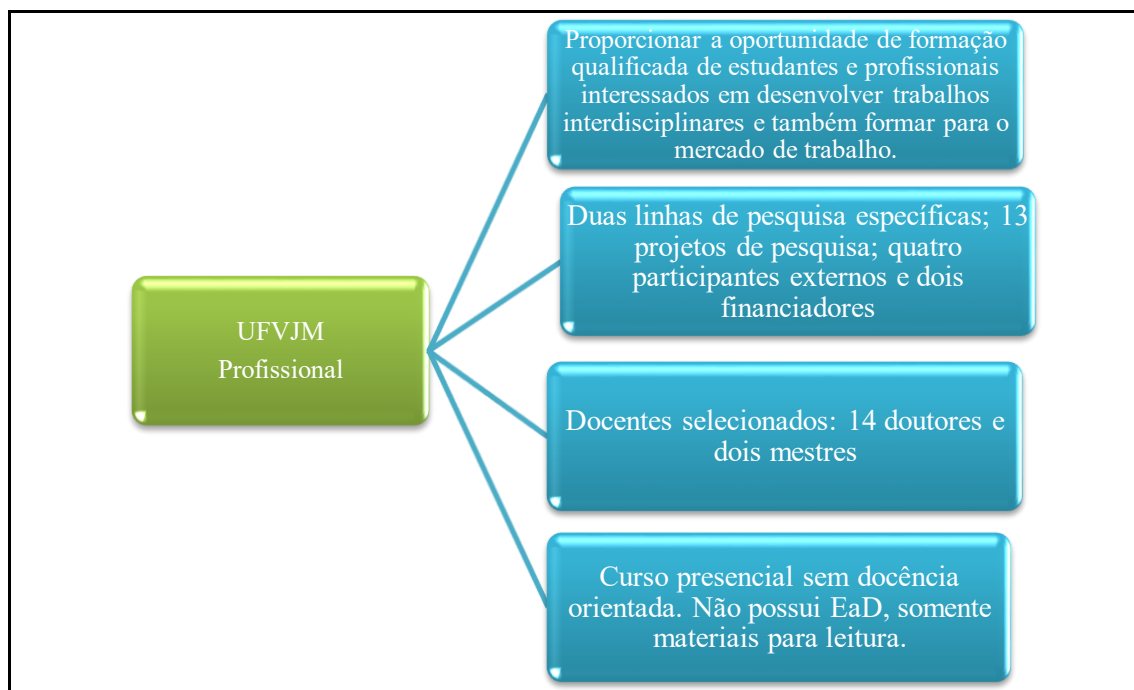
Fonte: Elaborada pela autora.

AUFVJM tem como objetivo proporcionar a oportunidade de formação qualificada de estudantes e profissionais interessados em desenvolver trabalhos interdisciplinares e em equipe, desenvolver a habilidade para a comunicação em texto e oral, adquirir independência intelectual

e experiência com a literatura específica e o método científico. Sua abertura foi no ano de 2016, sendo seu mestrado recente. Possui duas linhas de pesquisas específicas que são Gestão de Organizações Públicas do Estado e Gestão de Organizações Públicas Não Estatais.

O curso é diurno (manhã e tarde), com predominância de aulas ministradas no período da tarde. A duração do curso de mestrado é de 24 meses. Dispõe de ensino EaD pela plataforma Moodle. Possui 13 projetos de pesquisas, tendo quatro participantes externos e dois financiadores. Possui 16 docentes, sendo 14 doutores e dois mestres. Não dispõe em seu material o número total de horas ofertado no currículo, só demonstra que tem disciplinas obrigatórias e optativas que possuem carga horária semestral de 45 h e 15 h.

Figura 28 – PPG da UFVJM e sua composição



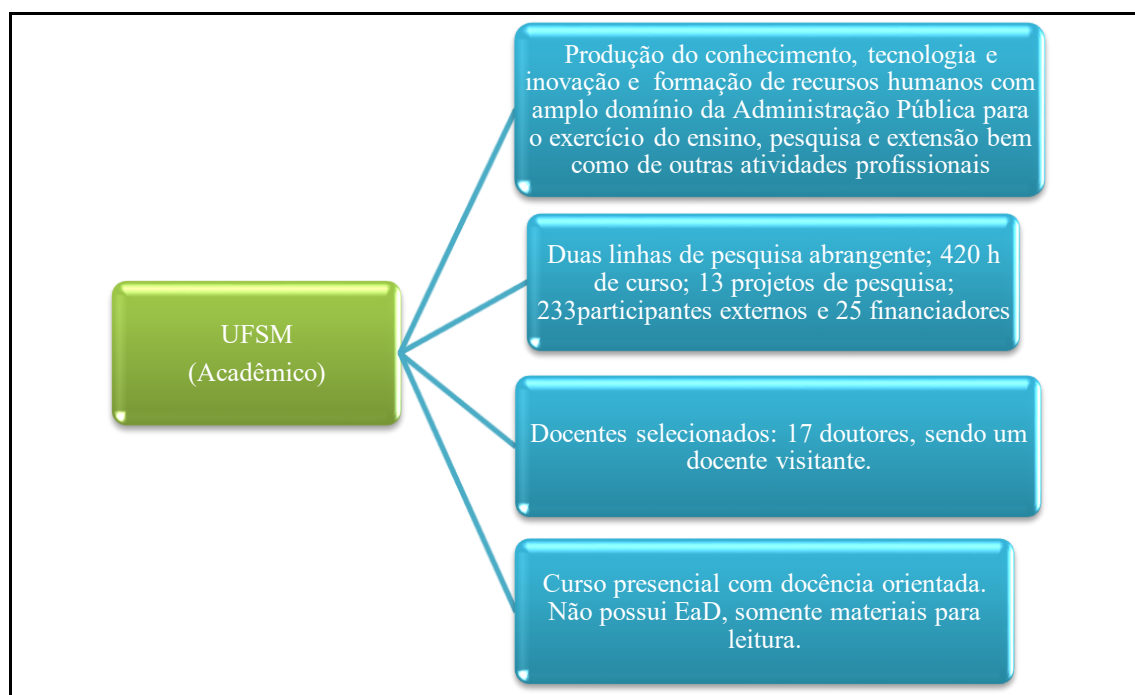
Fonte: Elaborada pela autora.

O mestrado acadêmico da UFSM, que é o curso mais recente, nascido em 2019, conta com duas linhas de pesquisas, que são: Economia, Política e Finanças Públicas; e Gestão de Instituições Públicas, Governança e Sociedade. O programa pertence ao Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da UFSM, tendo como competência central a produção do conhecimento, tecnologia e inovação e como objetivo principal a formação de recursos humanos com amplo domínio da Administração Pública para o exercício do ensino, pesquisa e extensão bem como de outras atividades profissionais.

Sua estrutura curricular é composta de 16 créditos em disciplinas e atividades obrigatórias e 12 créditos em disciplinas optativas. Para conclusão do curso, o aluno deverá obter no mínimo: I – 420 horas-aula, equivalentes a 28 créditos, cursados em disciplinas e seminários; II – proficiência em uma língua estrangeira, inglês ou espanhol, de acordo com normas da Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da UFSM; III – elaboração, apresentação diante de uma comissão examinadora e aprovação de uma dissertação. O trabalho deve, preferencialmente, ser voltado para problemas relevantes de uma organização pública, estando estreitamente vinculado aos conteúdos desenvolvidos durante o curso de mestrado.

Utiliza a plataforma Moodle para postagem de materiais complementares ao estudo. Possui 17 docentes, sendo um docente visitante e todos doutores. Conta com 233 participantes externos e 25 financiadores, além de 13 projetos de pesquisas cadastrados. Sua oferta é no período diurno.

Figura 29 – PPG da UFSM e sua composição



Fonte: Elaborada pela autora.

A UFV vem desenvolvendo e investindo em capacitação de seus docentes para desenvolver experiências inovadoras de aprendizagem, aliando a prática e a teoria. Seleciona temas e conteúdo que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos

públicos-alvo nos diferentes espaços de trabalho e nas esferas local e regional; sempre adotando um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos; oportunizando os discentes a experiências e troca de informações com profissionais que possuem conhecimento nas áreas desenvolvidas pelo currículo.

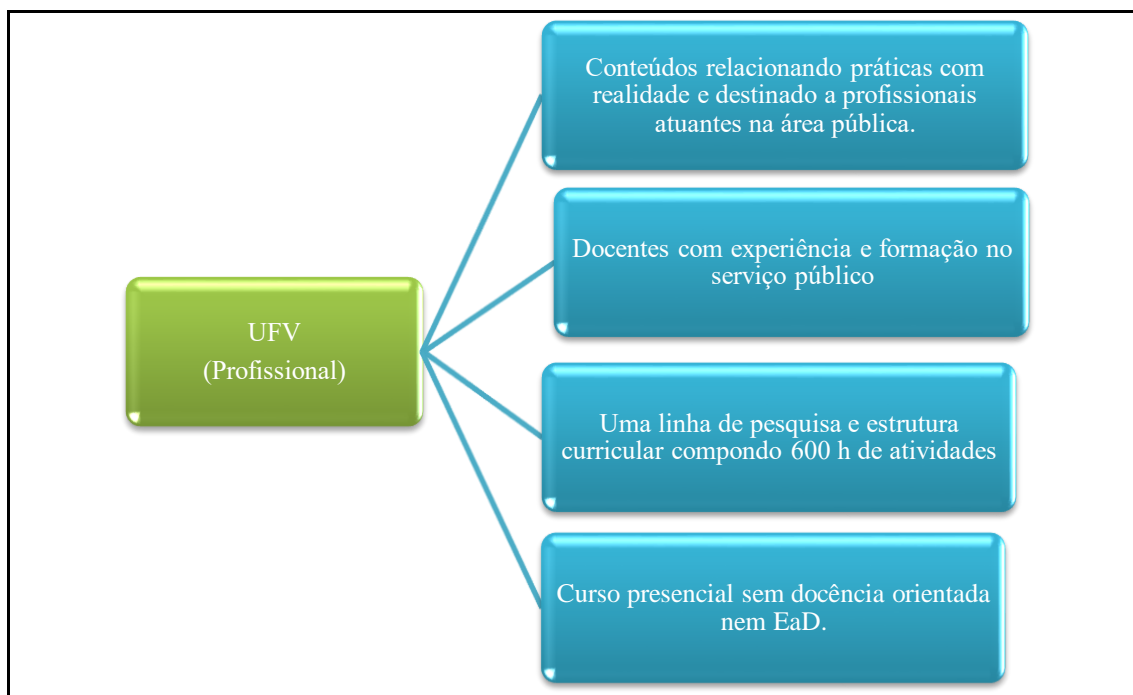
Tem como oportunidade para os discentes uma linha de pesquisa bem generalista em Administração Pública. Sua estrutura curricular é desenvolvida por 600 horas de atividades didáticas, que correspondem a 40 créditos, distribuídos em seis disciplinas obrigatórias, totalizando 360 horas; duas disciplinas optativas, totalizando 120 h; e o trabalho de conclusão final, com 120 horas.

Os requisitos para conclusão do curso e obtenção do grau de mestre são: a) aprovação nas disciplinas do programa, conforme estrutura curricular acima; e b) aprovação do projeto de qualificação; e c) ser aprovado na defesa do trabalho final em banca de três membros, com um membro externo. A docência orientada não é prevista para seus alunos.

O curso é ofertado na modalidade presencial, porém algumas atividades são realizadas de forma semipresencial com o auxílio de tecnologia da informação e comunicação, nas IFES da rede que dispõem de experiência em Ambiente Virtual de Aprendizagem [AVA], como a plataforma Moodle, além de outras ferramentas.

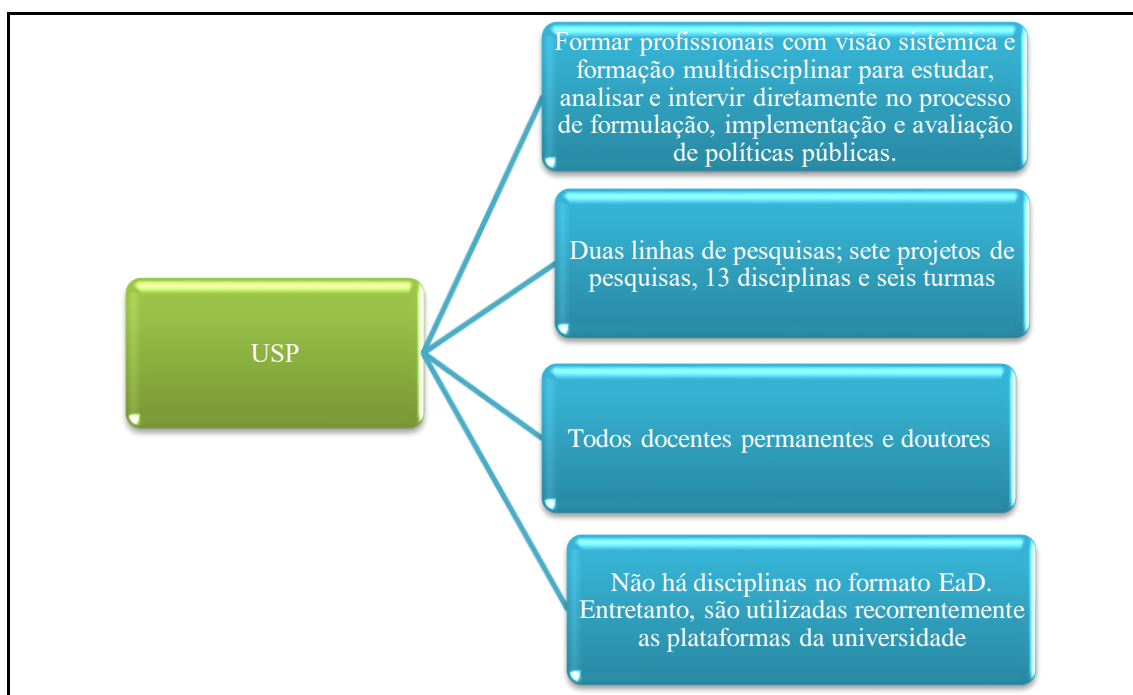
O programa da ANDIFES forma profissionais capazes de atuar na transformação e inovação organizacional; na administração sustentável e no espaço entre as demandas políticas e os ideais técnicos, facilitando a atuação do Estado e sua relação com o mercado e sociedade civil e fortalecendo sua capacidade de conceber e implementar políticas que atendam a demandas regionais e locais. Segue a Figura 30, que ilustra esta estrutura:

Figura 30 – PPG da UFV e sua composição



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 31 – PPG da USP e sua composição



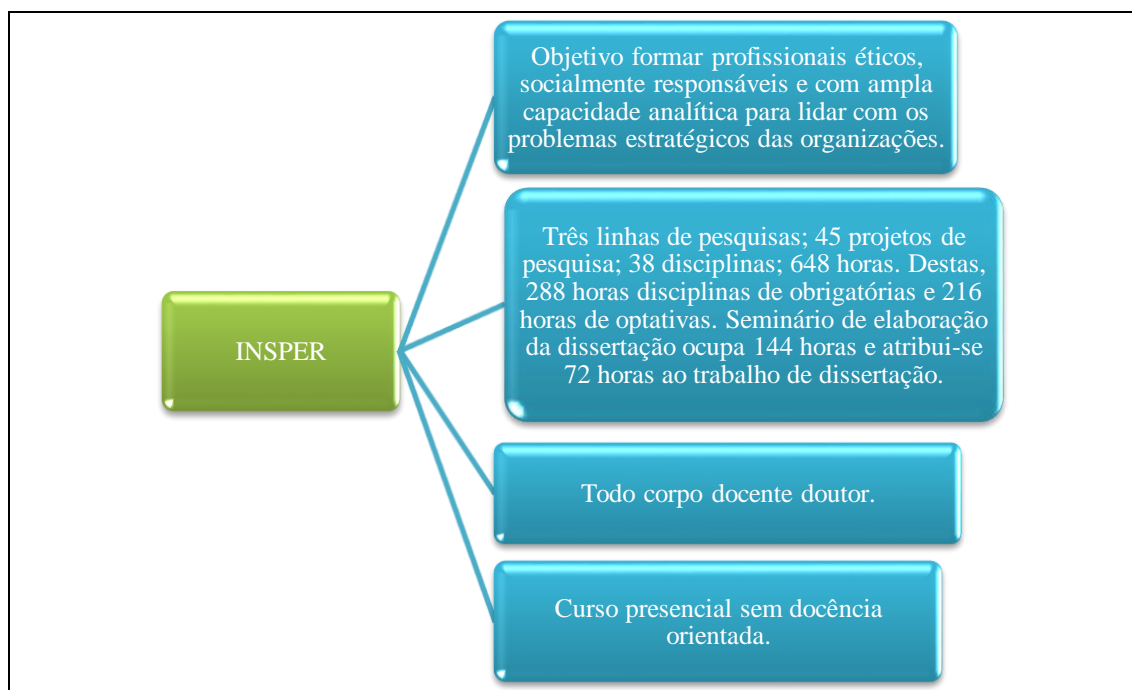
Fonte: Elaborada pela autora.

O programa de mestrado profissional em Gestão de Políticas Públicas da USP era, no quadriênio 2017-2020, um dos sete cursos de mestrado acadêmico da área de avaliação 27 da CAPES (Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo), que representa o ensino e a pesquisa de pós-graduação em Administração Pública no país como um programa tipicamente dessa subárea ou que tem área de concentração nesse campo do saber.

As linhas e projetos de pesquisa do programa foram redefinidas em 2016, visando refletir o trabalho dos docentes, além de incorporar os principais avanços de pesquisa na área de públicas, projetos de pesquisa em realização e orientações desenvolvidas. Assim, ele possui como área de concentração a Análise de Políticas Públicas, com organização dos docentes em duas linhas de pesquisa: Sociedade, Instituições e Políticas Públicas; Estado, Administração Pública e Gestão Social.

O currículo do programa foi construído a partir da multiplicidade de subáreas que compõem esse campo de estudo e do perfil do corpo docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, com vistas a garantir formação abrangente e interdisciplinar do ingressante, dentro do escopo geral do programa, que compreende a análise de políticas públicas. O curso conta com duas disciplinas gerais de oito créditos, que são obrigatórias a todos os ingressantes: 1) “Gestão e Políticas Públicas: conceitos e modelos analíticos” e 2) “Metodologia de Pesquisa”.

Figura 32 – PPG da INSPER e sua composição



Fonte: Elaborada pela autora.

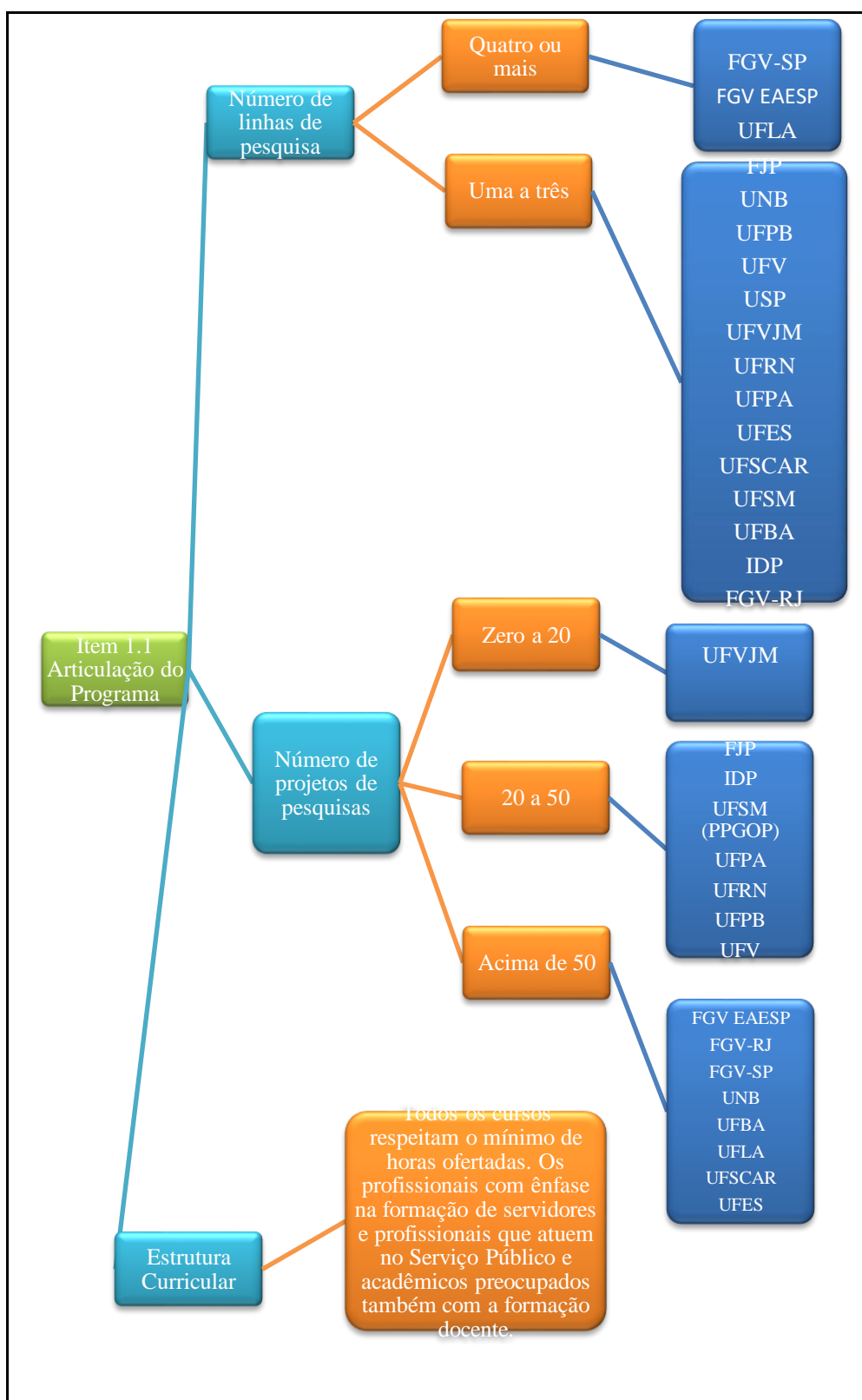
O INSPER é uma instituição independente e sem fins lucrativos, dedicada ao ensino e à pesquisa nas áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia. Tem como missão ser um centro de referência, explorando as complementaridades dessas áreas. Suas atividades de ensino abrangem cursos para várias etapas de uma trajetória profissional: graduação (Administração, Economia e Engenharias), pós-graduação lato e *stricto sensu* (MBAs, programas da área de Direito, mestrados profissionais e doutorado) e educação executiva (programas de curta e média duração, e customizados de acordo com as necessidades das empresas).

O programa tem como área de concentração Formulação e Avaliação de Políticas Públicas e baseia-se em duas linhas de pesquisa. Para cada uma dessas linhas, há um corpo de professores doutores que realiza pesquisa e orienta os estudos dos alunos de forma equilibrada e abrangente. O objetivo geral do mestrado profissional em Políticas Públicas é capacitar egressos a identificarem problemas que exigem políticas públicas; formular políticas públicas em diferentes áreas; e avaliar os resultados e o impacto de diferentes políticas públicas. Para tanto, o programa se vale dos seguintes objetivos específicos: prover ferramentais referenciais teóricos que proporcionem o desenho adequado de políticas públicas; oferecer capacitação em métodos quantitativos e qualitativos que auxiliam a identificação dos problemas, possíveis soluções e resultados no âmbito das políticas públicas; fornecer um ambiente de ensino orientado a formulação, avaliação e implementação de políticas públicas baseadas em evidências e em sólido conhecimento teórico acumulado; estimular o respeito à diversidade de opiniões para construção de políticas públicas orientadas à redução de desigualdades em ambientes democráticos.

Após essa análise individual de todos os programas de pós-graduação registrados e vigentes na Plataforma Sucupira, será realizada a análise geral de todos eles com relação aos quesitos considerados importantes e que fazem o diferencial para uma boa avaliação de curso. Conforme a ficha administrativa, alguns itens têm peso maior na hora da avaliação e interferem diretamente na nota final de cada programa. Destaca-se: na categoria Programa, o item 1.1., Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do programa, tem peso de 30% na avaliação nessa categoria. Ainda nessa mesma categoria, o item 1.2, Perfil do corpo docente e sua compatibilidade e adequação à proposta do programa, com peso de 50%

Tendo-se esse conhecimento e partindo-se dessa estrutura, segue figura sobre os itens citados em relação a todos os programas de pós-graduação:

Figura 33 – Item 1.1 da *ficha de avaliação* e programas de pós-graduação das instituições que possuem Administração Pública



A Figura 33 simplifica o item 1.1 da ficha de avaliação. Nela, faz-se uma abrangência de todos os programas de pós-graduação. Assim, pode-se afirmar que: os programas de pós-graduação que possuem maior número de linhas de pesquisas são os que compõem a Região Sudeste, onde se encontra também o maior número de oferta de programas na área de Administração Pública. Pode-se perceber que a preocupação com os demais cursos é bem acirrada nessa região, portanto a oferta da diversidade de linhas de pesquisa pode ser um diferencial dos cursos no local.

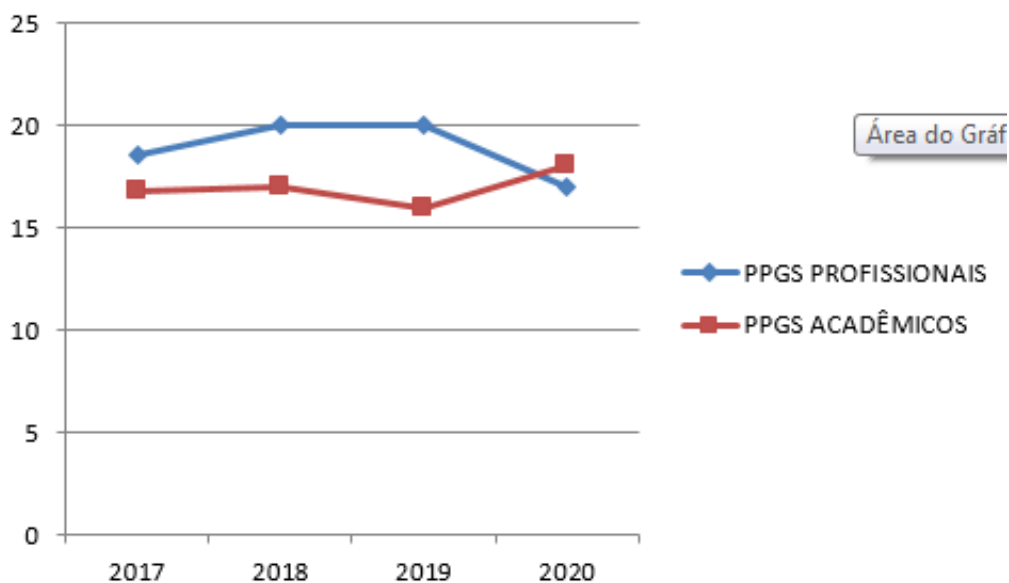
Com relação aos projetos de pesquisas, eles se tornam, em sua maioria, naqueles programas em que justamente a oferta de linhas de pesquisas é mais diversificada. A FGV EAESP é um exemplo, contando com mais de 50 projetos em sua oferta, assim como a UFBA e a UFES. O programa de pós-graduação acadêmico da UFSM não apresenta muitos projetos de pesquisa, por ser recente; a UFJMV também apresentou números menores com relação a projetos. Contudo, a maioria dos programas está produzindo e investindo em projetos de pesquisas para atingir o objetivo da avaliação e tornar o curso mais atrativo.

Quanto à proposta curricular, nem todos os cursos informam a carga horária total na Plataforma Sucupira em seu preenchimento de relatório, mas, por estarem em funcionamento, percebe-se que cumprem com o número mínimo de horas que é exigido, além de dividirem suas ofertas de forma que tenha um enfoque para os profissionais já atuantes na área de Gestão Pública, ou seja, servidores públicos que buscam aperfeiçoamento e atualização para desempenhar um bom trabalho em seu ambiente. A maioria dos cursos tem oferta no período diurno, havendo somente dois cursos que ofertam no noturno, todos em oferta presencial. Dois cursos se destacam por utilizar 20% da carga horária em atividades EaD, o restante possui acesso ao ambiente virtual, mas para postagens de leituras complementares.

Partindo-se para análise do item 1.2, *Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à proposta do programa*, com peso de 50%, pode-se verificar que os programas prezam por um corpo docente altamente qualificado. Dos 18 programas de pós-graduação, 11 prezam por corpo docente somente com doutores, enquanto sete não possuem em sua totalidade somente doutores, mas, em números, a proporção é bem baixa. Um programa é o da IDP, que possui 26 docentes, sendo 25 doutores e um mestre; o programa da FJP possui 19 docentes, sendo 15 doutores e quatro mestres; a FGV/RJ tem 31 docentes, sendo 30 doutores e um mestre; a ANDIFES tem, em seu cadastro, 302 professores: 300 doutores e dois mestres. Os programas da FGV EAESP, UFES, UFVJM também possuem somente doutores em seu quadro. Apenas três instituições possuem um docente visitante em seu quadro curricular: UFSM, UERJ e

FGV/RJ. As demais não possuem registro de docente visitante. Complementando essas observações, segue o Gráfico 21:

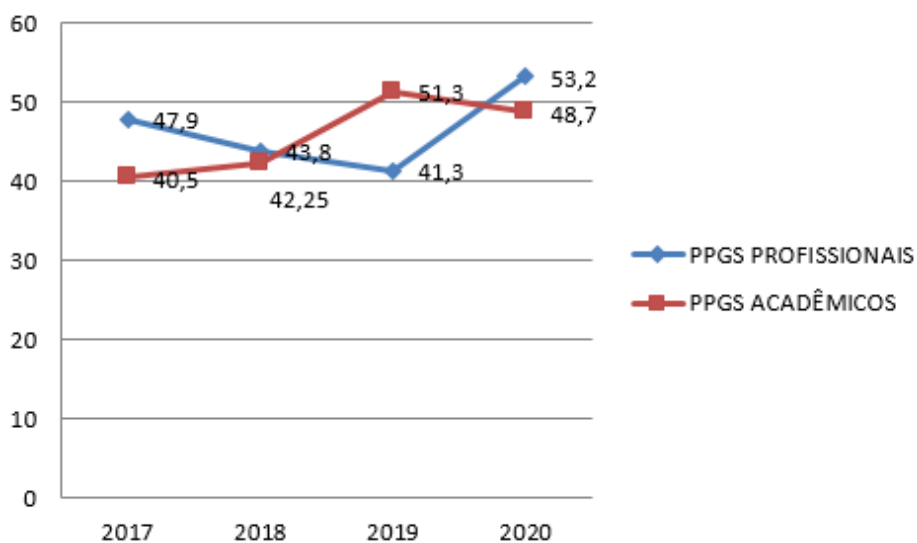
Gráfico 21 – Média de docentes permanentes programas de pós-graduação profissionais x acadêmicos



Fonte: Elaborado pela autora.

No Gráfico 19, fica evidenciado o número de docentes permanentes nos anos de 2017, 2018 e 2019 nos programas estudados. O número de docentes permanentes nos programas de pós-graduação acadêmicos é bem inferior quando comparado com os profissionais. Isso se dá pelo fato de o número de programas de pós-graduação profissionais ser mais elevado do que os acadêmicos. O corpo docente de cada instituição é essencial para a sua manutenção, pois são eles que fazem o movimento de troca com a comunidade e os alunos envolvidos. A importância de um corpo docente qualificado e preparado traz impactos significativos para o desenvolvimento da instituição e do programa de pós-graduação.

Gráfico 22 – Média de produção em anais em programas de pós-graduação profissionais x no quadriênio

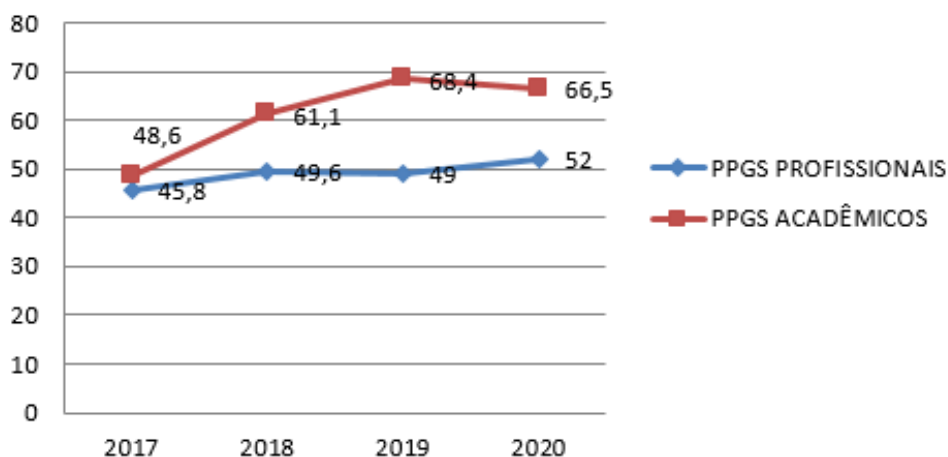


Fonte: Elaborada pela autora.

A média de produção de publicações em anais entre os programas de pós-graduação profissionais e acadêmicos estão caminhando muito próximos. Os de pós-graduação profissionais estão buscando e melhorando seu desempenho nas publicações, não somente capacitando a parte técnica de produto, mas também a parte bibliográfica de cada programa.

No Gráfico 23, observa-se um decréscimo nas publicações dos programas profissionais no triênio estudado em comparação com os programas acadêmicos, que mantêm uma constante de crescimento.

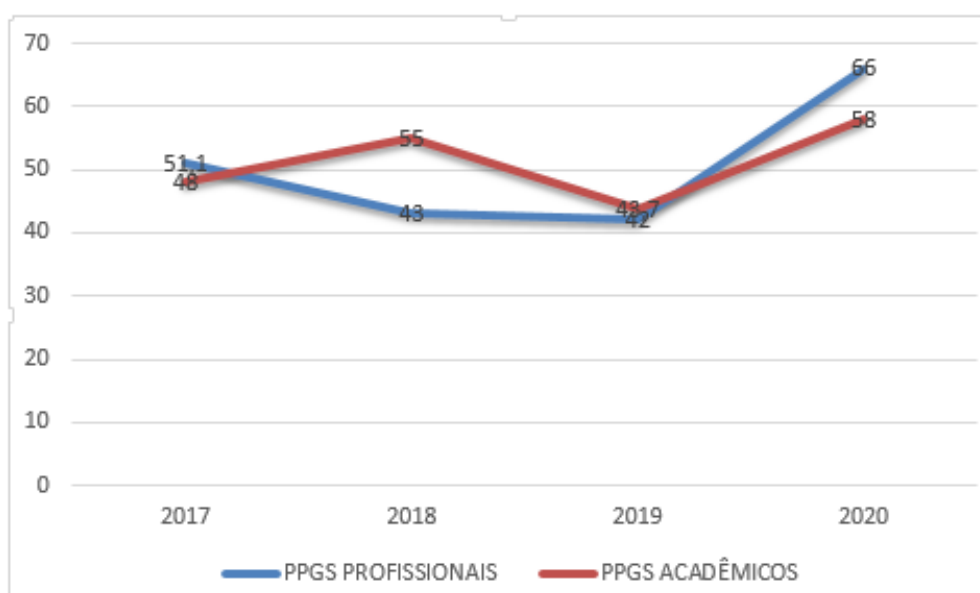
Gráfico 23 – Média de produção em periódicos nos programas de pós-graduação profissionais x acadêmicos no quadriênio



Fonte: Elaborada pela autora.

Com relação às publicações em periódicos, ambos os programas estão em crescimento de suas produções, ou seja, participando e incentivando seus alunos a participarem de eventos e a produzir artigos.

Gráfico 24 – Média de produção em outras produções bibliográficas nos programas de pós-graduação profissionais x acadêmicos no quadriênio

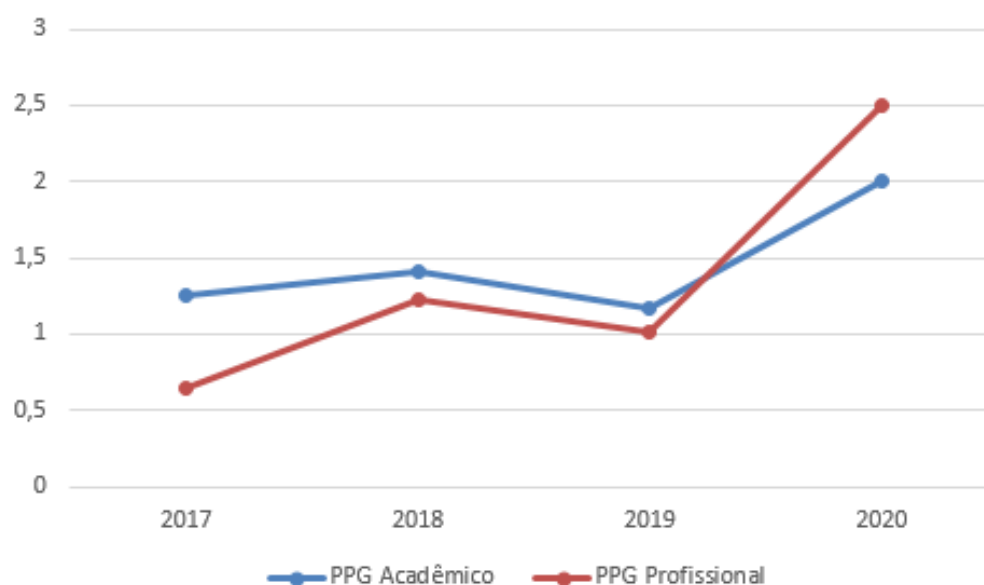


Fonte: Elaborada pela autora.

As outras produções bibliográficas vêm sofrendo queda quando comparadas às produções intelectuais. Principalmente os programas de pós-graduação com maiores notas estão adotando estratégia de outros tipos de publicações, além das convencionais, para expor seus estudos; a diversidade nessa área está sendo bem-vista pelos critérios de avaliação.

Sabe-se que é crescente o número de pesquisas na área de Administração Pública no Brasil, porém algumas dificuldades são encontradas. A multiplicidade de maneiras de se analisar os problemas, combinados à diversidade de temáticas, levam a abordagens e caminhos distintos de pesquisa com diferentes metodologias, sem a preocupação se tais estudos contribuem de fato para o campo de administração pública ou se, na realidade, se encaixam em outras áreas (SILVA et al., 2013). Além dessas barreiras da multiplicidade, também outra questão abordada é sobre a cobrança da CAPES com relação ao volume de publicações que tem sido pouco originais ou que, praticamente, nada acrescentam à literatura e a redundância de publicações com fragilidades na consistência das metodologias, argumentos e conclusões (WERNECK, 2006).

Gráfico 25 – Média de trabalhos de conclusão por docente permanente nos programas de pós-graduação acadêmicos \times média de trabalhos de conclusão por docente nos programas de pós-graduação profissionais



Fonte: Elaborada pela autora.

Com relação à média de produção de trabalhos concluídos por docente permanente, tanto nos programas de pós-graduação profissionais quanto nos acadêmicos, a

média é que foi de um trabalho de conclusão de curso por docente permanente em cada ano, diante do número total de trabalhos e de total de docentes permanentes.

A formação quantitativa e qualitativa de recursos humanos especializados é uma das etapas mais importantes para o amadurecimento de determinada área do conhecimento científico em qualquer país (BORGES, 2008). Nesse aspecto, os cursos de pós-graduação desempenham um papel estratégico. A modernização dos cursos de pós-graduação no Brasil iniciou-se no final da década de 1960 e alcançou um notável crescimento nos últimos 20 anos (BEIGUELMAN, 1990). Dissertações e teses são monografias que constituem elementos da comunicação científica, embora seu papel principal seja demonstrar que o candidato a um título acadêmico é capaz de conduzir e comunicar pesquisa independente e original; também é importante destacar a importância da contribuição para o banco de dados da instituição e bibliotecas (NASSI-CALÒ, 2016).

A última dimensão da ficha de administrativa de avaliação é de impacto que engloba os itens 3.1, Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa; 3.2. Impacto econômico, social e cultural do programa; e 3.3. Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa, como mostra a Figura 34:

Figura 34 – Síntese da dimensão *Impacto da ficha de avaliação*



Fonte: Elaborada pela autora.

O impacto das ações dos programas de pós-graduação com relação à graduação, o que há de registros nos relatórios Sucupira é que os programas têm comunicação direta com os cursos das áreas afins e seu corpo docente atua nessas áreas, disponibilizando grupos de pesquisas, projetos de pesquisas para fazer cada vez mais essa integração entre os cursos. Um exemplo é o programa da FGV EAESP, que, no seu relatório, cita *“Todos os professores NDP do mestrado profissional dão regularmente aulas nos cursos de graduação da FGV EAESP e, em sua maioria, orientam PIBIC e TCC”*.

Já a FGV-RJ tem seus alunos do programa como tutores para os alunos de graduação, havendo troca constante de experiência entre eles. Já o programa da FJP relata no seu documento que *“integra o Fórum de coordenadores de pós-graduação da SBAP (Sociedade Brasileira de Administração Pública). Além disto, a Escola de Governo tem sido participante ativa na institucionalização, no âmbito da graduação, do chamado ‘campo de públicas’, inclusive na elaboração e aprovação das diretrizes curriculares do campo. No momento, a representante da Escola de Governo responde pela Secretaria Geral da ANEPCP – Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas.”*

Há também programas que investem em eventos para fazer tal integração, como mostra o relato do programa de pós-graduação da UFPA, que dispõe em seu relatório: *“Outra forma de integração com a graduação tem sido os Fóruns de Debates e Estudos em Gestão Pública, eventos abertos à comunidade em geral, e que tiveram grande aceitação por parte dos alunos de graduação. Em acordo com a coordenação do Curso de Graduação em Administração, foi definido que as horas-aula dos eventos seriam computadas com Atividades Complementares de Graduação, o que gerou expressivo interesse por parte dos acadêmicos que precisam buscar de forma autônoma formação complementar diferenciada. A participação nos eventos e atividades de pesquisa do curso de gestão pública tem sido uma alternativa altamente valorizada.”*

O impacto acadêmico na sociedade vem por meio dos projetos de extensão e de eventos que os programas de pós-graduação realizam e disponibilizam para que a sociedade tenha acesso ou benefício. Os próprios trabalhos de conclusão de curso vêm sendo cada vez mais direcionados a um propósito final em prol da sociedade ou setor que o aluno está inserido, formando também profissionais aptos que retribuam de forma assertiva na sociedade. Exemplo dessa observação de formação de profissionais atuantes é o programa de pós-graduação da IDP, que traz em seu relatório *“Em 2019, o IDP inovou no objetivo de ampliar seu impacto na geração de conhecimento sobre gestão pública no Brasil. Uma equipe de pesquisadores institucionais foi contratada para atuarem como assistentes de pesquisa de Docentes*

Permanentes e orientar os discentes e egressos quanto à formatação e submissão de artigos e submissão acadêmica. A partir de 2019, a concessão do diploma de mestre passou a ser condicionada à elaboração de um artigo a partir do texto da dissertação após a aprovação desta por uma banca examinadora na qual o critério é um produto relevante para a sociedade”.

A FGV/SP mencionou, em seus registros, os trabalhos significativos com impacto na sociedade: *“Por Exemplo, Algumas Publicações De Professores Do Programa Evidenciam Esta Inserção: - O Efeito da Municipalização no Sistema Hospitalar Brasileiro: Os Hospitais de Pequeno Porte – (Issn 1678-4561) Ciência & Saúde Coletiva – Ana Maria Malik – Building Effective Collaboration Between Health Systems And The Life Sciences Industry – (Issn 0961-4524) Development In Practice – Elize Massard Da Fonseca – Ações E Programas De Saúde Em Hospitais De Excelência Brasileiros: Cuidando do Cuidador – (Issn – 1413-2311) Read. Revista Eletrônica De Administração – Ana Maria Malik – Desenvolvimento, Sofisticação Produtiva, Valor, Trabalho E Salários (Issn – 1980-5381) Nova Economia (Ufmg) – Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira”.*

O impacto gerado na integração com a solidariedade tem diversas abordagens relatadas, a exemplo do programa da UFV que fez o seguinte registro: *“escolha dos órgãos públicos para servir de locus dos TCF, com a elaboração de diagnóstico e/ou plano de intervenção organizacional, é uma ação de solidariedade, pois o PROFIAP, por meio de alunos e orientadores, estará disponibilizando conhecimento em prol do serviço público ou de organizações do terceiro setor. O corpo discente é oriundo de 89 diferentes organizações públicas”.* Já a FGV EAESP traz melhorias para as instituições públicas parceiras por meio de consultoria.

A FGV/RJ tem um programa de estudos em Gestão Social; já a FGV/SP registrou *“como iniciativa de solidariedade o apoio por alunos de pós-graduação e por professores do programa, o cursinho pré-vestibular destinado a alunos de escolas públicas, com o objetivo de ampliar as perspectivas de acesso de alunos egressos de escolas públicas a cursos universitários de excelência, em especial ao Curso de Graduação em Administração Pública da própria FGV.”*

O programa da FJP faz outra abordagem *“atua no Projeto Conexão Local – Modalidade Intra-Universitária, financiado pela CAPES e envolvendo a colaboração com a Universidade Federal do Acre e a Universidade Estadual do Vale do Acarajú, permitindo intercâmbio técnico e cultural entre os alunos e pesquisadores da Escola e diversos agentes das regiões menos desenvolvidas do país.”.*

Com relação a impacto no que diz respeito a intercâmbio nacional, todas as instituições vêm trabalhando semelhantemente, sempre trazendo um docente de outra instituição para apresentação de trabalhos, palestras, workshops. Percebe-se que os docentes estão empenhados em transitarem nas outras instituições e que os programas incentivam essa perspectiva. Com a facilidade da comunicação, o relato dos programas é que houve facilitação por meio do uso de recurso de tecnologia para que pudessem fazer essa troca – muitas vezes, mesmo que o programa disponha de poucos recursos para essa parte, a tecnologia possibilita que, com baixos custos, os programas estejam presentes em outros estados e em outras instituições.

A literatura diz que a internacionalização se refere a um processo de mudanças organizacionais, de inovação curricular, de desenvolvimento profissional do corpo acadêmico e da equipe administrativa, de desenvolvimento da mobilidade acadêmica com a finalidade de buscar a excelência na docência, na pesquisa e em outras atividades que são parte da função das universidades (RUDZKI, 1998). Os programas vêm trazendo o intercâmbio internacional para seus meios, como o Grupo FGV, que possui convênios com instituições internacionais. Conforme relatório da FGV EAESP: *“Alunos do MPGPP podem participar do programa de intercâmbio da FGV EAESP e cursar um semestre em uma das 110 instituições parceiras, como Columbia University, Sciences Po, Hertie (Berlim), Università Bocconi, Nova de Lisboa, dentre outras. Há diversos casos de alunos que realizaram tais intercâmbios em diferentes países.”*

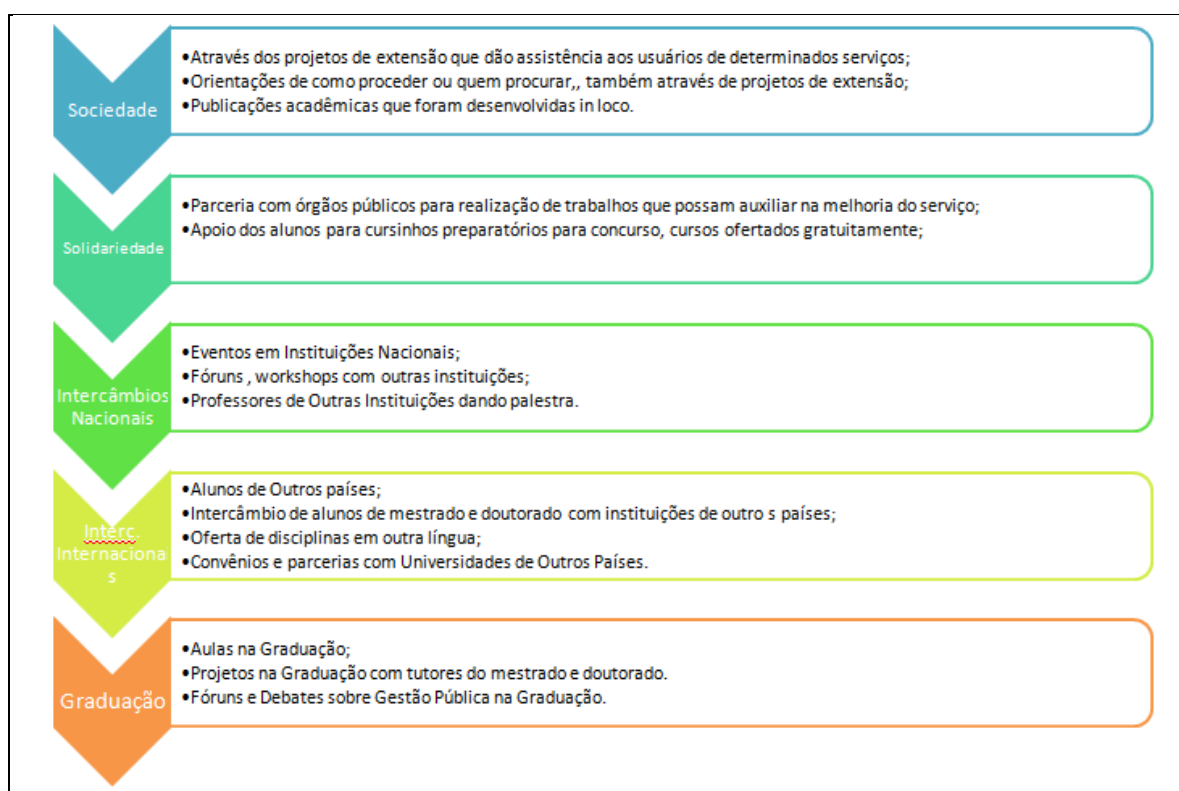
O programa de pós-graduação da FGV/RJ fez acordos de Cooperação com a ESCP Business School, na França, e renovou sua parceria com a Lancaster University Management School, na Inglaterra. A Universidade Católica Portuguesa e a FGV EBAPE decidiram firmar um convênio para oferecer a seus alunos a oportunidade de obtenção da dupla titulação e, em 2019, fez 12 parcerias novas de instituições internacionais. A FGV/SP possui intercâmbio com a Lyndon B. Johnson School of Public Affairs da University of Texas-Austin (LBJ). Essa parceria inclui o intercâmbio de professores e alunos e a cooperação em projetos de pesquisa com mais de 100 instituições conveniadas, mundialmente reconhecidas, localizadas nos cinco continentes. As demais instituições ou não possuem internacionalização ou somente tem à disposição professores que produziram alguma pesquisa em parceria com outros professores de outros países ou publicaram livros em língua estrangeira.

Os programas de pós-graduação brasileiros passam por um momento de incentivo à internacionalização de suas atividades, nesse sentido, o Programa Institucional de Internacionalização (PrInt – edital nº41/2017) é uma ação elaborada pela CAPES como um

componente estratégico da política nacional para esse nível de estudos (SANTOS, 2020). Knight (2011) faz menção a cinco objetivos para investimento na internacionalização:

Mais alunos estrangeiros no campus produzirão um currículo e uma cultura institucional mais internacionalizada; Uma universidade mais internacionalizada tem uma reputação melhor; Quanto maior número de acordos internacionais ou de adesões a redes uma universidade tiver, mais prestigiada e atraente ele é; Quanto mais estrelas de “acreditação internacional” a instituição tiver, mais internacionalizada ela estará; Um plano de marketing internacional é equivalente a um plano de internacionalização. (KNIGHT, 2011, p. 14).

Figura 35 – Ações que os programas de pós-graduação estão fazendo em relação à dimensão Impacto



Fonte: Elaborada pela autora.

A Figura 35 resume as ações que os programas de pós-graduação vêm tomando em cada uma das áreas da dimensão *Impacto*. Elas levam projetos de extensão à comunidade, interação com os alunos de mestrado e doutorado com a graduação como forma de fomento à pesquisa, interação das universidades entre si por meio de fóruns, eventos e workshops. No quesito internacionalização, há interação com países línguas diferentes nos programas de pós-graduação, apresentada por disciplinas, convênios com instituições internacionais, alunos fazendo intercâmbio com o fomento à troca de cultura.

4.6 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

O PPGOP-UFSM, que congrega o curso de mestrado profissional em Gestão de Organizações Públicas foi criado no ano de 2010, tendo sua primeira turma ingressada no ano de 2011. Sua proposta surgiu do entendimento de que a área de gestão pública necessitava de uma formação aplicada em nível de pós-graduação e de que o programa de pós-graduação em Administração da UFSM não contemplava esta demanda (SUCUPIRA, 2019).

Por se tratar de uma universidade pública, a experiência dos docentes em gestão muito contribuiu para a elaboração da proposta do programa, que buscou também agregar docentes oriundos de outros departamentos de forma a qualificar o curso. Isso enriqueceu o programa, trazendo novas visões sobre a administração pública: docentes da área do direito, da comunicação, das ciências contábeis, da economia, das engenharias e do turismo, além da área de administração. O mestrado profissional em Gestão de Organizações Públicas é um dos únicos cursos dessa modalidade oferecidos no país, sendo o único no estado do RS. O Programa também foi um dos pioneiros na modalidade profissional. Seu pioneirismo na Região Sul, alinhado à proposta de rigor científico e aplicação prática, colocam-no em destaque e com promissora trajetória de consolidação e crescimento (SUCUPIRA, 2019).

4.6.1 Histórico

O PPGOP-UFSM tem sua origem pautada em três vértices: educacional, social e econômica. Em termos educacionais, é tácita a necessidade de qualificação profissional de servidores públicos, a qual aflora nas mais variadas mazelas apontadas pela sociedade civil e órgãos reguladores.

A busca pela melhoria dessa situação é refletida na relevância social desse curso, com vista à formação de recursos humanos qualificados para as organizações públicas, contribuindo para o aprimoramento de suas gestões. Por fim, o curso visa proporcionar a disseminação de técnicas e de conhecimentos para qualificar a esfera pública, contribuindo para os desenvolvimentos microrregional, regional e nacional. Além disso, o curso tem por finalidade contribuir para a correção das assimetrias regionais em termos de formação em nível de mestrado profissional na área de gestão de organizações públicas.

O quadro docente do PPGOP-UFSM, em 2020, contava com 25 professores permanentes, e o programa formou, nos últimos cinco anos, aproximadamente 120 discentes. Os processos seletivos quando presenciais aconteciam anualmente na cidade de Santa Maria-

RS e tinham as seguintes avaliações: currículo Lattes, teste ANPAD, projeto e entrevista. Em 2021, com a pandemia, o edital extraordinário trouxe uma nova forma de ingresso por meio das mídias digitais. O edital contempla um total de 35 vagas (20 para servidores e 15 para o público geral), nas cidades de Palmeira das Missões e Frederico Westphalen (UFSM, 2021).

4.6.2 Objetivos, área de concentração e linhas de pesquisas

Todo curso de pós-graduação quando criado e desenvolvido para a sociedade tem objetivos bem estruturados e formados para quem o procura. Logo, o PPGOP-UFSM possui objetivos bem claros; de modo específico, tem por objetivos:

Quadro 9 – Objetivos do PPGOP-UFSM

| | |
|----|--|
| 1. | Incentivar o desenvolvimento de uma visão transformadora, de uma atitude proativa na busca de novos conhecimentos, e da disseminação da prática do conceito de sustentabilidade, para a implementação de mudanças e o atendimento responsável das demandas da sociedade civil; |
| 2. | Ampliar o nível de conhecimento e as habilidades técnicas na condução da gestão eficaz de organizações públicas; |
| 3. | Promover a capacitação para a ação técnica (desenvolvimento atitudinal) em prol da sociedade (desenvolvimento social), promovendo mudanças mais abrangentes do que aquelas que se restringem ao espaço ocupacional de trabalho; |
| 4. | Apresentar um rol de conceitos, métodos e técnicas que aflorem a reflexão sobre as atuais práticas gerenciais e operacionais no ambiente das organizações públicas, de modo a proporcionar alternativas possíveis à morosidade e aos problemas pertinentes à área pública; |
| 5. | Instrumentalizar para o uso de métodos de pesquisa e para o uso de tecnologia de informação no processo de modernização da gestão de organizações públicas; |
| 6. | Incrementar a qualidade e a produtividade na gestão de organizações públicas, proporcionando aos mestrandos o conhecimento necessário para a aplicação e a prática da qualidade no serviço público; |
| 7. | Estimular mudanças incrementais no ambiente das organizações públicas de modo a favorecer a transferência do conhecimento para as organizações, por meio de seminários vivenciais e da realização de trabalhos de conclusão a partir de formatação de propostas alternativas concretas dos problemas por elas vivenciados. |

Fonte: Relatório Sucupira (CAPES, 2019).

O objetivo geral do PPGOP-UFSM consiste em capacitar e qualificar os profissionais da área pública para promoção de aprimoramento e inovação da gestão de sistemas, processos, procedimentos e, principalmente, práticas cotidianas das organizações públicas. A partir dos

objetivos específicos relacionados no Quadro 9, atinge suas principais demandas com a sociedade e tem como missão: *“Formar profissionais e pesquisadores de alto nível, com atuação nacional e internacional, que possam assumir responsabilidades pela execução e liderança nas atividades públicas, levando soluções inovadoras para a melhoria da qualidade de vida da população”*.

A missão reflete o compromisso do programa com a busca constante pela qualidade. Entende-se que a melhoria da qualidade do programa, a partir de propostas/modelos oriundos dos trabalhos desenvolvidos, influencia significativamente a melhoria da qualidade da gestão pública brasileira, impactando na melhoria dos serviços prestados à população e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida de todos. Nesse sentido, o PPGOP-UFSM, por seu caráter profissional e com clara aplicação empírica dos resultados dos trabalhos de conclusão de curso, assume um papel de destaque para a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária e com melhor qualidade de vida, promovendo propostas de metodologias de trabalho, junto a seu foco de atuação, que é a Administração Pública.

A área de concentração do programa é gestão de organizações públicas. A Administração Pública envolve todo o aparato administrativo com que nações, estados e municípios se moldam para cuidar do interesse coletivo e entregar à população uma ampla variedade de serviços públicos capazes de melhorar a qualidade de vida em geral. Dessa forma, essa área tem como objetivo analisar, conceituar, caracterizar e avaliar as instituições político-sociais, as políticas públicas, as organizações públicas e os múltiplos atores envolvidos nos processos de formulação, implementação e avaliação da gestão pública, bem como suas interfaces com a sociedade.

A partir de 2019, o programa passou pelas seguintes alterações em termos de linhas de pesquisa: manutenção da linha Ferramentas de Avaliação e Controle da Gestão Pública (que havia sido bem avaliada no quadriênio anterior) e divisão da linha Interfaces das Organizações Públicas, Pessoas e Sociedade em duas linhas: Pessoas e Sociedade; e Inovação e Modernização de Sistemas e Processos Administrativos. Assim, atualmente, o programa conta com três linhas de pesquisa: Ferramentas de Avaliação e Controle da Gestão Pública; Pessoas e Sociedade; Inovação e Modernização de Sistemas e Processos Administrativos. Essas linhas foram criadas (divididas da linha anterior) sem prejuízo algum aos alunos ingressantes. Foi garantida a estrutura curricular dos alunos da linha anterior e os novos alunos já ingressaram nessas novas linhas. Dessa forma, o processo foi mais interno e estrutural, não gerando problemas na formação qualificada dos discentes.

Para melhor análise das linhas, seguem as suas características principais e seus principais resultados nesse triênio 2017-2019:

1. LINHA: Ferramentas de Avaliação e Controle da Gestão Pública

Esta linha de pesquisa foi criada em 2016 e tem por objetivo central construir, aprimorar e/ou aplicar ferramentas para avaliação e controle da gestão pública sob diferentes dimensões de análise. Na ótica das organizações públicas, busca-se desenvolver indicadores, modelos de avaliação e ferramentas de controle interno e avaliação da eficiência, eficácia, efetividade e transparência da gestão pública. A partir da dimensão econômica, busca-se avaliar as diversas políticas públicas e estratégias governamentais nos indicadores econômicos e sociais. Na dimensão dos agentes, busca-se avaliar o acesso, os comportamentos e as percepções, bem como os efeitos das políticas públicas sobre o bem-estar e a satisfação global de vida. A linha de pesquisa conta, atualmente, com sete docentes permanentes e um docente colaborador.

2. LINHA: Pessoas e Sociedade

Esta linha de pesquisa surgiu no ano de 2019 e tem por objetivo compreender a interface entre gestão pública, pessoas e sociedade, trabalhando com dois eixos principais, o gerenciamento de pessoas nas instituições públicas e a prestação de serviços à sociedade. No primeiro eixo, a linha busca estudar questões relacionadas à gestão de pessoas e comportamento organizacional, realizando análises do cenário atual e propondo mudanças. No segundo eixo, busca compreender como os serviços públicos chegam à sociedade, por meio de estudos que reflitam criticamente sobre políticas públicas, incentivos a projetos de gestão social e processos que permitam à sociedade avaliar os serviços recebidos. A linha de pesquisa conta, atualmente, com nove docentes permanentes e dois docentes colaboradores.

3. LINHA: Inovação e Modernização de Sistemas e Processos Administrativos

Esta linha também foi criada no ano de 2019 com a divisão da linha Interfaces das Organizações Públicas, Pessoas e Sociedade, conforme explicado anteriormente. Ela tem o objetivo de desenvolver abordagens inovadoras, como as metodologias de planejamento, os ganhos de eficiência e a modernização de sistemas administrativos, centradas em princípios de enfoque do cidadão. Dessa forma, a linha de pesquisa busca compreender e alicerçar propostas

de processos e sistemas administrativos inovadores que resultem em ganhos de eficiência garantindo a melhoria contínua da máquina pública. Busca também avaliar os impactos desses novos sistemas e processos na vida das pessoas/servidores sejam no âmbito municipal, estadual ou nacional. A linha de pesquisa conta, atualmente, com oito docentes permanentes e um docente colaborador e um docente visitante. A terceira linha de pesquisa, Inovação e Modernização de Sistemas e Processos Administrativos, apresenta resoluções práticas de problemas específicos. O grande desafio da linha é a mudança da mentalidade de uma administração estritamente burocrática, sem preocupação com o resultado, para um modelo de gestão pública que tem o foco no resultado de atuação.

4.6.3 Currículo

Com relação ao currículo, o PPGOP-UFSM tem regime de oferta de disciplinas semestral e a duração máxima de 24 meses para a conclusão, incluindo as disciplinas e o trabalho final de curso. As disciplinas obrigatórias são concentradas, preferencialmente, no primeiro semestre e as eletivas da parte específica no segundo semestre. Os seminários técnico-científicos poderão ocorrer no segundo e também no terceiro semestre, quando for o caso. O curso prevê um total de 24 créditos mínimos para a titulação, os quais são totalizados da seguinte forma: seis créditos em disciplinas obrigatórias e 18 créditos em disciplinas eletivas. Os créditos de caráter eletivo podem ser integralizados por disciplinas do eixo comum, disciplinas no eixo específico e disciplinas no eixo instrumental.

Alinhado com a Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009, o PPGOP-UFSM tem as suas diretrizes curriculares organizadas para proporcionar aplicabilidade técnica, flexibilidade operacional e organicidade do conhecimento técnico-científico. A aplicabilidade técnica deverá ocorrer por meio das disciplinas e dos seminários vivenciais e técnico-científicos; a flexibilidade operacional é proporcionada por duas linhas de pesquisa, tendo o aluno a possibilidade de integralizar créditos fora de sua linha de pesquisa ou em outros programas. Por fim, a organicidade é buscada por meio de uma estrutura curricular articulada em três eixos de formação: eixo comum, eixo específico e eixo instrumental.

A estrutura curricular está organizada para proporcionar a formação de profissionais competentes para:

- (i) enfrentar as pressões do ambiente interno e externo às organizações públicas;
- (ii) produzir e recriar conhecimentos técnicos e científicos;
- (iii) promover e implementar mudança social;

- (iv) desenvolver modelos de aprendizado mais comprometidos com a vida humana e o planeta.

O trabalho de final de curso deverá proporcionar uma oportunidade para que o aluno consolide a sua competência para aplicar os conhecimentos técnico-científicos adquiridos ao longo do curso na realidade das organizações públicas. Desse modo, estará voltado para a construção de peças técnicas (produto), contribuindo efetivamente para a geração de novas tecnologias que poderão mudar a realidade social.

4.6.4 Infraestrutura

A infraestrutura do PPGOP-UFSM conta com três laboratórios de informática do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), local onde se situa o programa. Todos os laboratórios disponibilizam acesso à internet, rede wireless, aplicativos necessários para o desenvolvimento das atividades do corpo docente e discente, tais como, pacote Office, programas estatísticos (SPSS, Estatística e Sphinx, AMOS, NVivo e Economática) e datashow. Os computadores têm acesso ao banco de dados do Portal de Periódicos CAPES (www.periodicos.capes.gov.br), que abrange diferentes bases de artigos nacionais e internacionais. Os docentes e discentes podem acessar a base de dados em sua própria residência por meio do provedor da UFSM. Os três laboratórios disponibilizam um total de 90 máquinas distribuídas em quatro salas.

Em uma visão geral, as bibliotecas “possuem diversos processos e sub processos referentes a formação e desenvolvimento de coleções, à organização da informação e aos serviços de informação aos usuários, que influenciam diretamente na qualidade dos serviços oferecidos.”(DRUMOND; MÉXAS; BEZERRA, 2018, p. 279). No contexto local, as bibliotecas da UFSM, além do que foi citado, são responsáveis por dar o suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão da instituição e, para isso, buscam melhorar as suas estruturas e atividades para atender à universidade. A UFSM possui um sistema integrado de bibliotecas formado por uma biblioteca central e 11 bibliotecas setoriais localizadas nos nove centros de ensino da instituição. A biblioteca que atende especificamente ao PPGOP é a do CCSH.

Dentro de um sistema de bibliotecas que está em processo de expansão, foi inaugurada, em 2017, a Biblioteca de Humanidades, que reúne o acervo das bibliotecas central e setorial relativo aos cursos de graduação e de pós-graduação na área de ciências humanas e sociais aplicadas. Tal expansão possibilita aos discentes do PPGOP a disponibilização de um acervo atualizado e ampliado, maior espaço para desenvolvimento das pesquisas assim como

equipamentos e sistema de gestão atualizados e de acordo com as exigências de uma proposta como a que se propõe.

4.6.5 Colegiado, comissões e corpo docente

O PPGOP-UFSM, assim como toda estrutura organizacional de cursos de graduação e pós-graduação, possui sua equipe diretiva, composta por pessoas que fazem parte ou que compõe o curso. Atualmente, o curso conta com um coordenador, um coordenador substituto, um líder da linha de pesquisa Inovação e Modernização de Sistemas de Processos Administrativos, um líder da linha de pesquisa Pessoas e Sociedade, um líder de linha de pesquisa Ferramentas de Avaliação e Controle de Gestão Pública e dois representantes discentes. O Professor Coordenador do PPGOP-UFSM é o Prof. Dr. Breno Augusto Diniz Pereira.

O Prof. Dr. Breno, juntamente com a equipe diretiva, é responsável por estar sempre atento e fazendo os encaminhamentos necessários dos alunos que estão entrando no programa, assim como dos que estão em andamento e também dos que estão em processo de finalização de suas etapas. Muitos desses acompanhamentos são feitos pela atualização de seus dados cadastrais junto à secretaria acadêmica e cadastramento em banco de dados próprio para geração de informações relativas ao perfil dos alunos. Ademais, o coordenador é responsável por muitas demandas administrativas que levam o nome do PPGOP-UFSM.

O corpo docente do programa, conforme relatório Sucupira 2019, conta com 31 docentes ativos, sendo destes 22 docentes permanentes, oito docentes colaboradores e um docente visitante.

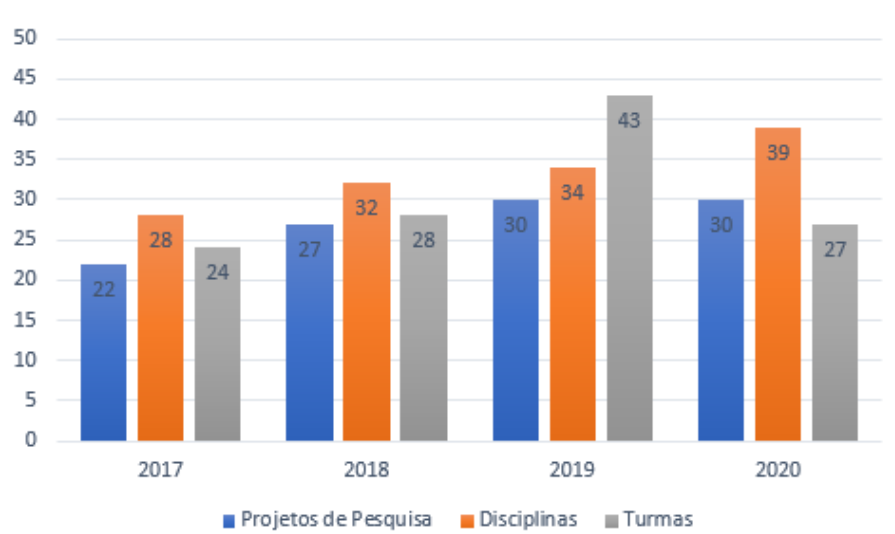
4.7 PPGOP-UFSM – PANORAMA EM NÚMEROS NOS ANOS DE 2017, 2018, 2019

Contemplando que um dos objetivos desta pesquisa, é analisar o PPGOP-UFSM nos anos de 2017, 2018 e 2019, na sequência serão vistos alguns dados importantes realizados pela coleta de dados.

Durante os três anos analisados, pode-se perceber a evolução nos números que compõem os dados – oferta de turmas, número de disciplinas, muitas foram as evoluções em função da demanda, ou seja, o curso foi sendo mais procurado ao decorrer desses anos.

O Gráfico 26 exhibe o número de linhas de pesquisa, Projetos de pesquisa, disciplinas e número de turmas:

Gráfico 26 – Comparativo dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 em Linhas de linhas de pesquisa, Projetos de Pesquisa, disciplinas e número de turmas



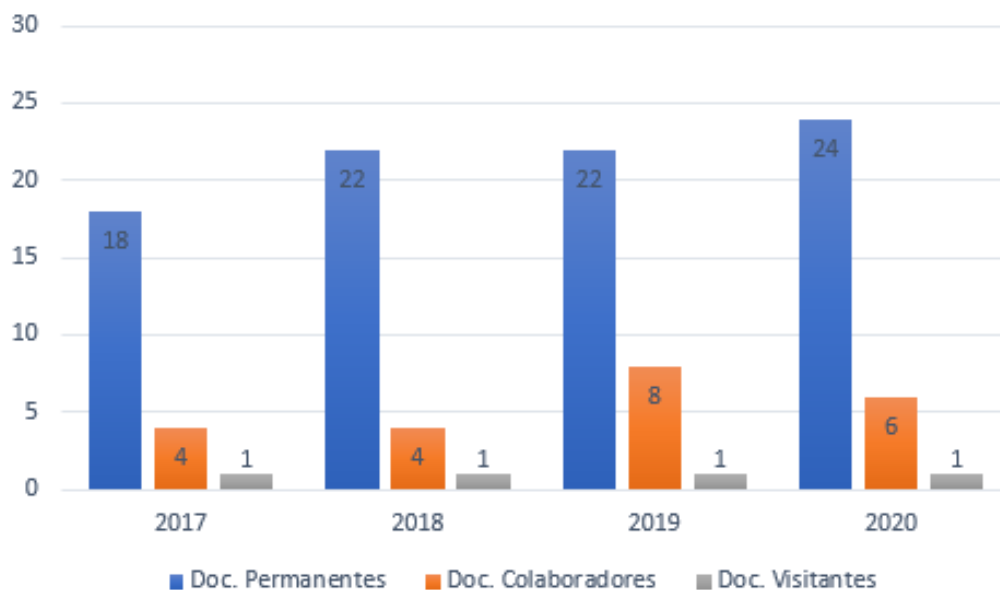
Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da Plataforma Sucupira.

Os dados disponíveis na Plataforma Sucupira revelaram, no Gráfico 26, que o número de linhas de pesquisas se manteve nesses três anos analisados, permanecendo a oferta de quatro linhas de pesquisas. Com relação aos projetos de pesquisa, houve um crescimento entre os anos: em 2017, foram documentados 22 projetos; no ano de 2018 totalizaram 27 projetos; e, finalizando a análise, no ano de 2019, 30 projetos documentados.

A oferta de disciplinas também obteve um crescimento nesses anos, perfazendo 28 disciplinas ofertadas em 2017; já no ano de 2018 esse número cresceu para 32 disciplinas e finalizou 2019 com 34 disciplinas no total. O número de turmas também cresceu: em 2017, foram disponibilizadas 24 turmas; já no ano de 2018, foram disponibilizadas 28 turmas; e em 2019, o número expressivo de 43 turmas.

No mapeamento feito na plataforma, também se verificou a importância de diversos outros fatores que influenciam a análise e avaliação dos cursos de pós-graduação. Notou-se aumento do número de docentes, sejam eles permanentes, colaboradores e visitantes. O Gráfico 25 apresenta os dados relativos ao número de docentes no triênio estudado.

Gráfico 27 – Comparativo de docentes colaboradores, permanentes e visitantes quadriênio



Fonte: Elaborado pela autora.

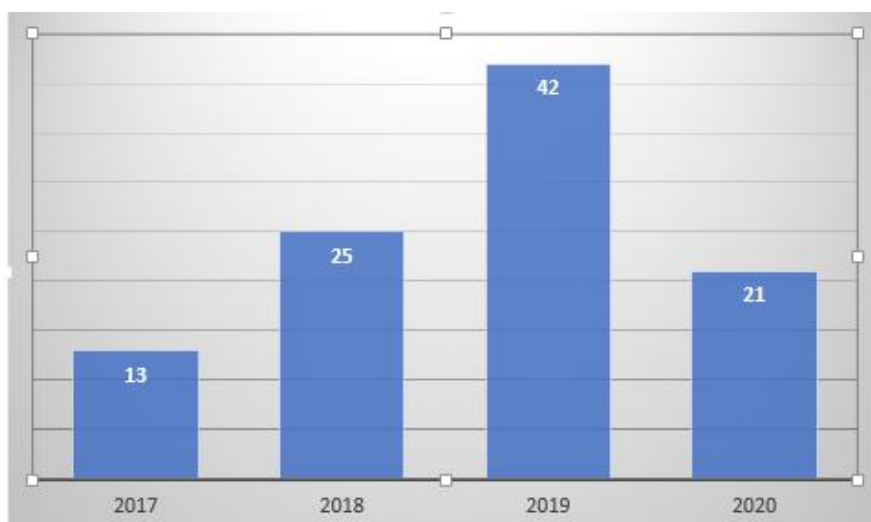
De acordo com os registros dos relatórios referentes aos anos estudados, encontraram-se os seguintes dados: o número de docente visitante permaneceu o mesmo nos três anos, ou seja, o programa não solicitou a visita de outro docente, perfazendo o registro de um docente visitante. Já em relação aos docentes colaboradores, no ano de 2017 e 2018, foram registrados quatro docentes desse nível e, em 2019, o número alterou para oito docentes colaboradores.

No que diz respeito a docentes permanentes, constatou-se o seguinte: no ano de 2017, o número registrado era de 18 docentes permanentes; já nos anos de 2018 e 2019, esse número foi para 22, o que significa que houve um crescimento de quatro docentes permanentes em relação aos anos anteriores. Pode-se verificar que o quadro de docentes do PPGOP-UFSM conta com doutores em relação aos anos de 2017, 2018 e 2019, não havendo registro de professores somente mestres.

O trabalho de conclusão de curso é um momento importante para a formação acadêmica, pois proporciona ao aluno o aprofundamento de suas leituras em relação ao tema escolhido para a confecção de seu texto, permite o aprofundamento da pesquisa, visto que exige um estudo mais refinado e dedicado. Nesse sentido, para concluir o mestrado profissional no PPGOP-UFSM, é necessária a realização de trabalhos de conclusão, que, além de demonstrar

conhecimento do aluno, enriquece os bancos da biblioteca da universidade. Os trabalhos de conclusão do triênio são mostrados no Gráfico 28:

Gráfico 28 – Comparativo trabalhos de conclusão de curso



Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 28 sugere que, no ano de 2017, foram realizados 13 trabalhos de conclusão de curso, sendo oito referentes à linha de pesquisa Interface das Organizações Públicas, Pessoas e Sociedade e cinco fazem relação à linha Ferramentas de Avaliação e Controle da Gestão Pública. No ano de 2018, foram contabilizados 25 trabalhos de conclusão de curso, sendo que dois trabalhos registrados não possuíam identificação de linha de pesquisa, 14 são referentes à linha Ferramentas de Avaliação e Controle da Gestão Pública e nove são ligados à linha Interface das Organizações Públicas, Pessoas e Sociedade. No ano de 2019, a produção foi de 42 trabalhos de conclusão, sendo que dez são da linha Inovação e Modernização de Sistema de Processo Administrativo, 20 fazem relação com a linha de pesquisa Ferramentas de Avaliação e Controle da Gestão Pública e 12 são da linha Pessoas e Sociedade.

Assim como os trabalhos de conclusão de curso são importantes para um curso de pós-graduação, o nível de produção é muito importante para que o curso se mantenha atualizado e garanta uma boa nota com relação à avaliação do MEC.

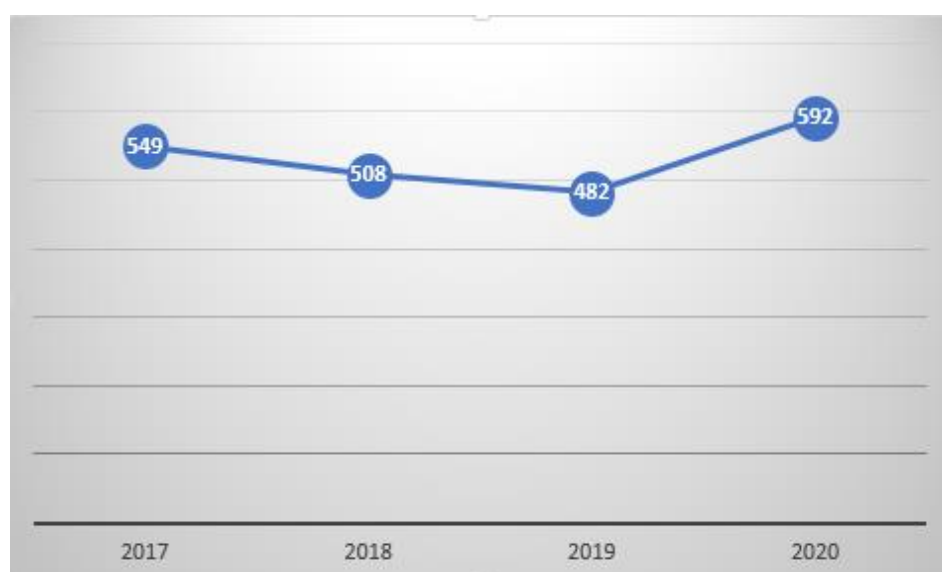
Gráfico 29 – Comparativo publicações em periódicos e anais



Fonte: Elaborado pela autora.

No Gráfico 29, separado pelos respectivos anos, pode-se observar que, no ano de 2017, foram realizadas 49 publicações em periódicos e 135 publicações em anais. Em comparação com o ano de 2018, foi encontrado o seguinte registro: 90 publicações em periódicos, 125 publicações em anais; já no ano de 2019, a produção do PPGOP-UFSM foi 118 artigos em periódicos e 101 artigos em anais.

Gráfico 30 – Números de produções intelectuais no quadriênio

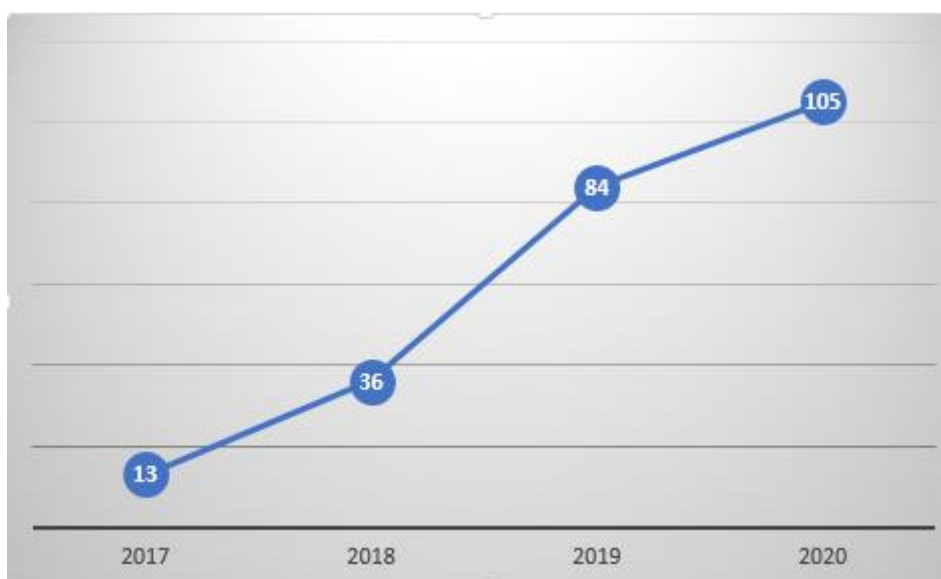


Fonte: Elaborado pela autora.

As produções intelectuais tiveram um declínio em comparação com 2017 a 2019. Do valor total de publicações do ano de 2017, houve 225 publicações bibliográficas, isso diz respeito a 40,9% de produções bibliográficas do total no ano. Já no ano de 2018, houve 50% de produções bibliográficas e, no ano de 2019, 48,3% de produções bibliográficas do total de publicações intelectuais. E no ano de 2020 houve novamente um aumento significativo, mesmo sendo um ano de pandemia. Dessa forma, houve aumento nas produções bibliográficas ao longo dos anos. Essa proporção mostra que houve mais empenho e dedicação em produções bibliográficas relevantes.

Assim como as produções, o número de egressos também é importante, pois são os alunos que já passaram pelo programa. Como visto no referencial, a avaliação institucional também tem como balizador a comunidade externa e a relação com os ex-alunos ou egressos. Com essa importância, segue o Gráfico 31, que demonstra o número de egressos no período de 2017, 2018 e 2019.

Gráfico 31 – Comparativo de egressos no período de 2017, 2018, 2019 e 2020

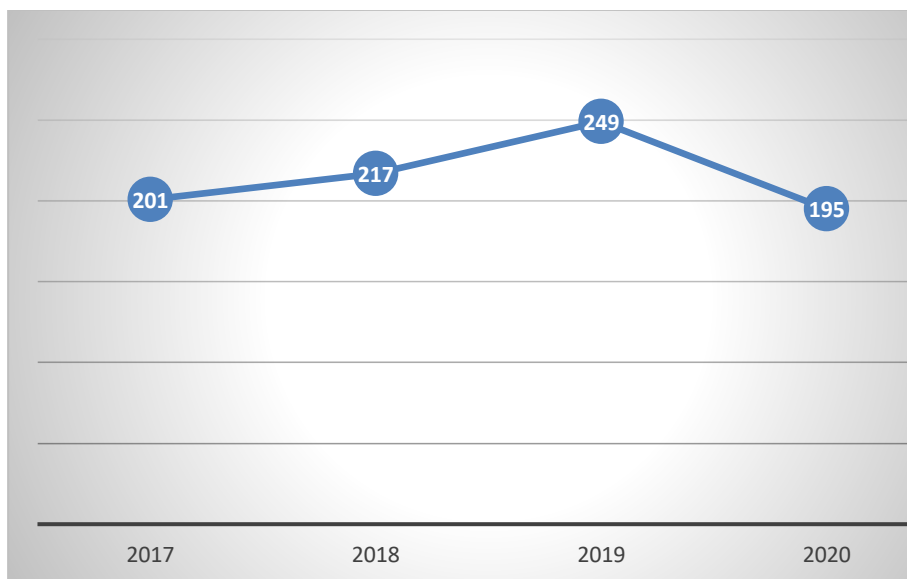


Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do Gráfico 29, tem-se que, em 2017, foram registrados 13 egressos, sendo cinco do sexo feminino e oito do sexo masculino. No ano de 2018, foram registrados 36 egressos, sendo 18 do sexo feminino, e 18 do sexo masculino; já no ano de 2019, houve o registro total de 84 egressos, sendo 46 do sexo feminino e 40 do sexo masculino.

Outro dado importante gerado a partir dos relatórios Sucupira são os participantes externos. Os participantes externos dos programas de pós-graduação são aquelas pessoas que desempenham atividades esporádicas no programa como conferencistas, membros de bancas examinadoras, coautores, coorientadores.

Gráfico 32 – Comparativo dos participantes externos no quadriênio



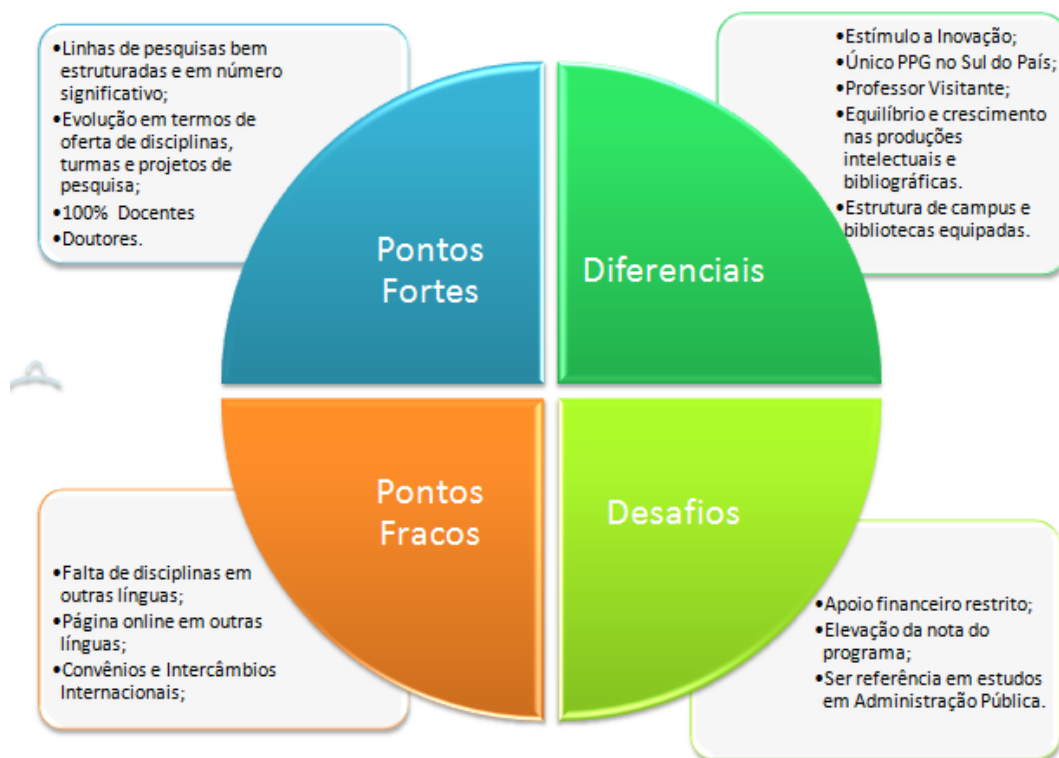
Fonte: Elaborada pela autora.

O PPGOP-UFSM no ano de 2017 contou com 201 participantes externos, 187 coautores e 14 examinadores externos. No ano de 2018, registaram-se 217 participantes externos, sendo 192 coautores e 25 examinadores externos; e, no ano de 2019, somaram 249 participantes externos, sendo 200 coautores e 49 examinadores externos.

4.8 PPGOP-UFSM E SEUS PONTOS FORTES, PONTOS FRACOS E DIFERENCIAIS EM RELAÇÃO AOS DEMAIS PROGRAMAS

A partir das análises realizadas e dos dados obtidos, é possível visualizar o PPGOP-UFSM como um todo e mencionar seus pontos fortes, pontos fracos e os diferenciais que apresenta com relação aos demais mestrados profissionais existentes hoje no Brasil. A Figura 36 mostra esses dados:

Figura 36 – Pontos fortes, pontos fracos, diferenciais e desafios do PPGOP-UFSM com relação aos demais programas



Fonte: Elaborada pela autora.

A Figura 36 faz um mapeamento geral da relação do PPGOP-UFSM com os outros mestrados a nível profissional. Nessa análise, foram selecionados os programas que com maior nota que o PPGOP-UFSM. A comparação se deu com a UFRN, a UFBA e a FGV/RJ, justamente por estas instituições oferecerem os programas em Gestão Pública que estão com nota superior, nota 4.

A partir dos dados coletados na Plataforma Sucupira, foi possível reconhecer que PPGOP-UFSM tem pontos fortes em relação a esses programas:

- Linhas de pesquisas bem estruturadas e em bom número (dimensão programa).
- Evolução em termos de crescimento de oferta de turmas, disciplinas e projetos de pesquisas (dimensão programa).
- 100% professores Doutores (dimensão formação).

As quatro linhas de pesquisas ofertadas atualmente demonstram a preocupação do programa em abranger o maior número de profissionais públicos como atrativo e diferencial,

pois oportuniza ao acadêmico ingressante ter uma noção vasta do serviço público e também definir sua produção acadêmica e contribuição de um bom trabalho final. De acordo com a ficha de avaliação da CAPES: *“1.1.3. Articulação: evidências de alinhamento e suporte mútuo entre área(s) de concentração, linha(s) de pesquisa, projetos, estrutura curricular e oferta de disciplinas em relação ao propósito, objetivos, nível(is), modalidade e contexto de atuação do programa”*.

O PPGOP-UFSM é o que tem mais linhas de pesquisas e com um leque maior de assuntos. Percebe-se também, ao longo dos três anos analisados, que há uma evolução significativa de turmas, disciplinas e projetos de pesquisa. Isso mostra que o PPGOP-UFSM está sendo procurado e desenvolvendo estratégias de fomento, promovendo novas disciplinas e diversificando os projetos de pesquisas, necessários para o desenvolvimento do curso, estando de acordo com a ficha de avaliação CAPES que aponta: *“Análise do projeto pedagógico do PPG quanto às especificidades associadas ao(s) nível(is) de formação –mestrado e doutorado – e modalidade do programa, no que se refere a: áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa, inovação ou desenvolvimento tecnológico em andamento e proposta curricular”*, perfazendo e contribuindo com 30% (trinta) de peso na avaliação para a composição da nota.

Com relação ao corpo docente, preza por professores com doutorado, ou seja, docentes capacitados, com vivência acadêmica e de pesquisa para entregar ao seu público-alvo ensino de qualidade e excelência, pois, conforme os critérios de avaliação da CAPES: *“Análise das características do corpo docente, considerando sua capacidade de dar sustentação às linhas de atuação e atividades do PPG (projetos, orientações e disciplinas) e da compatibilidade e experiência em relação à proposta do PPG”*. Com peso de 50% na avaliação de nota, o corpo docente demonstra um aspecto relevante.

Com relação aos pontos fracos ou pontos a melhorar, foram encontrados os seguintes aspectos:

- Internacionalização em desenvolvimento (dimensão impacto).
- Falta de disciplinas em língua estrangeira (dimensão impacto).
- Página on-line do curso em outra língua (dimensão impacto).

A internacionalização é um dos pontos bem destacados pela CAPES, de acordo com a ficha administrativa, que relaciona os critérios de avaliação, os quais dispõem a *“internacionalização e a inserção serão relativizadas de acordo com a missão/propósito e o perfil dos programas. Também será observada a visibilidade do PPG”*. Seu peso é de 20% na avaliação. Embora seja um mestrado profissional, os demais programas têm oferecido a

docência orientada como diferencial para o aluno, proporcionando uma experiência inovadora e enriquecedora de conhecimento e troca.

Por fim, a página on-line, que embora apresente todas as informações que a ficha de administração exige, deve estar mais interativa e atrativa em relação aos demais programas. Contudo, a página do PPGOP-UFSM contempla todos os quesitos que seguem: “*Qualificadores de Visibilidade (Peso: 20%): 3.3.4. Visibilidade do PPG em sua página na internet. Para análise da visibilidade do PPG na página web, serão valorizadas Informações sobre estrutura curricular, ementas e bibliografia das disciplinas; informações sobre regulamentos internos e processo seletivo; atualização e disponibilidade em mais de um idioma; acesso irrestrito ao texto completo de teses e dissertações; inserção em redes sociais e mídias de comunicação; informações sobre docentes, discentes e egressos; informações sobre financiamentos recebidos, produção intelectual e o impacto do programa.*” Todavia, algumas informações são de difícil acesso, como a ementa das disciplinas.

Em relação aos diferenciais que o programa apresenta, seguem:

- Estímulo à inovação.
- Único curso no Sul do Brasil em instituição federal de ensino.
- Professor visitante.
- Equilíbrio nas produções em anais e periódicos.
- Estrutura do *campus* e bibliotecas equipadas.

No que diz respeito ao estímulo à inovação, o PPGOP-UFSM preocupa-se em estar sempre à frente, até pelo já citado leque de linhas de pesquisas que abrange, sendo uma questão de inovação. Em relação com os programas analisados, percebe-se que o programa da UFRN tem somente a linha de pesquisa Gestão de Políticas Públicas; já a UFB conta com três linhas de pesquisas: Gestão de Instituições, Finanças e Políticas Públicas; Poderes Locais e Organização Pública; e Gestão da Competitividade. O programa da FGV/RJ possui Governança e Administração Pública e Políticas Públicas. Com isso, observa-se que o PPGOP-UFSM tem como diferencial ofertar a linha de pesquisa como estímulo à inovação e tecnologia.

O PPGOP-UFSM hoje no Sul do Brasil, em instituições federais de ensino, é o único programa em Gestão Pública, sendo um grande diferencial, pois, de três estados no Sul do país, apenas um oferta essa modalidade. Professor visitante também é um destaque, pois com relação aos demais programas, o PPGOP-UFSM é um dos poucos cursos que faz questão de trazer contribuições acadêmicas de fora. Além disso, é o único que trouxe, nesses últimos anos, a presença de docente visitante. Com relação ao equilíbrio nas produções em anais em periódicos,

também se destaca, pois, com relação aos demais programas, geralmente há maior produção em um ou em outra modalidade; já o PPGOP-UFSM presa pela uniformidade, ainda que precise aumentar suas publicações.

Os desafios são sempre presentes na evolução dos programas de pós-graduação, de modo que seguem alguns desafios encontrados no PPGOP-UFSM:

- Apoio financeiro restrito.
- Ser referência em estudos de Administração Pública.
- Elevar nota do programa.

O apoio financeiro na modalidade profissional é mais enxuto, o que, muitas vezes, acaba sendo um fator limitante para produções, participações em eventos de docentes e discentes. Seria importante a UFSM criar uma política de apoio maior, para que o programa tivesse mais acesso a recursos financeiros. Ser referência em estudos de Administração Pública é um dos objetivos do programa por ser o único no Sul do país, além de pertencer a uma grande instituição de ensino, com o corpo docente capacitado. Elevar a nota do programa é também um desafio constante: todas as melhorias implantadas e todo recorrente crescimento de produções, linhas de pesquisas e projetos de pesquisa são indícios que o programa busca melhorar a nota.

4.9 PARÂMETRO GERAL MESTRADOS PROFISSIONAIS

Para ilustrar de forma geral os mestrados profissionais, segue a Tabela 15, com os principais dados referentes aos cursos e o que eles vêm desenvolvendo:

Tabela 15 – Comparativo PPGS Profissionais e seus diferenciais

| PPG | Internacionalização | Apoio financeiro | Qualificação de docentes | Estímulo à inovação | Aderência de linhas de pesquisa |
|----------------|---------------------|------------------|--------------------------|---------------------|---------------------------------|
| IDP | | | X | | |
| UNB | X | | | | |
| UFSCAR | | | X | X | X |
| UFPA | | | X | | |
| UFVJM | | X | X | | |
| FGV/ E AESP | X | X | X | X | X |
| FGV/RJ | X | X | X | X | X |
| UFBA | X | X | X | | X |
| UFRN | X | X | X | | X |

Fonte: Elaborada pela autora.

A Tabela 15 mostra um comparativo geral, conforme os principais tópicos do documento de área da Capes de avaliação dos PPG profissionais. Pode-se perceber nitidamente que os programas com notas 4, ou seja com uma avaliação melhor, preenchem quase todos os requisitos constantes do documento, principalmente recebem auxílio financeiro para desenvolver seus projetos, tendo em vista que quase todos possuem um auxílio bem restrito pela questão de serem na modalidade profissional.

Todos os PPG têm a preocupação e o cuidado com a qualificação de seu corpo docente, portanto todos possuem um corpo docente qualificado com excelência. As linhas de pesquisas na maioria são aderentes à oferta de seus objetivos e contribuem significativamente para a entrega de profissionais que irão desempenhar, em órgãos públicos, as ferramentas aprendidas durante a qualificação.

Nem todas as linhas têm ênfase na inovação, mas, em geral, é tendência dos cursos de PPG que incentivem cada vez mais a produção no quesito inovação, trazendo contribuições tecnológicas, conforme o próprio documento de área, que sugere 21 elementos tecnológicos de inovação, portanto, hoje é quase necessário os PPG se atentarem para esse quesito. A internacionalização é um fator que tem um peso relevante e ainda muitos PPG não estão adequados a essa realidade, pois junto vem a falta de incentivo para tal condição. Todavia

pelos relatos escritos nos documentos registrados na CAPES, grande parte dos PPG já está firmando parcerias internacionais para que esse quesito seja cumprido com excelência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo propor sugestões de melhorias à gestão do PPGOP-UFSM a partir do Sistema de Avaliação da CAPES. Logo, após realizadas as análises em documentos, conclui-se que foi alcançado com êxito.

A avaliação institucional é um grande aliado as instituições, pois, por meio dessa ferramenta, é possível fazer um dimensionamento correto dos objetivos do curso, propostas, alinhamentos de linhas de pesquisas, de projetos de pesquisas; verificar se todos esses componentes que estão englobados em um curso fazem sentido e se aquilo que é proposto está sendo entregue para os alunos e todos aqueles que compõe o curso. Para a coordenação do curso, é uma ferramenta fundamental para traçar estratégias e melhorar gradativamente suas atividades.

O processo de avaliação realizado pela CAPES tem cumprido o papel no aprimoramento da qualidade dos programas e no estabelecimento de busca de melhoria contínua. Dessa forma, os programas de pós-graduação têm aprimorado suas ferramentas e processos de ensino. Com o PPGOP-UFSM não é diferente – a partir desta pesquisa, foi possível ver a crescente busca pelo melhoramento e qualidade de oferta do programa, buscando diferentes estratégias com o passar dos anos para a elevação do seu conceito, mas também para a melhoria do ensino entregue para a sociedade.

Foram analisados todos os programas de pós-graduação em Administração Pública, diversas variáveis foram observadas para chegar a uma definição das ações que estão sendo realizadas no PPGOP-UFSM e o que os outros programas estão realizando. Por meio dessa coleta e comparação, pode-se identificar pontos fortes e pontos fracos do PPGOP-UFSM, além dos desafios e diferenciais que ele possui. Com essa identificação, conseguiu-se propor linhas de ação mais alinhadas ao documento de área da CAPES, a partir do produto.

Por meio dos dados coletados e apresentados até o momento, observa-se que o PPGOP-UFSM vem evoluindo continuamente em seus desafios. O programa demonstra experiência do corpo docente, pois os docentes do programa, em sua maioria, têm uma trajetória de experiência prática em Administração Pública, ocupando cargos de direção, coordenação, chefias, órgãos colegiados e trabalhos de consultorias em órgãos públicos, algo significativo, demonstrando que o programa se preocupa em garantir a perspectiva profissionalizante e aplicada do curso, com foco na gestão pública. Além disso, dispõe, como diferencial, a participação de um professor visitante e também em seus relatórios consta a conquista de vaga para professor visitante estrangeiro.

Outro quesito importante são as parcerias institucionais com instituições públicas: o programa, desde seu início, prezou e preza por estar sempre em constante construção em possuir parcerias com importantes instituições públicas, como Receita Federal, UNIPAMPA, exército, prefeituras municipais, Secretaria de Educação do estado do Rio Grande do Sul. Isso se constrói diariamente com a oferta de vagas e expansão da divulgação do programa, que viabiliza e oportuniza que servidores de outros órgãos públicos se sintam atraídos em estudar no PPGOP-UFSM. Com essa expansão, as parcerias crescem a cada semestre. Ademais, pode-se referenciar a infraestrutura apropriada, pois o programa conta com salas equipadas, com mobiliário adequado, ar-condicionados, computadores e demais equipamentos de informática, garantindo espaço para a realização das aulas, reuniões de grupos de estudos e de pesquisa, salas de estudos para discentes, salas de defesa e auditório para eventos de maior porte. A Biblioteca de Humanidades é outro fator a ser destacado na infraestrutura: os discentes contam com uma moderna e bem equipada biblioteca, com acervo de livros clássicos, acesso a bases de dados internacionais, com periódicos que são referências na área de Administração Pública, espaço de leitura, salas de estudos e locais para reuniões.

Porém, surgiram os pontos do PPGOP-UFSM que necessitam de melhorias. Nesse sentido, os pontos que precisam mais atenção são: a necessidade de aumento na produção científica dos docentes; falta de mecanismos que auxiliem no autofinanciamento do programa; parcerias internacionais. Em relação a publicações científicas, o programa apresenta uma média de publicação docente muito boa, as produções estão equilibradas em anais e periódicos. Esse ponto deve ser mantido, incentivando-se cada vez mais essa produção, pois o programa aponta esse crescimento, de modo que esse índice é importante no quesito da avaliação institucional. Também faz-se importante investir em outros tipos de publicações, pois, nos cursos com maiores notas, percebe-se esse crescimento não somente nas produções bibliográficas, mas em outras produções. Com relação à falta de mecanismos que auxiliem no autofinanciamento do programa, os cursos profissionais não recebem auxílio financeiro por parte da CAPES, sendo sua responsabilidade a busca pelo autofinanciamento. Porém, o PPGOP-UFSM esbarra na falta de regulamentação interna da UFSM para o autofinanciamento.

Quanto a questão da internacionalização ou necessidade de parcerias internacionais, ela está em desenvolvimento, pois irá contribuir para o desenvolvimento científico, social, econômico, ambiental e cultural de cidadãos brasileiros e estrangeiros, além de contribuir para a excelência acadêmica, tendo por base o ensino, a pesquisa de qualidade. A internacionalização deve permear as diversas atividades acadêmicas, possibilitando o compartilhamento de saberes sob uma perspectiva global, intercultural e interdisciplinar.

Por fim, como sugestão prática, apresenta-se um infográfico, que se equivale a um produto que tem como intuito expor, de forma mais clara, os pontos fracos a serem ajustados no PPGOP-UFSM (APÊNDICE A).

A presente pesquisa apresenta algumas limitações, como a falta de entrevista com coordenadores dos programas de pós-graduação para fazer o enfrentamento dos relatos das coordenações com o que os documentos apresentam. Como sugestões de estudos futuros, pode-se utilizar esta estrutura para, a cada dois anos, produzir comparativos para as próximas avaliações, assim como exemplo para outros programas de pós-graduação também proporem melhorias a seus programas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ALLEBRANDT, S. L. et al. A contribuição da saúde nas múltiplas escalas do desenvolvimento regional. **HOLOS**, [S.l.], v. 6, p. 1-15, jan. 2020. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7516>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

ALPERSTEDT, G. D. et al. Mestrados profissionais em Administração, Contabilidade e Turismo no Brasil e seu processo de avaliação. **Revista Gestão Universitária na América Latina - Gual**, Santa Catarina, p. 298-322, 12 mar. 2014. Quadrimestral. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1983-4535.2014v7n1p298>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BARREYRO, G. B; LAGORIA, S. L. Acreditação da Educação Superior na América Latina: os casos da Argentina e do Brasil no Contexto do Mercosul. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, ano 9, v. 1, p. 7-27, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82391>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BATISTA, M. H.; MATTOS, M. C. O novo modelo de avaliação para o mestrado profissional em administração proposto pela capes em comparação ao modelo de acreditação internacional. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 37115-37140, jun. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.34117/bjdv6n6-300>>. Acesso em: 1º nov. 2020.

BELLETATI, V. C. F. Indicadores para reflexões sobre docência na Universidade. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 3, n. 06, p. 260-273, jul.-dez. 2011. Disponível em: <<https://silo.tips/download/indicadores-para-reflexoes-sobre-docencia-na-universidade-valeria-cordeiro-ferna>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BOMENY, H. Um personagem e suas histórias. **Ciência e Cultura**, v. 66, n. 4, p. 38-43, 2014. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 jan. 2021.

BRASIL. Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1951. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Decreto n. 50.737, de 07 de junho de 1961. Organiza a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior prevista pelo Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1961. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50737-7-junho-1961-390256-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. MEC: INEP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020**. Brasília – DF: CAPES, 2010.

BRASIL. Coleta de dados: conceitos e orientações – manual de preenchimento da plataforma Sucupira – versão 1.20, 2015.

BRASIL Ministério da Educação. Portaria n 389 de 23 de março de 2017. Brasília: Ministério da Educação, 24 mar. 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2017. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20482828/do1-2017-03-24-portaria-no-389-de-23-de-marco-de-2017-20482789>. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria n 60 de 20 de março de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Ministério da Educação, 22 mar. 2019. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/68157853/do1-2019-03-22-portaria-n-60-de-20-de-marco-de-2019-68157790>. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. **Sobre a CAPES**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/ acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/sobre-a-cap>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. **História e Missão**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 120, n. 1, p. 7-40, 1996. Disponível em:

<<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702/550>>. Acesso em: 9 jan. 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: MARE, **Cadernos MARE**, n. 1, 1997. Disponível em:

<<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno01.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a cidadania**: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. Brasília: ENAP/ Editora 34, 1998a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Orgs). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998b.

CAEIRO, J. M. C. Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 61-72, jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 set. 2020.

CAMPELO, G. Administração Pública No Brasil: Ciclos Entre Patrimonialismo, Burocracia E Gerencialismo, Uma Simbiose De Modelos. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 34, n. 2, p. 297-324, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/871/592>>. Acesso em: 29 set. 2020.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Plataforma Sucupira**, Cursos Avaliado. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoUf.jsf?cdRegiao=4>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Avaliação da pós-graduação** Brasília: CAPES, 2008a. Disponível em: <www.capes.gov.br>. Acesso em: 4 nov. 2020.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Avaliação da pós-graduação** Brasília: CAPES, 2008b. Disponível em: <www.capes.gov.br>. Acesso em: 4 nov. 2020.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Brasília: 2020 Disponível em: <<https://dados.gov.br/organization/about/coordenacao-de-aperfeicoamento-de-pessoal-de-nivel-superior-capes> acesso em 12/2020>. Acesso em: 3 nov. 2020.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Plano Nacional de Pós-Graduação**. PNPG-2008. Brasília, DF, 2008.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR **Plano Nacional de Pós-Graduação**. PNPG 2011-2020. Brasília, DF: CAPES, 2010.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Sobre Áreas de Avaliação**. 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>>. Acesso em: 2 out. 2020.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 2010-2020**. Brasília, 2010a, v. 1. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/plano-nacional-de-pos-graduacao>>. Acesso em: 02 out. 2020.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Avaliação**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao>>. Acesso em: 02 out. 2020.

CARVALHO, H. A. D.; OLIVEIRA, O. S. D.; LIMA, I. A.D. Avaliação Institucional em uma universidade pública brasileira multicâmpus: processos e desafios na qualificação da gestão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 1, p. 217-243, mar. 2018.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/aval/a/VMXCsBtGnZXR9rYmGZTTtKD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29 set. 2020.

CENTER for World University Rankings, 2019/2020. Disponível em:

<<https://cwur.org/2019-2020.php>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. **Revista**

Brasileira de Educação, set./dez 2005, n. 30, p. 7-20. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a02n30.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

DANTAS, D. C. Dimensões da Pós-Graduação e o Modelo CAPES de Avaliação: uma Discussão sobre Critérios e sua Mensuração. In: EnANPAD, 36., 2012, Rio de Janeiro/RJ. **Anais...** Rio de Janeiro/RJ, 2012. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_EPQ1396.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

DAHLER-LARSEN, P. **The evaluation society**. Stanford, CA: Stanford Business Books, 2011.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da educação superior: regulação e emancipação.

Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior,

Campinas, SP, ano 8, v. 8, n. 2, p. 31-47, 2003. Disponível em:

<<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1221/1211>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

DIAS SOBRINHO, J. Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos.

In: DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Orgs.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 2017.

DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. Introdução. In: DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Orgs.). **Avaliação Institucional: Teoria e experiências**. José Dias Sobrinho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DE PAULA, A. P. P. **Entre a Administração e a Política: os desafios da gestão pública democrática**. Campinas: São Paulo: 2003.

DOTTA, A. G. **Política Pública da educação superior no Brasil: a efetividade da avaliação institucional no âmbito do SINAES**. 2009.169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Centro de Teologia, Pontífice Universidade Católica. Paraná, 2009.

DOTTA, S. C. **Aprendizagem dialógica em serviços de tutoria pela internet: estudo de caso de uma tutora em formação em uma disciplina a distância**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

EULÁLIO, A. O. A gestão do conhecimento nos setores de pagamento das superintendências regionais de ensino de Minas Gerais: uma proposta. 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão e avaliação da Educação Pública) – UFV, Juiz de Fora, 2017.

EUSSEN, S. K. S. N. da. SINAES: as diferentes faces da avaliação na UFRN, 2010. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2010.

FARAH, M. F. S. A Administração Pública e Políticas Públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 813-836, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/rap/a/MfQ6N6BdxJJcT8Dj5zXYW4x/?lang=pt>>. Acesso em: 9 jan. 2021.

FERNANDEZ LAMARRA, N. (Org.). **Educación superior y calidad en América Latina y Argentina**. Los procesos de evaluación y acreditación. Caseros: Eduntref, 2007.

FISCHER, T. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 278-288, dez. 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901984000400038&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 nov. 2020.

FISCHER, T. Mestrado profissional como prática acadêmica. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, 11. p.24-29, jul. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2005.v2.74>. Acesso em: 18 out. 2020.

GALDINO, L. **Gestão institucional na educação infantil**. 2016. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2016.

GALDINO, M. N. D. **A autoavaliação institucional no ensino superior como instrumento de gestão**. Fundação CESGRANRIO/ Universidade do Grande Rio, 2005. Disponível em: <http://www.unigranrio.com.br/_docs/cpa/autoav-inst-ensino-sup-instr-gestao-mary-galdino.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2020.

GALDINO, S. V. et al. Ferramentas de qualidade na gestão dos serviços de saúde: revisão integrativa de literatura. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v. 7, supl. 1, p. 1023-1057, jul. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/3569/3252>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

GHENO, E. M. et al. Sistema de Avaliação da CAPES: indicadores e procedimentos de monitoramento e avaliação de desempenho. **Em Questão**, v. 25, v. 3, p. 184-213, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/86490/52976>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GOULART, I. B. et al. Mestrado profissional em administração: a visão dos coordenadores de cursos e dos egressos de Minas Gerais. In: SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 3., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-17. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179353/102_00765%20-%20ok.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 out. 2020.

GOULART, J. C. **Avaliação Institucional Interna da Universidade Estadual de Goiás: um estudo meta-avaliativo**. 2018. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara/SP, 2018.

GOUVÊA, F. C. F. A institucionalização da pós-graduação no Brasil: o primeiro decênio da CAPES (1951-1961). **RBPG**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 373 - 397, julho de 2012.

Disponível em: <<https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/312>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

HORTA, J. S. B.; MORAES, M. C. M. de. O Sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências Humanas. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 30, p. 95-116, set./dez. 2005. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/M8tTt3grZhXGmcXmJrVmTfd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

HOSTINS, C. R. L. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160.

jan/jun.2005. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10315/9578>>. Acesso em: 7 out. 2020.

LIMA, K. R. de S. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802011000100010&script=sci_abstract&tlng=pt)

49802011000100010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 11 nov. 2020.

LOPES, A. L. V.; SÁ, V.I.M. Avaliação da Pós-Graduação na UFC: As Críticas dos Coordenadores de Programas à Capes. **Revista Amazonida**, Manaus, AM, v. 4, n. 2. p. 01-24, 2019. Disponível em:

<<https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/7007>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

MACCARI, E. A.; LIMA, M. C.; RICCIO, E. L. Uso do sistema de avaliação da CAPES por programas de pós-graduação em administração no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 25, p. 68-82, 2009. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2009v11n25p68/17519>>. Acesso em: 7 out. 2020.

MACCARI, E. A. et al. Proposta de um modelo de gestão de programas de pós-graduação na área de Administração a partir dos sistemas de avaliação do Brasil (Capes) e dos Estados Unidos (AACSB). **Revista de Administração – RAUSP**, São Paulo, v. 49, n. 2,

p. 369-383, 2014. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rausp/a/pNhjLmKDFFBqTMVYksxs/abstract/?lang=pt>>.

Acesso em: 7 out. 2020.

MACCARI, E. A.; MARTINS, C. B.; ALMEIDA, M. I. R. de. Comparativo entre o sistema de avaliação da AACSB (Estados Unidos) e da Capes (Brasil) e seu uso pelos coordenadores de programas. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 12, n. 27, 2015. Disponível em: <<https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/564>>. Acesso em: 7 out. 2020.

MANCEBO, D.; VALE, A. A. do; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil (1995-2010). **Revista Brasileira e Educação**, Rio de Janeiro, v. 20. n. 60, p. 31-50, jan./mar. 2015 Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2020.

MARCHLEWSKI, C.; MAIA DA SILVA, P.; SORIANO, J. B. A influência do sistema de avaliação Qualis na produção de conhecimento científico: algumas reflexões sobre a Educação Física. **Motriz**, Rio Claro, v. 17 n. 1, p. 104-116, jan./mar. 2011. Acesso em: 3 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/motriz/v17n1/a12v17n1.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2020.

MÁRQUEZ, A. D.; MARQUINA, M.: Evaluación, Acreditación, Reconocimiento de Títulos y Habilitación. **Enfoque comparado**. Serie informes. CONEAU. Buenos Aires, 1998. Disponível em: <www.coneau.edu.ar/archivos/1328.pdf>. Acesso em: 3 out. 2020.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de Administração Pública**: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2014.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 19. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 1994.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. Verbetes PAIUB (Programa de Avaliação Institucional). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/paiubprograma-de-avaliacao-institucional/>>. Acesso em: 24 set. 2020.

MORTIZ, G. de O.; MORTIZ, M. O; MELO, P. A. A pós-graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA DA AMÉRICA DO SUL, 11., 2011, Florianópolis, 2011. **Anais...** p.1-18. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/26136/5.30.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

NASCIMENTO, R.; SALVÁ, M. A Política de Avaliação da Pós-Graduação *Stricto Sensu* e o Trabalho Docente: Rumo ao “Produtivismo Acadêmico”? In: ENCONTRO DE

GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 4., 2013, Brasília/DF. **Anais...** Brasília/RS, 2013.

NOBRE, L. N. **Avaliação de programas de pós-graduação**: proposta de instrumento de pesquisa para análise do perfil do egresso e avaliação institucional. 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2018.

NOBRE, L. N.; FREITAS, R. R. D. A evolução da pós-graduação no Brasil: histórico, políticas e avaliação. **Brazilian Journal of Production Engineering**, São Mateus, v. 3, n. 2, p. 18-30, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/BJPE>>. Acesso em: 24 set. 2020.

NUNES, E. B. L.L. P; DUARTE, M. M. S. L. T; PEREIRA, I. C. A. Planejamento e avaliação institucional: um indicador do instrumento de avaliação do SINAES. **Avaliação**, Campinas/Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 373-384, jul. 2017 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/CyYQrFQtk3sqTR7ckZ5bQdt/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 set. 2020.

OLIVEIRA, J. F.; FONSECA, M. A. pós-graduação brasileira e o seu sistema de avaliação. In: OLIVEIRA, J. F.; CATANI, A. M.; FERREIRA, N. S. C. (Orgs.). **Pós-Graduação e avaliação**: impactos e perspectivas no Brasil e no cenário internacional. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 15-52.

OLIVEIRA, L. F. S. dos. A autoavaliação institucional na Escola Municipal Estudante Emmanuel Bezerra: construindo uma dinâmica de participação. 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

OLIVEIRA, M. A.; ARAÚJO, E. A. S. Desafios da educação e o professor como mediador no processo ensino-aprendizagem na sociedade da informação. **Revista Educação Pública**. 2016. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/23/desafios-da-educacao-e-o-professor-como-mediador-no-processo-ensino-aprendizagem-na-sociedade-da-informacao>>. Acesso em: 24 set. 2020.

PALITOT, M. D.; SANTOS, C. P.; BRITO, L. V. Avaliação do ensino superior: a construção da cultura avaliativa na Universidade Federal da Paraíba. **MPGOA**, v. 4, n. 2, p. 2-10, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/mpgoa/article/view/30075/15911>>. Acesso em: 24 set. 2020.

PALUDO, A. V. **Administração Pública para Auditor fiscal da receita federal e auditor fiscal do trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PECI, A.; PIERANTI, O. P.; RODRIGUES, S. Governança e new public management: convergências e contradições no contexto brasileiro. **Organizações & Sociedade** [online], v. 15, n. 46, p. 39-55, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1984-92302008000300002>>. Acesso em: 9 jan. 2021.

PINHEIRO, A. K. de M. T. **Avaliação institucional da UFRN: viabilidade e utilização**. 2018. 320 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2018.

PORTUGAL. Decreto Lei n° 369/2007. **Diário da República**, 1ª série, n. 212, 5 de novembro de 2007. Disponível em: <https://www.a3es.pt/sites/default/files/DL_369-2007_A3ES.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

RISTOFF, D. I. Avaliação Institucional: pensando princípios. In: DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Orgs.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 2017.

SANCHEZ, R. C. F. **Avaliação institucional**. Curitiba: IESDE, 2009. Disponível em: <<http://www2.videolivriaria.com.br/pdfs/24004.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2020.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2021.

SANTOS, A. L; AZEVEDO, J. M. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, p. 534-605, set./dez. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a10.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2020.

SANTOS, A. R. et al. Quem Conhece as Ouvidorias Públicas? Um Estudo sobre a Imagem Percebida por Cidadãos de Florianópolis (SC). **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 22, n. 73, p. 400-420, 2017. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/66025/70402>>. Acesso em: 24 set. 2020.

SANTOS, C. M. dos. Tradições e contradições da Pós-Graduação no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/pXxfJjdHPRrpRbZvCHKLfsp/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

SEVERINO, A. J. A avaliação no PNPG 2005-2010 e a política de pós-graduação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Líber Livro, 2006. p. 51-74.

SILVA, T. A. da. Conceitos e evolução da administração pública: o desenvolvimento do papel administrativo. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. TERRITÓRIOS, REDES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS, 8., 2017. Santa Cruz do Sul/RS, 2017. **Anais...** Santa Cruz do Sul/RS, 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/16678/4429>>. Acesso em: 9 jan. 2021.

SLOMSKI, V. **Mensuração do resultado econômico em entidades públicas**: uma proposta. 1996. 82 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) — FEA/USP, São Paulo, 1996.

SOUZA, L. G. Avaliação de políticas educacionais: contextos e conceitos em busca da avaliação pública. 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/wd/pdf/lordelo-9788523209315-02.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

SOUZA, J. P. de; PEREIRA, L. B. Pós-graduação no Brasil: análise do processo de concentração. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 24, n. 1, p. 159-166, 2002. <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiT-uKP--7wAhXBB9QKHQnkB-sQFjAAegQIBRAD&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.uem.br%2Fojs%2Findex.php%2FActaSciHumanSocSci%2Farticle%2Fdownload%2F2431%2F1702%2F&usg=AOvVaw0dHYICceGVnIeFypZ5tz69>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

SOUZA, V. R. de; KIPNIS, B. A. A autoavaliação institucional na construção da identidade do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. In: SIMPOSIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2., Porto Alegre/RS, 2016. **Anais...** Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/avalies2016/anais-do-evento/artigos-1/156776.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2020.

TAKAHASHI, A. R. W. et al. Mestrado profissional e mestrado acadêmico em administração: convergências, divergências e desafios aos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil. **Administração (RAEP): Ensino e Pesquisa**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 551-578, 31 dez. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.13058/raep.2010.v11n4.129>>. Acesso em: 19 out. 2020.

TOCAFUNDO, R. D.; NASCIMENTO, S. S. do; VERDEJO, A. M. Mestrado Profissional em Ensino: uma inovação promissora? **Dialogia**, São Paulo, n. 21, p. 41-54, 14 abr. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.5585/dialogia.N21.5588>>. Acesso em: 29 out. 2020.

UFSM. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/500/2021/04/VFinal-DocumentoPDI-TextoBaseCONSU_TextoComPlanoDeMetas2022.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.

UTZIG, G. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**: desafios e compromissos na FIAR – Faculdades Integradas de Arquimedes. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2012.

VERHINE; R. E. Pós-graduação no Brasil e nos Estados Unidos: uma análise comparativa. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 166-172, maio/ago. 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84819177006>>. Acesso em: 19 out. 2020.

VIANNA, H. M. Fundamentos de um Programa de Avaliação Educacional. **Revista Meta: Avaliação**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 11-27, apr. 2009. Disponível em:

<<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/11>>. Acesso em: 4 fev. 2021.

VIANA, T. U.; CIASCA, L. M. F.; SOBRAL, A. E. **Múltiplas dimensões em avaliação educacional**. Fortaleza: Iprece, 2010.

VILLANUEVA; E. La acreditación en américa latina: el caso de argentina en la riaces y en el mercosur. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 35, p. 99-112, 2004. Disponível em: <<https://rieoei.org/historico/documentos/rie35a05.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2020.

VOGEL, M. J. M.; KOBASHI, N. Y. Avaliação da pós-graduação no Brasil: seus critérios. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, São Paulo/SP. **Anais...** São Paulo: ECA/USP, 2015. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002735407.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2020.

VOLPONI, T. **Proposta de Acompanhamento, Avaliação e Melhoria dos Programas de Pós-Graduação de uma Universidade Federal**. 2019. Disponível em: <<https://gestaopublica.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PGGP/detalhes-da-tese?id=12649>>. Acesso em: 4 jan. 2021.

WORLD University Rankings 2019-2020. **CWUR**. Disponível em: <<https://cwur.org/2019-2020.php>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

